

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GUILHERME VIANA DE LIRA

**TRABALHO PLATAFORMIZADO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: expressões a
partir dos entregadores de aplicativo de Uberlândia**

Uberlândia
2026

GUILHERME VIANA DE LIRA

**TRABALHO PLATAFORMIZADO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: expressões a
partir dos entregadores de aplicativo de Uberlândia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Rivaldo Mauro de Faria.

Uberlândia

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

L768 Lira, Guilherme Viana de, 2002-
2026 TRABALHO PLATAFORMIZADO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO:
expressões a partir dos entregadores de aplicativo de Uberlândia
[recurso eletrônico] / Guilherme Viana de Lira. - 2026.

Orientador: Rivaldo Faria.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.124>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Faria, Rivaldo ,1975-, (Orient.). II. Universidade
Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA			
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 578, PPGEO			
Data:	09 de fevereiro de 2026	Hora de início:	14h:00min	Hora de encerramento:
Matrícula do Discente:	12412GEO007			
Nome do Discente:	Guilherme Viana de Lira			
Título do Trabalho:	Trabalho plataformizado no território brasileiro: expressões a partir dos entregadores de aplicativo de Uberlândia			
Área de concentração:	Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais			
Linha de pesquisa:	Dinâmicas Territoriais			
Projeto de Pesquisa de vinculação:				

Reuniu-se na Sala [On-line - <https://meet.google.com/uim-mkkd-khc>], no Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: **Ana Carolina Gonçalves Leite - UFPE-PE; Glaucia Carvalho Gomes - IGESC-UFU** e **Rivaldo Mauro de Faria - IGESC/UFU** orientador(a) do(a) candidato(a). A Defesa aconteceu de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). **Rivaldo Mauro de Faria - IGESC/UFU**, apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalho. Foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Gonçalves Leite, Usuário Externo**, em 09/02/2026, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rivaldo Mauro de Faria, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/02/2026, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glaucia Carvalho Gomes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/02/2026, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6981244** e o código CRC **AEC9EAFD**.

Dedico este trabalho a todos trabalhadores
subsumidos a esse modo de sociabilidade
estúpido, especialmente aos meus pais, amigos
e parceiros, que me fizeram não desistir.

AGRADECIMENTOS

A princípio, agradeço ao professor Rivaldo, pela liberdade e tranquilidade dadas durante a orientação nesta caminhada acadêmica. Também gostaria de agradecer a professora Gláucia, desde as conversas depois das aulas durante a graduação, até a valiosa participação em minha banca de defesa da dissertação de mestrado; como também, agradecer a professora Carol, desde a recepção por conversas informais mediadas pelo LABUR, ao puxão de orelha quando a chamei de professora fora do ambiente acadêmico, até a importantíssima participação na qualificação e na defesa final de meu trabalho. Além disso, aproveito para agradecer ao professor Mirlei, que me acompanha desde a graduação em trabalho de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, monitoria de disciplina, conversas na ‘pedra filosofal’ do IG, aulas da pós-graduação, incômodos geográficos e em minhas defesas do projeto e da qualificação.

Agradeço também, à coordenadora do curso de pós-graduação, Rita de Cássia e os membros do colegiado à qual fui representante discente, por todo ensinamento, apoio e amadurecimento durante essa jornada.

Devo também eterna gratidão ao professor e amigo Túlio Barbosa, que mudou a minha forma de enxergar o mundo durante a graduação e minha integração ao grupo PET da UFU. Ao grupo PET, o mesmo responsável por uma boa parte da minha possibilidade de permanência na UFU, por conta da bolsa, e por boa parte de meu desenvolvimento acadêmico e social durante a graduação, também devo muita gratidão.

Aos colegas de pós-graduação, entre as filas do RU e conversas em frente ao DA, mas especialmente ao Juliano, à Ludmila, à Patrícia, ao Cristiano, à Maisa, ao Mauro e ao Abimael, que por meio do grupo de estudos do capital me apresentaram uma nova forma de compreender a ciência. Aos colegas da pós-graduação, também devo especial agradecimento ao Paulinho, que me ajudou muito no meu processo de ingresso na pós-graduação enquanto morava comigo, e aos colegas que me acompanharam no ENANPEGE em Macapá, principalmente à Bianca, ao Vitor, à Lais, ao Pedro e ao Gerson, que me ajudaram em um momento difícil, mesmo sem saber.

Retomando a graduação, também devo agradecer meus colegas e amigos que me acompanharam nessa jornada, de maneiras diferentes, entre bebedeiras, apoios, conversas no RU e no DA, e até mesmo discussões mais filosóficas. Assim, obrigado Pedro, Pedrão, Guizão, Gustavinho, Breninho, Lorenzo, Luan e tantos outros que fizeram parte da minha jornada.

Ainda no ambiente acadêmico, também agradeço aos colegas do LABUR principalmente, ao Carlão, ao João, ao Thiago e à Camilla, que me acolheram tão rapidamente, mesmo a distância.

Aos meus amigos de infância, devo um agradecimento extremamente especial para o Luís e sua família (seu Nélio, Matheuzinho, Igão, Rodrigo, Nilton), que sempre me ajudaram de uma forma que acredito nunca conseguir retribuir. Vocês são pessoas especiais, me faltam palavras para agradecer ao esforço e o que são na minha vida. Aos “Os caraas”, também devo minha gratidão, que sempre me aguentam nos momentos bons, ruins e mais ou menos, sempre inventando uma coisa nova ou contando uma história absurda. Muito obrigado, Bibito, João, Liminha, Chá, Terere, Frutu, River, Natan. Também não gostaria de deixar de fora outros colegas e amigos que me acompanharam tangencialmente nessa jornada, uns mais recentemente, outros de longa data, Isinha, Febem, Lucalouro, Zé, Rafa, Triz, Josy e espero não ter esquecido de ninguém.

Não menos importante, talvez mais importante, agradeço imensamente aos meus pais que mesmo com um processo doloroso, me ajudaram e incentivaram nessa caminhada nos últimos 5 anos. Sem vocês, Chico e Roseli, não seria possível nada disso. Não esquecendo de toda minha família, que é um pilar importantíssimo na minha vida e me proporciona momentos inesquecíveis. Um grande abraço a todos que dediquei um instante neste trabalho.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pela bolsa concedida durante os anos do curso.

"Um brinde aos idiotas
E toda sua ganância
Alimentando o caos e
Sufocando as esperanças
Mas não vamos desistir, não (...)
Cheguem junto, lutem pelo que é certo
Pra acabar com essa
hipnose e sair desse deserto"
(PLANET HEMP E BLACK ALIEN, 2023)

“Um salve pra todos nós!”
(ENTREVISTADO EEO4, 2025)

RESUMO

Na sociedade moderna do século XXI, a facilidade de solicitar serviços através de plataformas digitais se tornou tão ubíqua que causa estranheza ao pensar como era antes. Com a crescente adoção do trabalho plataformaizado e uma demanda dirigida pela conectividade digital, cada vez mais o fenômeno de ‘uberização’ do trabalho é banalizado. Isso resulta em uma difusão de trabalhadores que se submetem às condições de trabalho em regime temporário, e da necessidade da presença nas plataformas digitais por parte dos estabelecimentos, para oferecer e intermediar seus serviços no mercado, no bojo dessa ‘economia de plataforma’. O referido trabalho tem por objetivo compreender as consequências decorrentes da platformização do trabalho de entregas de comida por aplicativo no espaço urbano, focalizando a análise na cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais. A metodologia é baseada na triangulação em caráter exploratório entre a discussão teórica de cunho bibliográfico, o levantamento documental e de dados secundários, além da coleta de material na forma de entrevistas e trabalho de campo, a fim de consolidar uma análise crítica que baliza as expressões fenomênicas no espaço ao seu negativo enquanto forma dialética. Os dados secundários indicam que em uma situação geográfica de superpopulação relativa e banalização das plataformas digitais pelo território, o capital penetra progressivamente e reestrutura a prática social do sujeito urbano. Esse processo associa a disponibilização de supostas soluções, atividades de trabalho independente e progresso técnico, à especulação em nível global. Portanto, imbricada em diversas estratégias para especulação de plataformas enquanto ativo financeiro e contando com o apoio direto e indireto do Estado, a economia de plataforma mostra-se como um verdadeiro aprofundamento da crise, vetorizada pela ficcionalização do capital e coerção cada vez maior dos indivíduos à uma máquina tautológica do trabalho. Os resultados forneceram evidências para uma interpretação crítica sobre o aprofundamento da subordinação dos trabalhadores de aplicativos e as expressões fenomênicas na escala do urbano, à luz das relações transpostas pelo fetiche da mercadoria.

Palavras-chave: Geografia do Trabalho; *Delivery*; Precarização do trabalho; Economia de plataforma; Territorialização do capital.

ABSTRACT

In modern 21st century society, the ease of requesting services through digital platforms has become so ubiquitous that it's strange to think about how it used to be. With the growing adoption of platformized labor and a demand driven by digital connectivity, the phenomenon of the “uberization” of labor is increasingly being trivialized. This has resulted in a spread of workers submitting to temporary working conditions and the need for establishments to be present on digital platforms to offer and intermediate their services on the market, as part of this platform economy. The aim of this study is to understand the consequences of the platformization of food delivery work by app in the urban space, with the analysis focused on the city of Uberlândia, in the state of Minas Gerais. The methodology is based on an exploratory triangulation between a theoretical discussion of bibliographical nature, a survey of documents and secondary data, as well as the collection of material in the form of interviews and field study, in order to consolidate a critical analysis that grounds the phenomenal expressions in space in relation to their negative, as a dialectical form.. Secondary data suggests that, within a geographical context marked by relative surplus-population and the pervasive presence of digital platforms across the territory, capital progressively penetrates and restructures the social practices of everyday urban life. This process links the provision of supposed solutions, independent work activities, and technical progress to global-level speculation. As such, entangled in various strategies of financial speculation — such as tax evasion — and operate with both direct and indirect support from the state, far from resolving structural issues, platform capitalism represents a deepening of the crisis, driven by the fictionalization of capital and the increasing coercion of individuals into a tautological machine of labor. The results provide evidence for a critical interpretation of the deepening subordination of app workers and the phenomenal expressions on an urban scale, in the light of relations transposed by the commodity fetish.

Keywords: Geography of work; Delivery; Precarization of work; Platform economy; Territorialization of capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Série histórica da dívida pública no Brasil (2010-2024).....	36
Figura 2	– Proporção da população que usa internet por região do mundo.....	41
Quadro 1	– Consulta JUCESP (2025).....	48
Figura 3	– Popularidade do termo "iFood" no Google Trends / Brasil (2011 - 2025).....	49
Figura 4	– Fluxos de receita da Prosus por fonte/negócio (2023)	53
Figura 5	– Fluxos de receita da Prosus por regiões do mundo (2023).....	53
Figura 6	– Nível de dívida e cobertura anual da Prosus (2019 - 2025).....	54
Figura 7	– Conversão de receita em lucro da Prosus (2024).....	55
Figura 8	– Série histórica do desemprego no Brasil em milhões (2012 - 2024)....	68
Figura 9	– Taxa de informalidade dos ocupados no Brasil (2016 - 2022).....	70
Figura 10	– Participação das atividades econômicas no emprego formal / Brasil (2023).....	70
Figura 11	– Panorama comparativo de motociclistas entregadores plataformizados e não plataformizados no Brasil (2022).....	72
Figura 12	– Horas Trabalhadas dos entregadores Nuvem do iFood (2022 - 2024). .	74
Figura 13	– Média de ganhos por hora trabalhada dos entregadores Nuvem do iFood (2022 - 2024).....	74
Figura 14	– Média mensal de horas trabalhadas por faixa de engajamento ao longo dos anos corridos pelo iFood (2022 - 2024).....	76
Figura 15	– Faixa de convocação para a paralização geral dos entregadores na Avenida Rondon Pacheco / Uberlândia, Brasil.....	77
Figura 16	– Reunião dos entregadores em frente ao Center Shopping de Uberlândia no dia da paralização geral.....	78
Figura 17	– Localização do Município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.....	81
Figura 18	– Concentração de estabelecimentos de FastFood em Uberlândia (2025).....	83
Quadro 2	– Dimensões avaliativas do trabalho de campo.....	84
Figura 19	– Principal área de concentração dos entregadores no Center Shopping de Uberlândia, próximo a área de carga e descarga do shopping (04/08/2025 às 12:00 horas).....	87

Figura 20	– Área de acesso dos entregadores ao shopping na saída para a Avenida Rondon Pacheco (08/08/2025 às 19:00 horas).....	87
Figura 21	– Área de espera do Uberlândia Shopping na entrada de carga e descarga localizado na Avenida Paulo Gracindo (10/09/2025 às 19 horas).....	89
Figura 22	– Rampa de acesso para os pontos de coleta do Uberlândia Shopping (10/09/2025 às 19 horas).....	89
Figura 23	– Área reservada para motos na Avenida Bélgica atrás do Pátio Sábia, onde os entregadores aguardam os pedidos (11/09/2025 às 19 horas)....	90
Figura 24	– Local em que os entregadores aguardam pedidos na praça Tubal Vilela (11/09/2025 às 15 horas).....	90
Quadro 3	– Identificação dos entrevistados	92
Figura 25	– Banco no local de espera do Center Shopping (28/08/2025).....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira das Empresas de Software
BACEN	Banco Central do Brasil
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAD	Projeto Auxiliado por Computador (Computer-Aided Design)
CAM	Manufatura Auxiliada por Computador (Computer-Aided Manufacturing)
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEO	Diretor Executivo (Chief Executive Officer)
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
EBIT	Lucro antes dos juros e das taxas (Earnings Before Interest and Taxes)
EDTECH	Tecnologia de educação
FINTECH	Tecnologia financeira (Financial Technology)
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GT	Grupo de trabalho
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDC	Corporação internacional de dados (International Data Corporation)
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa econômica aplicada
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
PNAD	Pesquisa nacional por amostra de domicílios
QTTL	Queda tendencial da taxa de lucro
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RH	Recursos Humanos

TI Tecnologia de Informação

UFU Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ECONOMIA DE PLATAFORMA EM CONTEXTO DE CRISE	19
2.1 Entre a financeirização e a crise do trabalho produtivo	27
2.2 O modelo de Estado gestor da crise	32
2.3 Indústria 4.0 e a banalização das tecnologias de informação no brasil	39
2.4 A especulação e as startups.....	43
2.5 Caso iFood e a territorialização do capital.....	46
3 CONTRADIÇÃO EM PROCESSO NO URBANO	56
3.1 Da plataforma ao capital fixo	56
3.2 A preeminência da circulação na “revolução urbana”	60
4 PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E A CONTRAPRÁXIS	64
4.1 Panorama do trabalho no brasil.....	68
4.2 Reivindicações dos entregadores	76
5 AS EXPRESSÕES DO TRABALHO DE ENTREGA PLATAFORMIZADO	81
5.1 Entre a territorialização e a sujeição ao trabalho (observação de campo)	86
5.2 Da responsabilidade individual à coerção (entrevistas)	91
5.3 A imposição do trabalho plataformizado ao urbano (entrevistas).....	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	114
<u>APÊNDICE A – Processos e aspectos éticos da pesquisa.....</u>	120
<u>APÊNDICE B – Formulário de identificação e roteiro das entrevistas.....</u>	124
<u>APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido (tcle)</u>	127

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna, além de conhecer novas necessidades, consumos e relações, também tem o “privilégio” (Antunes, 2018) de viver na era da tecnologia. Primeiro, com a revolução da produção através das máquinas, depois com os bens de consumo durante a expansão do fordismo, o surgimento das informações em formato digital e, agora, com os serviços que podem ser requisitados na palma da mão.

Nesse sentido, a banalização dos *smartphones* e a emergência dos *apps*, em formato de *softwares* que interligam informações em segundos sem que o usuário saia de sua casa, revelou um novo mercado a ser explorado por grandes corporações. Essas corporações, ao aproveitar soluções idealizadas por jovens sonhadores, aplicando dinheiro, tecnologia e conhecimento de mercado; se imbricam no ramo da tecnologia de informação (TI), capitalizam e monopolizam a expansão e distribuição de tal ferramenta (Pessanha, 2020).

De acordo com Santos (2000), as técnicas de informação permitiram a integração e a comunicação de técnicas, consoante a banalização destes meios pela miniaturização dos computadores, de uma forma nunca vista antes. Assim, a mobilização de técnicas de localização, cálculos algoritmos elaborados de forma automatizada, com tratamento de informação eficaz e complexo, na velocidade possibilitada por *hardwares* de alta potência (Lévy, 1999) para analisar dados e comunicar com instituições financeiras, e a utilização de técnicas de design, marketing e experiência de usuário¹, para integrar o intermédio e a comunicação da produção de mercadorias ou da prestação de serviços e sua logística de transporte; contribuíram para que os serviços mediados por plataformas digitais revolucionassem a forma como nos locomovemos, alimentamos e consumimos.

Vide, por exemplo, a composição paisagística em uma via de grande intensidade. Desde a quantidade de carros e motocicletas em que é possível observar os suportes para celular com um aplicativo aberto, ao escutar do toque característico de alguns aplicativos notificando uma nova possibilidade de rendimento. Ou mesmo a quantidade de carros com um motorista no banco da frente e uma pessoa sentada no banco de trás, em geral, mexendo no celular. E ainda mais visível, a quantidade de motociclistas com mochilas estampando a logo de algum aplicativo, dirigindo de maneira arriscada e ultrapassando semáforos fechados.

¹ Conhecido como UX, ou *User Experience*, é um ramo especializado em compreender e desenvolver a experiência do usuário com um produto. Áreas do UX, como o UI, *User Interface*, é especializado na interface de um *software* ou sistema. A intenção é que o *layout* de uma página seja o mais intuitivo possível e induza o usuário a consumir ou utilizar os serviços ali dispostos. As informações utilizadas por tais desenvolvedores são coletadas durante a visita do próprio usuário, ao permitir essa coleta, no ambiente virtual, por vezes, no formato de *cookies*.

De acordo com Ferreira *et al.* (2023), em um cenário de informatização digital e as consequentes desigualdades impostas pelas condições tecnológicas, emerge um novo contexto econômico denominado de economia de plataforma. Pautada, portanto, na transformação digital e em uma economia de técnicas de informação e comunicação possibilitadas pela internet, a economia de plataforma, ajustada às condições de precarização do trabalho, já determinadas mundialmente pela inserção de dispositivos neoliberais de gestão da população, meandra-se nas atividades laborais de mediação social e circulação de mercadorias.

Para Abílio (2023), a plataformização das atividades é marcada pelas estratégias banalizadas pela empresa Uber, exteriorizando-se em um fenômeno de “Uberização do trabalho”. No entanto, esse termo não se restringe ao trabalho digital, mas se refere a um modelo de negócio e de laboração cometido por um trabalho flexível, sob demanda (*Just in Time*), em que os direitos trabalhistas, controle do trabalho e da remuneração concomitante ao estabelecimento contratual, é perdido. Isso resulta em um processo de informalização do trabalhador que se responsabiliza pelos instrumentos de realização do trabalho, enquanto é subsumido à novos dispositivos de uma remuneração algorítmica em que empresas se apropriam de parte dos ganhos (Franco; Ferraz, 2019).

Dessa forma, para esses autores, um emergente setor de serviços de mediação social, intermediados por algoritmos digitais, é disponibilizado por empresas e corporações nacionais e internacionais, conciliando capitais: financeiro, de tecnologia e corporativo²; monopolizando o mercado destes serviços, que até então se desenvolviam de forma local e, por vezes, na informalidade, ao mercado de especulação mundial. Isso somado às estratégias das plataformas digitais³, em que a questão tributária é nebulosa, os impostos referentes a um contrato de trabalho são negados, os meios intermediários de trabalho, o endividamento e quaisquer tributos (nacional, estadual ou municipal) são relegados ao trabalhador. Para nós, substantivo é compreender que as plataformas se eximem dos custos e se reproduzem por investimentos massivos em especulação de trabalho futuro (realizável ou não), ainda que apresentem subsequentes prejuízos⁴.

Veja, para além de superexplorar o trabalho, agora as empresas relegam a responsabilidade dos meios intermediários de produção ao trabalhador, ao passo que ainda se apropriam de estruturas comuns sociais (Harvey, 2016). A busca incessável do lucro para o

² Sempre que possível, outros setores e segmentos buscam se aliar ao fenômeno.

³ Harvey (2011, p. 29), em “O enigma do capital”: “Negócios não regulamentados e informais permitem todos os tipos de inovação financeira e práticas nebulosas que, no entanto, geram um monte de dinheiro”.

⁴ “Uber tem prejuízo de US\$ 8,5 bilhões em 2019, mas promete lucros em 2020 [...] Apesar do prejuízo, ações da empresa subiram 10% por causa do otimismo com a possível saída do vermelho” (Mognon, 2020).

“sujeito automático” (Marx, 2013)⁵, cada vez mais se manifesta por altos custos de reprodução financeira e baixa produtividade. Em um nexo de Estado-finanças, o custo da financeirização e da operacionalização, somada a uma relação de não pagamento ao Estado, apenas possibilita o aprofundamento de posições políticas e ideológicas reificadas. Não à toa, volta a se fortalecer o discurso da austeridade ao “salário social” (Harvey, 2016), enquanto o “fundo público” (Oliveira, 1998) se esvazia, e o sonho de atendimentos das necessidades básicas humanas através do Estado, como saúde pública, direitos trabalhistas, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), se enfraquece. Portanto, essas são expressões imanentes da tentativa de gerenciamento da crise sistêmica do capital, em que a naturalização das relações sociais condiciona uma noção reificada de solução. Para Menegat (2019), trata-se do fim de uma gestão da barbárie, pois nem capital, nem trabalhado, se consolidam mediante a crise do valor.

A forma de sociabilidade fetichizada pela mercadoria, torna-se assim em uma sociabilidade de relações sociais fetichistas. Para Menegat (2019, p. 35) essa sociabilidade fetichista pode ser entendida como uma “forma de cooperação social objetivamente abstraída”, portanto, que se traduz em uma coação socialmente necessária determinada pela apreensão inconsciente de tal forma de cooperação. (Lira, 2025, p. 8)

Segundo Menegat (2019, p. 35), “Tal coação, que se assemelha em tudo às leis da natureza, produz um curioso estado de naturalização das relações sociais”. Nesse sentido, esse modelo de negócio se caracteriza pela territorialização do capital na escala do urbano. Os Estados se endividam para adequar o território e as cidades, seus serviços e suas infraestruturas às atividades. Enquanto isso, as empresas se eximem de custos para possibilitar o lucro em alguma esfera, diante da compressão deste, ao mesmo tempo estende sua operação em uma relação dialética no urbano. Não só é utilizado infraestruturas das cidades para a realização das atividades, mas também há interferências diretas do fenômeno nas esferas do habitar e do cotidiano do sujeito urbano (Lefebvre, 1999), entregador ou não, sendo um processo diretamente constitutivo da produção das cidades, e do sujeito personificado, nesse contexto.

Partiu-se nessa pesquisa, inicialmente, da hipótese, em que uma possível “vampirização de uma classe informal” (Pessanha, 2020), para além da supereexploração imediata do trabalhador, revela verdadeiramente uma crise sistemática e espacial do capital relegada ao trabalhador, expressa na realidade fetichista e no espaço urbano. Porém, os dados e as construções teóricas, indicam que as teses consolidadas por autores anteriormente citados, como Pessanha, Antunes, Abilio, Franco e Ferraz, circunscrevem suas construções no imediato

⁵ Para Marx (2013), o capital é um sujeito automático.

positivo, constituindo medidas regulacionistas para contradições apresentadas, que não comportam o caráter unitário e indissociável das próprias contradições, como sempre nos apresentou Marx (2013).

Quanto a “crise sistemática e espacial”, entendemos uma crise imanente no contexto da lógica do valor, que embora seja deslocada de forma espacial (por exemplo, do “ajuste espacial” que Harvey nos apresenta, 2005) em um movimento compensatório, não há suficiência para reprimi-la. Nesse sentido, ainda que a crise imanente ocorra sob a égide do “sujeito automático” (Marx, 2013; Kurz, 2014), os sujeitos são reificados à máquina do trabalho, por isso “relegada ao trabalhador”. Portanto, a mediação dessa crise, de forma “transcendente e transcendental” (Kurz, 2014) pelo fetiche da mercadoria, se expressa de maneira total (positiva e negativa, até mesmo paisagisticamente) nas relações urbanas e no espaço urbano. Diante disso, neste trabalho, o urbano será compreendido como uma escala de territorialização do capital.

II

O objetivo deste trabalho, a partir de uma investigação focada na empresa-aplicativo iFood, é compreender as consequências decorrentes da plataformaização do trabalho de entregas de comida por aplicativo no espaço urbano de Uberlândia.

Segundo Tozi (2023), a empresa-aplicativo iFood, atualmente tem o ramo de entrega por plataformas digitais no Brasil oligopolizado e ainda é referência em toda a América Latina. Portanto, adequamos aqui um capital individual⁶ como um ponto de entrada ao fenômeno. As condições de trabalho podem expor qual o padrão de territorialidade a partir de um capital individual, destacando o ordinário deste setor ficcional intermediado por tecnologias de informação, dessarte o controle do setor por capitais especulativos, como “Traders multinacionais”.

Ainda assim, este trabalho apresenta algumas dificuldades, já que se trata de uma discussão impulsionada por uma digitalização ainda tratada de forma incipiente entre geógrafos. Dessa maneira, nos apegaremos: a compreensão do fenômeno de economia de plataforma no espaço, no contexto dos desdobramentos da crise do valor e das tentativas de gerenciabilidade; a análise do padrão de territorialidade estabelecido no contexto da plataformaização do trabalho, partindo do serviço de entregas de comida por aplicativo, e as relações dialéticas no espaço urbano; e a identificação das condições de trabalho, principalmente relacionadas à estrutura e formação categorial da atividade, dos entregadores de

⁶ Enquanto um fragmento do capital total, personificado por um ou mais capitalistas, neste caso uma empresa de um segmento da economia.

aplicativo que estejam em atividade nas áreas de maior demanda em Uberlândia. A intenção aqui se trata de buscar formas de interpretar o fenômeno, sem distinguir por capitais individuais, na forma em que o interesse individual está circunscrito pelo movimento da lógica. Portanto, buscaremos compreender o fenômeno como um fragmento da totalidade, considerando o movimento contra tendencial de não interrupção da acumulação infindável; mesmo se dissociada da reprodução ampliada do valor.

III

Essa pesquisa será conduzida pela problemática no intuito de interpretar o fenômeno, a partir da prática do sujeito entremeado no trabalho imediato vinculado à plataformização. Segundo Matos e Salazar (2009, p. 282): “A formulação do problema é a base empírica e fomenta a busca de um corpo teórico que deve orientar e contextualizar o objeto de estudo no tempo e no espaço”.

O agrupamento das posições teóricas e dos dados empíricos ocorrerá pela tratativa do pensamento em constelação de Adorno (2009). Segundo Silva, Azeredo e Bittencourt (2016), “precisamos de algo que não seja meramente cartesiano ou positivado numa ordem e num progresso que escravizam como fórmula mágica.”. Portanto, seguiremos no caminho de uma exposição constelatória, na qual “na medida em que os conceitos reúnem em torno da coisa a ser conhecida, eles determinam potencialmente seu interior, alcançam por meio do pensamento aquilo que o pensamento necessariamente extirpa de si” (Adorno, 2009, p.141).

No que tange ao método, partiremos de um materialismo histórico e dialético, em que defende Marx e Engels (2019, p. 35):

Essa concepção da história baseia-se, portanto, em desenvolver o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata, e em conceber a forma de intercurso associada a esse modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em diversas fases) como o fundamento de toda a história e tanto apresentá-la em sua ação como Estado, quanto explicar a partir dela, todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência, religião, filosofia, moral etc. E seguir o seu processo de surgimento a partir desses produtos, o que, em seguida, é claro, permite representar a coisa em sua totalidade (e também, portanto, a interação desses lados diferentes)

No entanto, buscamos traçar os fundamentos de um materialismo dialético, que se preocupe em primeiro lugar com uma crítica categorial que busque negar as determinações ontológicas do capital. Consequentemente, esta crítica deve ser pautada prioritariamente no trabalho abstrato, na representação em dinheiro e nas relações, ideologias, concepções e práticas constituídas pelas relações da forma de intercurso fetichista. Portanto, a pesquisa em destaque

busca traçar um movimento epistêmico dialético, exploratório e de orientação marxiana, porém compromissado à crítica categorial.

Este trabalho foi realizado na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, tendo como foco a avaliação da plataformização do trabalho pela empresa-aplicativo iFood. Trata-se de uma pesquisa analítico-crítica, com uso de instrumentos qualitativos de investigação. Os procedimentos metodológicos envolvem coleta e análise de dados, essencialmente exploratórios.

A avaliação partiu de dados secundários e primários. Foi realizada pesquisa documental, revisão de literatura e levantamento empírico de informações sobre o fenômeno, no intuito de elaborar uma triangulação (Triviños, 1987) entre estas coletas de material. O levantamento de material primário ocorreu a partir de entrevistas semiestruturadas com doze (12) entregadores “parceiros” da empresa aplicativo, exclusivamente da modalidade de “entrega parceira” do iFood⁷.

Para isso, foi conduzida investigação do tipo exploratória em bases de dados bibliográficos oficiais (Scielo, Capes, repositórios) e documental. A pesquisa do tipo exploratória, na qual o pesquisador parte de uma hipótese para investigar uma realidade específica (Triviños, 1987), é adequada pela natureza da temática deste estudo, cuja abordagem é ainda muito recente na Geografia brasileira. É uma técnica que fundamenta uma investigação não parametrizada, o que permite incorporar leituras não apenas na forma de artigos, mas também livros, reportagens, legislações, dissertações e teses.

Também foram levantadas informações em bases de dados abertos e públicos, no intuito de elaborar uma breve análise com dados que corroborem na visualização do fenômeno em escala ampla no Brasil. Nesse sentido, foi realizada consulta de CNPJ pela receita federal e pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), de forma a examinar cadastros que tenham razão social associada ao termo “iFood”. Essa investigação objetivou examinar estrutura jurídica, distribuição geográfica, relações mercadológicas, profusão de capital e situação tributária da empresa-aplicativo.

Também foram explorados os dados disponibilizados pela própria empresa-aplicativo divulgados em seu portal de notícias e portal de dados (<https://institucional.ifood.com.br>), para analisar as informações históricas de gênese, expansão e transações da empresa-aplicativo, além

⁷ A empresa-aplicativo disponibiliza duas modalidades de cadastro para os estabelecimentos: *Marketplace*, onde os estabelecimentos apenas são disponibilizados na plataforma, enquanto possuem entregadores próprios, sendo responsáveis pelas entregas e pelo gerenciamento de seus entregadores; e *Full Service*, ou “entrega parceira”, no qual a empresa-aplicativo é responsável pela “inteligência logística” (iFood, 2023), ou seja, pela alocação do entregador, pelo tempo da entrega e pela taxa.

de dados de atuação, operacionalização e colaboração, como: de movimentação de renda e geração de postos de trabalho, ações de marketing, gestão da questão trabalhista, modelo de operação, entre outras. Por fim, foram levantados dados de desemprego, ocupação e renda em trabalho digitalmente mediado, uso e consumo de internet e de aplicativos, disponibilizados pelo IBGE, PNAD, observatórios e entidades, entre outros dados que auxiliem no fornecimento de um quadro panorâmico sobre o fenômeno em uma escala global e nacional.

Já os dados primários foram produzidos a partir de dois instrumentos de coleta de dados: trabalho de campo e entrevistas. Optamos por dois instrumentos para haver uma aproximação ao objeto, buscando as contradições e as relações fetichizadas, a partir da sistematização de informações obtidas por sujeitos entremeados no fenômeno. Os procedimentos metodológicos e os aspectos éticos da pesquisa foram submetidos ao comitê de ética em pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e aprovado pelo CAAE: 86658925.0.0000.5152. O detalhamento do processo de coleta e dos aspectos éticos pode ser consultado no APÊNDICE A. A presente investigação não buscou descrever o fenômeno ou interpretar crenças e signos de modo isolado, mas analisá-lo a partir do discurso dos sujeitos inseridos no processo laboral e ideológico do capitalismo contemporâneo, orientando-se pela perspectiva materialista. Assim, a sistematização dos relatos não se limitou à dimensão empírica, mas constituiu a base para a reflexão teórica e crítica ancorada na realidade concreta.

Os relatos sistematizados serviram como a base empírica para a reflexão e a abstração, ou seja, a base para a uma crítica categorial fundamentada na corporificação da realidade. Bem como, Marx (2013) utiliza de relatos de trabalhadores e de proprietários dos meios de produção, para revelar como a exploração da extenuante jornada de trabalho francesa do século XIX, se realiza em mais valor absoluto na relação global do capitalismo, no intento de formular uma compreensão completa sobre o capital.

O questionário de 1880, realizado por Marx, dirigido à classe operária francesa, para que os próprios sujeitos descrevessem as condições nas quais eram explorados, pois, segundo Marx, somente eles poderiam convenientemente fazê-lo, é um bom exemplo do caráter teleológico das investigações orientadas para a transformação. (Prates, 2012, p.118)

A orientação aqui se baseia em “tratar conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram até aqui, de despojá-los de seu caráter natural...” (Marx; Engels, 2019, p. 79), ou seja, traçar uma investigação orientada para e pela transformação, no intuito de constituir uma reflexão destinada a produção científica que se preocupe com uma forma de intercurso própria e despojada do fetiche da mercadoria. Isso considerando um novo momento do capitalismo, em que não se pode pressupor uma verdadeira acumulação ampliada

pautada na valorização do valor através da exploração trabalho, no contexto da prevalência da dívida e das cifras astronômicas, mas que de forma fetichista, naturaliza os termos do trabalho, da produção e da circulação de mercadorias, propondo uma sociedade reificada da possibilidade de distribuição do valor por um lado e de coerção cada vez mais profunda dos sujeitos ao trabalho por outro.

Todos têm, "de alguma maneira", que mandar brasa, mesmo que brasa não haja mais, e todos têm, "de alguma maneira", que pôr mãos à obra com todo vigor, mesmo que não haja nenhuma obra a ser feita, ou somente obras sem sentido. As entrelinhas dessa mensagem infeliz deixam muito claro: quem, apesar disso, não desfruta da misericórdia do deus-trabalho, é por si mesmo culpado e pode ser excluído, ou até mesmo descartado, com boa consciência. (Grupo Krisis, 1999, p. 14)

Portanto, o reconhecimento empírico deste trabalho é composto por pelo menos dois momentos: o primeiro de reconhecimento das estratégias e operacionalização de um capital individual e as condições de trabalho consequentes deste; e o segundo do reconhecimento categorial para subsidiar as abstrações relativas as expressões de crise no setor (considerando que é um setor oligopolizado). Dito isso, será necessário compreender a operacionalização da plataforma, a priori em seu vínculo com os entregadores, para analisar a territorialização do capital pelo espaço urbano, circunscrito à lógica do capital global, nos dissuadindo do exotismo às benesses da tecnologia.

2 ECONOMIA DE PLATAFORMA EM CONTEXTO DE CRISE

De início, entre diversos termos que buscam conceituar o fenômeno, como *Gig-Economy*, *Crowdsourcing*, Uberização, trabalho digital (Antunes; Filgueiras, 2020); Economia de Plataforma compreende de forma ampla uma economia vetorializada às tecnologias de informação e comunicação em formato digital (Ferreira *et al.*, 2023; Wirtz, 2019), acessíveis por meio das plataformas digitais.

Essa vetorialização da economia global consolida um cenário laboral próprio, no qual o trabalho também se torna plataformaizado, tanto em seu desenvolvimento, quanto nas atividades disponibilizadas por tais plataformas. Segundo Oltramari *et al.* (2023, p. 109), uma gerência algorítmica possível por meio das plataformas “exerce um controle intenso sobre os trabalhadores”.

Nesse sentido, essa economia que também podemos chamar de capitalismo de plataforma ou capitalismo informacional, contém indícios de estratégias que remetem a clássica

exploração da “jornada do trabalho” (mais-valia absoluta), apresentada no livro I⁸ da teoria do valor (Marx, 2013). Diversos autores se alinham na compreensão de que esse novo modelo de trabalho se apresenta como uma forma de recuperar o fôlego da acumulação. No entanto, defenderemos nessa dissertação a possibilidade do aprofundamento da ficcionalização do capital e, principalmente, da expressão da tentativa de capitais individuais em suprimir os resultados da própria crise sistêmica, ainda que aprofundando-a.

Ressaltamos aqui também, que assim como a tradição marxiana e os próprios textos de Marx, essa dissertação passa por uma série de mediações que comportam o caráter duplo das obras marxianas. Como exposto no texto “A coerção em tempos de trabalho plataformizado: breves considerações a partir de entrevistas com entregadores de aplicativo em Uberlândia”⁹, partimos da compreensão do duplo Marx (Kurz, 1998): um do fetiche da mercadoria e outro teórico da modernização; o primeiro em uma leitura esotérica e negativa, pouco explorada e crítica a naturalização das categorias capitalistas e o segundo em uma leitura exotérica e positiva, mais conhecida e movida pela luta de classes. Não só traremos crítica a autores que se pautam nesses problemas da exposição da obra do Marx, como também cometemos diversos dualismos inerentes ao amadurecimento intelectual do autor desta dissertação.

Tensionaremos nessa dissertação se essa economia de plataforma é uma expressão de crise do capital que se financeiriza e se ficcionaliza, apoiada na territorialização do capital e na apropriação da renda do trabalho de mediação social, intermediada pelas tecnologias de informação, mesmo que pelo endividamento dos trabalhadores para exercer o trabalho e pela austeridade ao salário social. De acordo com Pessanha (2020), as plataformas e as Startups são intermediadores de vampirização de renda do trabalho voltado a mediação social para as altas finanças. Por outro lado, questionamos se a reprodução de tais capitais individuais ocorre por tal ‘apropriação de renda’¹⁰, visto que, em contexto de financeirização, a circulação de capital seja determinada pelo adiantamento de capital na forma de endividamento e negociação de novos ativos. Tece, nesse sentido, que o trabalho de mediação social concretize os capitais individuais na materialidade, possibilitando sua operacionalização sem que seja considerada fraudulenta.

⁸ Especificamente no capítulo 8, da seção III, do livro 1. No entanto, consta de um intenso trabalho de Marx desde a seção I, desenvolvendo a síntese sobre a substância do valor (trabalho vivo), resultante na seção III sobre a produção da mais-valia absoluta.

⁹ Texto apresentado pelo autor para o XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, contendo resultados parciais desta dissertação.

¹⁰ Ou mesmo se uma percepção distributiva da qualidade do valor pode ser considerada.

O conceito de apropriação neste trabalho pode ser remetido ao que Harvey (2016, p. 64) chama de contradição entre “apropriação privada e riqueza comum”, também entendido como apropriação da riqueza comum. Para Harvey (2016), o conjunto de valores de uso produzidos na interação entre a natureza e o trabalho social, ou seja, a riqueza comum, são ‘apropriados’ por atores privados. Porém, este conceito remete apenas à uma problemática de classe do capital, ou seja, de distribuição da forma valor. De outra forma, buscamos interpretar aqui a internalização de pressupostos obnubilados pelo fetiche da mercadoria, e o aprofundamento da crise e da desigualdade de classe pelo limite imanente do próprio capital.

Tratar superficialmente da transferência de renda, ou do que Marx (2013) chama de “concentração”, do trabalhador para um capital individual, seria apenas uma forma de buscar soluções paliativas na administração da crise, destinada a manutenção da reprodução do capital, portanto não se adequa ao caráter de crítica categorial presente neste trabalho. Valor pressupõe a sua principal relação no capital, que é a sua valorização, ocorrida por meio dos movimentos evidenciados por Marx (2013) de concentração e centralização, determinantes, à priori, da exploração do trabalho. Na exposição da “forma relativa” e “forma equivalente” (Marx, 2013), fica claro ao leitor que para além de uma noção quantitativa, as formas de valor são uma relação social que, no capital, é exposta pelo equivalente geral na forma de preço, obnubilando a própria forma valor e se estendendo no que Marx (2013) chama de fetichismo da mercadoria. Diante disso, devemos considerar que a relação social determinada pelo fetiche, sempre será negociada na forma preço pelo equivalente geral, podendo esse, inclusive, se autonomizar da forma valor pelos próprios desdobramentos das determinações da valorização.

Portanto, em uma leitura simples marxiana da lógica do capital: mercadorias são elaboradas por meio de trabalho e são realizadas para reprodução social, retornando ao movimento do capital acrescidas de mais valor. Enquanto “o valor presente nas mercadorias nada mais é que uma relação social, dada a partir do tempo de trabalho social médio para a sua confecção” (Rocha *et al.*, 2024, p. 180); o movimento concorrencial entre diferentes unidades produtivas e as relações de troca entre mercadorias, expressam o valor enquanto *quantum* de trabalho (Rocha *et al.*, 2024). Desta forma, o trabalho vivo, que produz as mercadorias, gera valor, e é o negativo do trabalho morto, ou seja, o que não é aparente nas mercadorias, o trabalho abstrato enquanto *quantum* de trabalho.

A mercadoria com sua contradição entre valor de uso e valor de troca, nos é necessária, enquanto indivíduos, porque é através dela que satisfazemos nossas necessidades sensíveis, porém para seu acesso é necessário mercadoria em forma de dinheiro, o que coloca a tautologia,

ou seja, sua metamorfose, momento em que ela se realizada segundo a qual veio ao mundo, se transmutar em equivalente geral (Rocha *et al.*, 2023, p. 182).

O valor, enquanto *quantum* de trabalho, apenas existe se as mercadorias se relacionarem por troca¹¹, ao mesmo tempo em que para haver necessidade de troca, as mercadorias devem ter qualidades que satisfaçam as necessidades sensíveis. O valor duplo da mercadoria é intrínseco a troca e por ele se desenha o fetiche da mercadoria. Dessa maneira, para haver a troca de uma mercadoria, esta é igualada a outra em termos de quantidade, tal qual os incansáveis exemplos de Marx (2013) em que 20 braças de linho é igual a 1 casaco (Rocha *et al.*, 2023). Para que todas as mercadorias sejam igualadas a uma única mercadoria, serve, portanto, a mercadoria-dinheiro, a qual como um equivalente geral, transmuta-se em tudo e tudo transmuta-se em mercadoria-dinheiro.

Neste sentido, o dinheiro como equivalente global de valor, também equivale a uma face oculta, o trabalho abstrato. Em uma relação global e imaterial, em um amontoado de trabalho, se forma o valor social do trabalho, que é representado por formas materiais, ou seja, mercadorias e dinheiro. Enquanto esses aparecem como representação, o *quantum* de trabalho vivo para sua produção (trabalho abstrato) é obnubilado, mesmo que seja o aspecto inicial que determina a mediação e a reprodução social.

Essa ocultação do trabalho pelo dinheiro, remete à mediação da sociedade pelo fetiche da mercadoria, que tanto Marx (2013; 2017), quanto autores mais contemporâneos como Kurz (1993; 2007; 2019), Adorno e Horkheimer (1985), insistem tanto.

[...] ao investigarmos a mercadoria e o dinheiro, já destacamos o caráter mistificador que faz com que as relações sociais, às quais os elementos materiais da riqueza servem como portadores na produção, sejam transformadas em atributos dessas próprias coisas (mercadorias) e, ainda mais explicitamente, a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Todas as formas sociais, na medida em que conduzem à produção de mercadorias e à circulação de dinheiro, tomam parte nessa distorção (Marx, 2017, p. 776).

A sociedade da mercadoria e do trabalho se configuram por esta mistificação, e embora o sujeito não seja ‘ganancioso’ ou não deseje ter uma infinidade de bens materiais, está sujeito à reprodução social histórica e logicamente determinada por esses termos e, consequentemente, se auto sujeita a jornadas de trabalho extenuantes para assegurá-la. Este caráter mistificador se

¹¹ Ainda que indiretamente, devido ao aspecto concorrencial global que deve ser considerado em uma sociedade de troca de mercadorias.

expressa na sociedade em relações sociais contraditórias e, por vezes, contraproducentes ao capital global, ainda que interessante aos capitais individuais, já que passíveis de serem transmutadas em dinheiro – fetiche do dinheiro. O fetiche da mercadoria e seus desdobramentos – o fetiche do capital ou fetiche do dinheiro, como mencionado acima –, como a representação dinheiro, a sujeição e a exploração do trabalho, mistificam uma série de “pressupostos”, ou seja, diversos significados e práticas que se internalizam no sujeito, embora sejam externos ao sujeito. Esses pressupostos se tornam parte integrante da socialização, no que Adorno e Horkheimer (1985) chamam de “forma de consciência reificada”, ou seja, a inversão sujeito e objeto.

Desta forma, a representação desta relação se aprofunda em trabalho mediado por dinheiro e configura a internalização da sujeição neste movimento de personificação de “sujeitos reificados” (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014, p.56). Nesse sentido, é estabelecido expressões fenomênicas representadas por atos e atores políticos, econômicos, teóricos, cientistas etc.; condicionados estes pelas próprias contradições internas do capital (consequentemente pelo fetiche da mercadoria).

No plano empírico, portanto, mesmo que todos sujeitos estejam internalizados à esta dominação, enquanto personificações do “sujeito automático” (Marx, 2013), a dominação não se dá sem os indivíduos. Para Harvey (2016), ainda que preterindo o fetiche, para além do capitalista se apropriar da natureza, de localidades singulares e de mais valor na forma de extração de renda imediata, ou seja, trabalho não pago, o capitalista pode se apropriar de uma diversidade de objetos, da reprodução social e da mediação social, ou de bens tangíveis e bens intangíveis, produzidos por trabalho social. Dessa maneira, os capitais não só se imbricam na apropriação de trabalho vivo de mediação social pela internalização da sujeição ao trabalho, mas também na apropriação de trabalho morto já cristalizado em infraestrutura e serviços de manutenção da sociabilidade urbana. Ainda assim, Harvey (2016) parte de uma noção reificada do valor, propondo que mesmo esse trabalho morto enquanto riqueza comum, ou trabalho social em reserva de valor cristalizado, deva ser quantitativamente dividido de forma proporcional na sociedade, desprezando a condição do fetiche e da coerção ao trabalho determinada mesmo por termos de divisão igualitária.

Aqui, insere-se a ideia de territorialização do capital, que figuram “como processo de formação das relações de trabalho tanto pelo uso de violência extraeconômica quanto de econômica” (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014, p.55). A territorialidade remete a relação

entre o pré-formado, enquanto dispositivos de sociabilização¹², e novos dispositivos de dominação do capital que se meandram no território, ou seja, se territorializam. A territorialização do capital é, portanto, uma relação entre o já internalizado e o que se insere a se tornar internalizado. O fetiche da mercadoria é a essência desse processo, já que o último se dá em uma relação dialética entre o inconsciente – pré-formado, de acordo com relações de poder, constituição da sociedade civil e até mesmo condições naturais – e o consciente, suscitando à contradição em processo da renovação capitalista de Marx, como uma "autocontradição elementar" (Kurz, 2007).

Elementos constitutivos da sociedade civil, das condições naturais, relações de poder, ordens de formas de gerenciamento da sociabilização (tal qual o Keynesianismo ou o Neoliberalismo), ainda que historicamente determinados pela constituição do território, constantemente são tensionados com novos dispositivos do capital, ou até mesmo com contrapráxis. No primeiro caso, podemos suscitar o “ajuste espacial” que comenta Harvey (2005), enquanto a busca por dispender sobreacumulação em novas oportunidades de mercado, “nas fronteiras ainda não cultivadas”¹³, ou seja, onde o sobretrabalho não seja bem aproveitado, ou onde tenha menos concorrência para realização. Neste caso, os dispositivos que o capital leva à territorialidade de destino, são justapostos ao pré-formado e resultam em novas relações naquele local. Despojando a ideia anterior de individualismo metodológico, essa relação se dá de forma contínua nas territorialidades.

No segundo caso, sobre o papel da contrapráxis imanente (Kurz, 2007), ou seja, a prática na contratendência da forma de gerenciamento da sociabilização, por exemplo na forma de movimentos sociais e greves para, muitas vezes, apenas garantir o mínimo às necessidades vitais; há nela parte constitutiva dessa territorialização. O movimento entre os dispositivos internalizados, em uma relação dialética com a consciência, na forma de contrapráxis, é elemento fundamental da territorialidade e define em parte o curso da territorialização do capital, ainda que sem romper com a lógica da mercadoria e ainda sendo parte estruturante desta. Suscita-se aqui, o antagonismo entre motoristas da Uber e taxistas em meados dos anos 2010, no Brasil, que exemplifica, não só o processo de territorialização relacionado às plataformas digitais, iniciando pela Uber, como também a falência do modo de gestão da população no Brasil, ou até mesmo de uma perspectiva mínima de Estado de bem-estar social.

¹² E possivelmente, já se possa falar em dispositivos de dominação se essa sociabilização já se der pautada direta ou indiretamente pelo fetiche da mercadoria.

¹³ Aqui, tem uma ideia de que remete ao Estado Isolado de Von Thunen, que Harvey (2005) discute em “a produção capitalista do Espaço”.

Esse momento indica de forma absoluta a “forma de consciência reificada” (Adorno; Horkheimer, 1985), pelo qual os sujeitos reificados, nessa inversão da dominação do sujeito pelo objeto, de forma naturalizada, se sujeitam justamente como representação do próprio capital, ou seja, o indivíduo localizado no “exército de reserva” e subsumido aos termos do dinheiro, defende uma possibilidade de rendimento, mesmo que essa possibilidade o extermine¹⁴.

Retomando a posição de Harvey, tanto sobre o “ajuste espacial” (2005), quanto à “apropriação” (2016), há uma compreensão de que são movimentos compensatórios de crises, ou seja, que as crises historicamente datadas são deslocadas no espaço. Por exemplo, segundo Harvey (2011, p. 78), “as relações entre o capital e o trabalho, bem como entre capital e natureza, são mediadas pela escolha de tecnologias e formas organizacionais”, assim, para o autor, o capitalismo, quando diante de uma aparente crise, propõe “soluções tecnológicas e organizacionais” como compensações.

Não obstante, o “ajuste espacial” (Harvey, 2005) deva ser considerado, inclusive como forma de anular a imposição temporal do processo produtivo¹⁵ e como contratendência, este se apresenta nas obras de Harvey “como um desequilíbrio constante da reprodução social capitalista” (Boechat *Et al.*, 2019, p. 6 – 7), com um caráter cíclico diferente do que é apresentado pelos neoclássicos. Nesse sentido, para o autor o ajuste espacial recupera a fôlego da acumulação, quando em processo de “sobreacumulação” (Harvey, 2005), em um molde de gestão espacial de crise. Portanto, na concepção de Harvey (2005, 2016), não há uma verdadeira crise fundamental, há contradições geridas para viabilizar a acumulação infundável, relegando a crise para grupos espacialmente diferenciais, considerando sua concepção reificada de um valor quantitativo que é mal distribuído (apropriação). Ainda que utilizemos aqui o ajuste espacial como exemplo de territorialização do capital, é necessário tecer a crítica, no sentido que partimos de uma crise fundamental lógica que aprofunda os termos do valor, agrilhado justamente nas naturalizações da reificação.

Ainda assim, desde a década de 1970 vivenciamos mundialmente uma ofensiva no desenvolvimento de técnicas de comunicação, informação e transporte (desenvolvimento das

¹⁴ Como no caso de alguns entregadores de iFood que entrevistamos, que mesmo quando se acidentaram, seguiram trabalhando para não sofrerem alguma forma de bloqueio, ou mesmo porque ainda não haviam batido a meta do dia. Em um caso específico, um dos entrevistados disse que voltou a trabalhar dias depois, ainda machucado, porque caso ficasse em casa não conseguiria pagar suas contas.

¹⁵ Como é o caso da apresentação histórica do capital fictício no livro 3 da obra de Marx (2017), em que o próprio deslocamento se torna a reprodução de dinheiro na forma de letras de crédito, ou como é o caso nos momentos em que o departamento 1 do centro deixa de se realizar e começa a ser exportado para periferia por meio de negociação de trabalho futuro (a princípio, capital portador de juros).

forças produtivas), simultâneo a consolidação de uma sociedade financeirizada. Trata-se de um século XX que manifestou as barreiras do capital, gerido este no intento de manter seu suposto “crescimento exponencial” (Harvey, 2016).

2.1 Entre a financeirização e a crise do trabalho produtivo

Desenvolver um raciocínio que busque compreender a valorização do valor, ou a acumulação ampliada do capital, em moldes pautados na teoria do valor (Marx, 2013; 2017), precisa partir da categoria de trabalho produtivo. Apenas podemos mencionar essa categoria, a partir do modelo de trabalho assalariado de produção de mercadorias, mediado pela composição orgânica do capital, as quais são realizadas quando produzem uma massa de valor que em parte é retido pelo capital como “mais-valor” e assim seu “consumo é recuperado de novo na reprodução ampliada” (Kurz, 2019, P. 65).

Ainda assim, trabalho produtivo é também mediado pelo seu oposto, trabalho improdutivo, o qual se apresenta como um gasto para a lógica do capital global. Mesmo que seja necessário para a mediação social, um trabalho só produz mais-valia se reter parte do valor do trabalho, que é realizado pelo próprio salário do trabalhador ou de parte do valor do trabalho retido, para impulsionar ainda mais a acumulação ampliada. Segundo Kurz (2019, p. 65), trabalho improdutivo “no plano global da sociedade, trata-se apenas de um consumo que desaparece sem deixar rastros e sem impulsionar a reprodução capitalista”, ou seja, que se resume ao plano da circulação¹⁶ e da mediação social.

Entender trabalho improdutivo pela não materialidade da produção é insuficiente¹⁷. Para isso, torna-se necessário agregar a compreensão de que circulação de mercadorias não é necessariamente sua realização, no caso da última, o trabalho se auto paga e o sobrante se transmuta em mais valor. Trabalhos que se pautam apenas em transferência de dinheiro, portanto, não necessariamente são produtivos. Também é importante consolidar que é improdutivo ao capital global, pois para capitais individuais que investem e lucram em tais atividades, pode ser um trabalho produtivo, tanto quanto pode ser produtivo (e é) para a sociabilização da sociedade, para a produção urbana e para a mediação social.

¹⁶ Segundo Marx (2017), parte do valor ficar retido no plano da circulação enquanto a mercadoria não se realiza. Desta forma, intermediários enquanto capital comercial e o aceleramento da circulação, possibilitam o adiantamento de capital para a esfera da produção. Essa lógica conduz a uma indissociabilidade dos planos, que, no entanto, devem estar em um certo "perfeito funcionamento" para não causarem crises de falta de realização. Pois bem, trata-se também de uma contradição, nesse caso não como a da produção e realização como diz Harvey (2016), mas entre a circulação como adiantamento de capital e a realização. De acordo com Marx (2017), no livro 3, quando faz sua elaboração histórica sobre o capital fictício, é justamente uma relação unitária e contraditória entre o adiantamento de capital e a realização que conduz à constituição de capital fictício. A retenção de parte do valor na esfera da circulação, portanto, também conduz a desdobramentos contraproducentes a valorização do valor.

¹⁷ E, de certa maneira, positivista, pois não considera os aspectos negativos desta relação dialética da reprodução ampliada.

De acordo com Kurz (2019), o modo de produção fordista, impulsionado essencialmente pela indústria automotiva, “encobriu por mais de meio século a crise estrutural nascida da expansão contemporânea do trabalho improdutivo” (Kurz, 2019, p. 78). Suscita-se aqui a discussão sobre a “queda tendencial da taxa de lucro” (Marx, 2017), na qual Kurz (2019) argumenta que ao exaurir a expansão da “mais-valia absoluta”¹⁸, o capital investe em cientificação, tecnicização e racionalização, em um processo de exploração da “mais-valia relativa”¹⁹, na qual reduz-se os custos de reprodução de força de trabalho pela maior implementação de técnica (capital constante).

O crescimento do capital orgânico gerado pela relativa diminuição do capital variável²⁰ no setor produtivo, decorrente do avanço da tecnologia e da automatização das atividades produtivas, significou um menor investimento em trabalho vivo para a produção e, consequentemente, em uma menor produção de valor por produto. Em uma relação compensatória, a implementação de trabalho morto na produção necessita de um aumento tal na produção de mercadorias (mais-valia relativa) que compense proporcionalmente a diminuição do capital variável, em um sobrante na massa final de valor. Portanto, a mesma técnica que foi aperfeiçoadada para aumentar a produtividade (desenvolvimento das forças produtivas) e superar a concorrência, exige um montante de capital adiantado e aprofundamento das contratendências tamanho, que são contraproducentes para a própria valorização do valor, subsequente em uma crise sistêmica de valorização e aparente em crises de realização (esta última, associada recorrentemente aos níveis de desemprego ocasionados em determinados períodos e territórios).

Dessa forma, o fordismo promoveu um desenvolvimento da acumulação capitalista ambíguo. A grande mobilização de trabalho produtivo industrial e agrícola, associado aos estímulos de um modelo de realização de mercadorias (voltado pelo consumo), idôneos a valorização do valor, promoveu também o incremento do trabalho improdutivo e dos mecanismos de financeirização, que ainda naquele momento “o crescimento absoluto da

¹⁸ Essa ideia começa a ser discutida por Marx (2013) na seção 3 do primeiro livro 1 d’O capital’, já que o aumento da “mais-valia absoluta” se pauta em maior exploração da substância do valor, o tempo de trabalho. Sendo assim, acessa-se maior produtividade do capital variável (trabalho), pela exploração ilimitada da força de trabalho e da jornada de trabalho.

¹⁹ Destaca-se aqui que não se trata de dois momentos diferentes, pois “mais valia absoluta” e “relativa”, no plano empírico, não existem separadamente. No entanto, as renovações técnicas alteram exponencialmente a proporção dos capitais.

²⁰ De acordo com Marx (2013), a relação entre capital constante em proporção ao capital variável resulta no capital orgânico.

substância real de valor compensava o aumento absoluto e relativo dos setores improdutivos” (Kurz, 2019, p. 78).

A expansão fordista está associada, portanto, a investimentos infraestruturais e a mediações sociais, que ampliavam serviços de reprodução sociais produtivos ou não, concomitante “a hipoteca de massas futuras de valor” (Kurz, 2019, P. 81). A particularidade, até então, é que a “efetiva ampliação da massa absoluta de lucro” (Kurz, 2019, P. 81), ainda superava e conseguia pagar a taxa de juros da compra e venda de trabalho futuro.

Segundo Kurz (2019), a fase crítica desse modelo de compensação foi atingida pela revolução microeletrônica em meados de 1970, quando o trabalho morto superou absolutamente o trabalho vivo no processo produtivo e o processo substancial de acumulação global começou a se inviabilizar (Bonchristiani, 2021).

Para Kurz (2007), esta relação se infere em uma crise do trabalho, expressa prioritariamente na expulsão dos trabalhadores industriais e nas crises que sucederam os anos 1980 e 1990. Para Harvey (2016), esta crise estaria fortemente ligada à contradição entre a produção e a realização (quando resultado da expulsão em desemprego) e da “descartabilidade humana”.

No entanto, constantemente Harvey (2016) associa sua base marxista à conceitos da interpretação anticíclica de keynesianos, ou até mesmo de cepalistas de meados do século XX. Nesse sentido, por vezes parece entender circulação e realização com o mesmo significado, levando a um entendimento em que o desemprego e o rebaixamento dos salários causam um problema distributivo e, dessa forma, de realização²¹. Assim, o autor comprehende que as compensações (como o “ajuste espacial”) fazem um papel de ciclagem espacial do capital, corrigindo momentaneamente as contradições internas e remunerando os capitalistas. Primeiro, trata-se de retomar a diferenciação que Kurz (2014) elabora entre o “dinheiro de circulação” e “dinheiro de realização”, possibilitando uma separação teórica entre o capitalismo e outros momentos históricos, mas também indicando que a transmutação da mercadoria em dinheiro (circulação), não pressupõe sua realização, embora o capital adiantado para o produtor que

²¹ Para Marx (2017, p. 243): “É preciso vender a massa inteira das mercadorias, o produto total, tanto a parte que repõe o capital constante e variável como a que representa o mais-valor. Se não se conseguir vendê-la ou se conseguir apenas em parte ou a preços inferiores aos de produção, o trabalhador terá sido explorado, certamente, mas sua exploração não se terá realizado como tal para o capitalista”. Nesse sentido, para a realização se dar, não necessariamente a mercadoria tem de circular a qualquer custo, pois mesmo que o capital seja adiantado, caso ele se imbrigue em outras relações contraproducentes, a realização pode ser “prejudicada” em algum momento. Portanto, embora a questão distributiva gere circunstâncias para superprodução, as “soluções” que apenas trataram a circulação, aprofundaram a relação contraditória.

passou a mercadoria para as mãos do próximo, em uma análise com individualismo metodológico, seja necessário para manter o processo produtivo²².

Ainda que aqui compreendamos que a realização só ocorre ao capital total quando o processo produtivo como um todo exponencialmente obtém um retorno maior de valor (ainda que enquanto relação social), também devemos retomar que quando mecanismos de capital portador de juros e capital fictício se sobrepõe ao processo produtivo, não se trata apenas de compreender o equivalente geral como um mero objeto de circulação concentrado em poucas mãos. Portanto, a possibilidade do equivalente geral se autonomizar do processo produtivo (da fricção entre as unidades produtivas que se expressa em preço) por conta de mecanismos de rolagem de dívidas, endividamento sujo, endividamento estatal e etc., torna o dinheiro em algo que circule a mercadoria, mas não a realize em mais valor, ainda que alguém obtenha lucro no fim do processo.

Oliveira (2011), além de criticar o argumento da dualidade, que não considera que o rebaixamento da reprodução social gerado pelos baixos preços dos gêneros alimentícios e originado do baixo salário agrário na fronteira agrícola brasileira e pelo trabalho de subsistência agrário, estimulou a industrialização no Brasil (Oliveira, 2011); em contraponto a tese de Harvey (2005; 2016), em que a sobreacumulação gera falta de realização, Oliveira (2011) também rebate a tese de que o problema distributivo, ou seja, a concentração de renda, durante a industrialização no Brasil, gerou uma crise de realização ao processo de “modernização brasileira”.

Contudo, o que Oliveira (2011) não considera naquele momento – o que é justo devido ao momento de publicação inicial do texto em meados de 1970 –, é que a superpopulação relativa (Marx, 2013) consolidada pelo contexto de expulsão do trabalho produtivo (seja industrial ou agrícola), potencializa a não realização pela tendência de queda da taxa de lucro e da alteração da composição orgânica, que cada vez menos se sustentam pelas contratendências (Marx, 2017); e do sucessivo imperativo do endividamento cumulativo à sociedade civil, aos Estados e mesmo aos capitais individuais, expresso em última instância em capital fictício (Marx, 2017; Kurz, 2014).

Por outro lado, Oliveira (2011), já na década de 1970, consegue captar que mesmo inicialmente a industrialização no Brasil tenha se dado por bases políticas não dualistas e não impeditivas; a estratégia creditícia do Estado brasileiro, ou seja, de endividamento interno e

²² Alguns desses argumentos retornaram para exibirmos a preeminência da circulação no processo de “revolução urbana” (Lefebvre, 1999).

externo, acrescentou “novas forças ao processo de acumulação, ao mesmo tempo que coloca, no longo prazo, novos problemas para a continuidade da expansão” (Oliveira, 2011, p. 76)²³. Quanto a questão distributiva, Oliveira (2011, p. 102) comprehende que a concentração da renda formulou um superexcedente em “poupança e lucros não-distribuídos”, dirigidos ao mercado financeiro.

Um complicado sistema foi montado, com a progressiva assunção ao primeiro plano dos bancos de investimento, que são a estruturação da expansão das empresas monopolísticas. Sem embargo, o mercado financeiro transformou-se ele mesmo em ativo competidor dos fundos para a acumulação: a aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir com esta na alocação dos recursos. Assiste-se, então, ao dilema em que hoje está a economia: para fazer com que as aplicações no mercado de capitais não sejam um concorrente às aplicações na órbita produtiva, é necessário que as taxas de lucro do mercado financeiro se aproximem das taxas de lucro reais, mas essa operação pode ter como resultado matar a “galinha dos ovos de ouro” [...] **Em poucas palavras, um mecanismo circular que proporcionou o “descolamento” das órbitas financeira e real impede que a primeira sirva de fonte de acumulação para a segunda.** (Oliveira, 2011, p. 102, grifo nosso).

Embora não haja um desenvolvimento quanto o capital fictício e a tese seja baseada em “direcionamento de superexcedente”, mostra-se aqui um ensaio sobre um “descolamento” entre a esfera financeira e da produção real, desenhada em endividamento cumulativo, ou seja, dívida que cobre dívida na esfera financeira, pois não se paga por produção de valor. Também é importante destacar aqui, que o caso brasileiro não é uma particularidade por si próprio, mas uma particularidade determinada a priori pelas relações do capital global à época²⁴. Desse modo, desde a década de 1970 o capital se organiza para não interromper seu “crescimento exponencial infinito” (Harvey, 2016), encontrando soluções na reprodução em capital dinheiro (“dinheiro que gera dinheiro”), da especulação de ativos e na ficcionalização de valores, ou seja, uma economia totalmente baseada na compra e venda de trabalho futuro, mesmo que não se espere que esse trabalho venha a se tornar concreto, sendo verdadeiramente pago por outra dívida. A transformação dos juros enquanto venda de trabalho futuro transformou-se

²³ Nesta passagem em específico, Oliveira (2011) se refere ao capital estrangeiro, porém ao longo do texto destaca tanto o endividamento externo, quanto o interno.

²⁴ Segundo Oliveira (1998, p. 208): “A resposta antecipada a essa possível e óbvia crítica é de que nossos “clássicos”, de Mariátegui a Caio Prado Jr., de Raúl Prebisch a Celso Furtado, para citar uns poucos, ao elaborarem as teorias de nossa especificidade, nunca pensaram que a mesma tivesse sido produzida em função exclusiva das contradições internas, mas exatamente no cruzamento com o capitalismo mundial”.

rapidamente em um setor mais rentável do que o produtivo, embora pautado na ficcionalidade, portanto, na esperança de que vá se tornar trabalho realizado no futuro. Ainda que tal dinâmica não se trate de um dualismo entre o produtivo e o improdutivo, ou o produtivo e o que se desenha pelo financeiro, mas sim um desdobramento inerente da necessidade de compensação da composição orgânica. Nesse sentido, tal financeirização que verdadeiramente é um desdobramento lógico da produção, não entra em dualidade contraditória com a produção, mas indica que a indissociabilidade entre essas duas esferas expõe justamente a composição insustentável de tal modo de sociabilização.

Quanto à forma de gerenciamento deste processo, em um mundo já imbricado na financeirização e no endividamento, os anos 1990 marcaram a ascensão das pautas neoliberais, de forma em que os Estados – tal qual uma mão invisível do mercado – começaram a se responsabilizar pelos custos da ficcionalização do capital. Nesse sentido, as corporações se isentavam de custos (tributários, estruturas e até mesmo de instalações, com as privatizações) e continuavam o processo de especulação cada vez maior, enquanto os Estados se responsabilizavam por resgatar e prover as corporações, enquanto emitem papéis de dívida pública cada vez mais impagáveis.

2.2 O modelo de Estado gestor da crise

Desde a chamada Indústria 3.0, em que se revolucionou a técnica pela introdução da informática, das telecomunicações e da robótica (Faustino; Lippold, 2023), as tecnologias de informação se tornaram imperativo na racionalização da sociedade e do espaço. Por mais que a integração de tais técnicas agreguem uma nova lógica à economia e à produção mundial, ela por si não substitui a agricultura ou a indústria (Dowbor *Apud* Steda, 2020, p.32). De acordo com Faustino e Lippold (2023), a Indústria 3.0, já possibilitou o “enxugamento das unidades fabris”, a partir da racionalização máxima da produção, da logística e da circulação das mercadorias.

No entanto, como tratado em seções anterior, a relação contraditória da composição orgânica e do mecanismo de compensação, não só se expressou fenomenicamente por crises de desemprego e superpopulação relativa, mas também resultou em uma alteração sistêmica da produção pela financeirização. Os Estados se tornaram, como nunca, os responsáveis pela administração do colapso e assim os verdadeiros impulsionadores (ou sustentadores) das atividades agrícolas e industriais, sob a “muleta” do desenvolvimento tecnológico para atingir

a suposta competitividade²⁵. Como nunca, os Estados priorizam uma das funções que explicita Mandel (1982, p. 333): “criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas”.

De acordo com Faustino e Lippold (2023), sucedendo a indústria 3.0, o desenvolvimento e a introdução de tecnologias digitais, especialmente quanto à automação, no que já é chamado, por vezes, de Indústria 4.0, levou a expropriação à patamares inéditos, “ampliando as desigualdades e a violência próprias à divisão internacional, regional e racial do trabalho” (Faustino; Lippold, 2023, p. 23). Em diálogo, subsequente à expulsão do trabalho vivo do setor produtivo, o aceleramento da superpopulação relativa (na forma de um contingente de desempregados), aprofunda substancialmente a necessidade de sujeição a sociedade do trabalho e, consequentemente, a desigualdade de renda, cor, gênero etc.

Mas também não podemos perder de vista, as bases desta crise e as formas de administrar esse colapso. Segundo a CNI (2016) – Confederação Nacional da Indústria –, “A incorporação da digitalização à atividade industrial resultou no conceito de Indústria 4.0, em referência ao que seria a 4ª revolução industrial”, onde para além da automação, as técnicas e as etapas da produção são integradas por sistemas virtuais e internet. Neste documento (CNI, 2016), em que a confederação discute os “desafios para indústria 4.0 no Brasil”, é levantado que é esperado um impacto significativo na redução de custos, redução de consumo de energia e aumento da eficiência do trabalho, em suma, um aumento significativo da competitividade da indústria no Brasil. As afirmações dialogam, inclusive, com a necessidade de renovação técnica já exposta por Marx (2017), n’O capital.

Aquela unidade produtiva que não acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas, ou parar os investimentos em capital constante, não irá acompanhar a média de trabalho social de produção do valor e terá prejuízo, isso quer dizer que se uma unidade produtiva estiver produzindo em 1 hora de trabalho x de valor, as outras unidades terão que produzir o mesmo no mesmo tempo, caso seja diferente há implicações, se produzir valor menor, terá prejuízo, caso produza mais,

²⁵ Ainda que se trate de uma ideia dualista desenvolvimentista, em que o atraso marcaria uma etapa do processo de desenvolvimento. Para nos dissuadir dessa condição dualista, importa traçar que no contexto do capitalismo de realização de mercadorias, a diferenciação geográfica (divisão internacional do trabalho) entre os Estados-Nação (Centro-periferia) também serve a possibilidade dos departamentos se realizarem simultaneamente no tempo, ainda que negociando trabalho morto que não se realiza no centro e trabalho futuro que não se realizaria na periferia. Por exemplo, quando o departamento 1 não se realiza no centro, ele exporta para a periferia, quando o departamento 3 não se realiza na periferia por falta de mercado, ou por poder centralizar no centro através da fricção das unidades produtivas, ele exporta para o centro. Isso tudo considerando que as mercadorias se relacionem por negociação de trabalho futuro (portador de juros ou fictício), consolidando uma negação do tempo pelo espaço, e negando a ideia de atraso.

terá sucesso na extração de mais-valia, forçando os demais a acompanhá-la. (Rocha *et al.*, 2023, p. 181).

No entanto, o documento da CNI (2016), tal qual grande parte dos documentos que visam o desenvolvimento de algum setor da reprodução capitalista, propõe ao Estado que “incentive”, “crie”, “invista”, “garanta”, “ofereça” e “reveja a regulação”. Nesse sentido, sem o investimento do Estado, não há possibilidade de desenvolvimento do setor, ainda que este investimento nunca seja retornado ao Estado e à população que pagou seus impostos. Neste trabalho, entendemos que mecanismos de não pagamento, em um sistema fechado, pressupõe sua negação, ou contrapartida de seu oposto. Portanto, o não pagamento ao Estado, é um pagamento do Estado. Destaca-se que grande parte dos Estados nacionais são comuns a prática de se responsabilizar por criar um ambiente favorável à acumulação a tempos. Segundo Oliveira (2011, p. 40), no cenário brasileiro dos anos 1950, durante a massiva industrialização brasileira:

O segundo aspecto refere-se à intervenção do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir.

Em suma, no Brasil²⁶, o pré-formado de um território historicamente determinado pelas suas particularidades e territorializações pretéritas, circunstanciadas essas pela relação global fetichista, se confronta no momento com a “solução tecnológica” de racionalizar a produção, o consumo e a vida cotidiana pela integração das tecnologias digitais. Como destacado acima, a particularidade da suposta “indústria 4.0”, é a permeabilidade das tecnologias digitais na vida cotidiana. No entanto, o que se destaca como pré-formado aqui, em acordo com a totalidade, é uma “modernização” sustentada pelo Estado e que se vetaiza pelo capital financeiro. Porém, a relação atual se agrava, em um massivo emprego de dinheiro, emissão de dívida pública e regulamentações frouxas, que endividam cada vez mais os Estados, que tentam desesperadamente “fechar as contas” com tetos de gastos e austeridade.

Oliveira (1998), interpreta essa relação pela tese do “fundo público” e do “Antivalor”. O fundo público formado para o gerenciamento da reprodução social da força de trabalho (no formato de serviços públicos, ou de salário indireto/salário social), na intenção de tratar a

²⁶ Aqui, insiste-se em compreender a particularidade brasileira no contexto mundial.

contradição entre a produção e a realização, gera um cenário contraproducente para o capital. Antivalor (Oliveira, 1998) figura tal qual o que Kurz (2019) chama de trabalho improdutivo, nesse sentido particular que empregamos aqui. Portanto, uma parte dos impostos é destinado a esse gerenciamento da reprodução através do salário social. E dessa maneira, o fundo público é consolidado por um custo ao capital global, que busca ser compensado pelo aumento da circulação, e consequentemente, com o adiantamento do capital e o aumento da rotação, a compensação por aumento da realização. Porém, para Oliveira (1998), o fundo público exerce uma função instrumental de “Antivalor”, então algo que combate a valorização do valor fundamentada pela concentração e pela centralização²⁷. Já para Kurz (2019), o trabalho improdutivo é um desdobramento lógico e histórico da inerência contraditória da valorização do capital, que quando esgotada pode gerar um novo vetor de negociações desubstancializadas. Verdadeiramente, salário indireto ou salário social, são mecanismos que garantem a reprodução da força de trabalho enquanto, justamente, força de trabalho, possibilitando o próprio rebaixamento do preço da força de trabalho para os capitais. Da contradição entre a realização e produção, à necessidade de reprodução da força de trabalho, a assunção dos custos por parte do Estado, também são mecanismos de reprodução do capital, mas que socialização para toda a sociedade os próprios custos. Por outro lado, a preeminência da dívida, aqui prioritariamente estatal, esvazia a possibilidade de um fundo público e os termos passa a ser emitir mais papéis para pagar a dívida pública.

Assim, retomando o argumento de Oliveira (1998), enquanto gerenciamento das contradições internas, o fundo público perde prioridade quando outras contradições aparecam se sobrepor. Portanto, quando a queda tendencial da taxa de lucro chega a patamares em que a compensação não se realiza e o capital privado não consegue mais pagar o trabalho, por meio da legitimação dos Estados, a priori, aumenta-se o grau de exploração e a evasão de encargos tributários, principalmente trabalhistas, ou até mesmo, como no caso da plataformização do

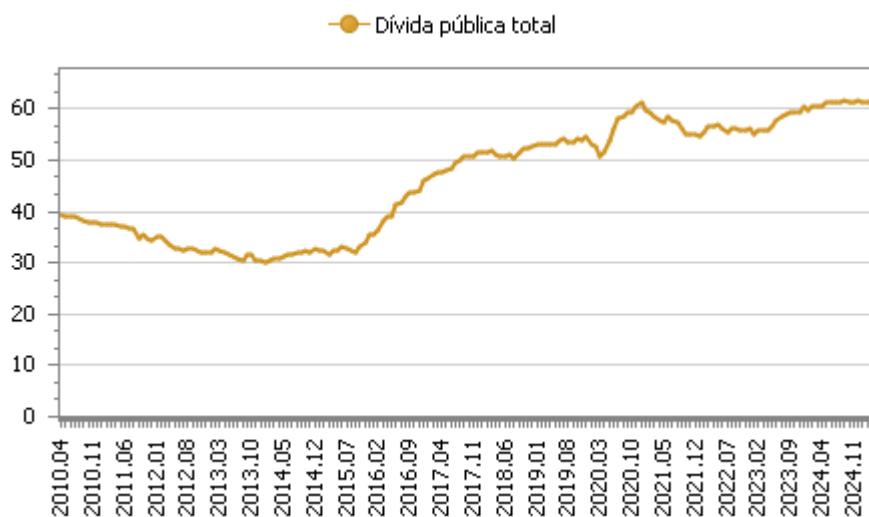
²⁷ Essa visão de um nacional desenvolvimentismo pautado no dualismo entre o produtivo e o financeiro, se transforma em uma condição de controle da crise, à priori da crise do trabalho e do produtivo pelo improdutivo, mas que verdadeiramente se manifesta pelo rolamento dos desdobramentos (a dívida), ou seja, o imperativo do financeiro se desdobra em maiores problemas. Destaca-se que essa visão não vê o financeiro como desdobramento lógico da condição produtiva, portanto da necessidade de adiantamento cada vez maior para superar as contradições internas, como a própria competição entre as unidades produtivas e a QTTL (queda tendencial da taxa de lucro).

No Brasil, podemos ver esse movimento a partir das políticas de 1990, que buscavam gerenciar a crise pela introdução neoliberal do Brasil no mercado mundial, mas que a partir dos anos 2000, sofre uma guinada para a manutenção da sociabilidade, na qual Menegat (2019) entende como a “gestão da barbárie”. Entretanto, desde meados de 2010, Menegat começa a identificar o fim da própria possibilidade de uma gestão da barbárie, sendo o trabalho plataformizado entendido nessa dissertação como uma das expressões do fim de tal gestão.

trabalho, relega-se os custos de capital constante para os trabalhadores; e posteriormente, se busca a compensação por papéis de trabalho futuro que se autonomizam, ou seja, se tornam capital fictício.

Ao mesmo tempo em que o Estado cada vez mais emite papéis de dívida pública para ter orçamento para saúde, educação – não obstante esquecendo os tetos de gastos –, previdência social e, até mesmo, programas sociais como o bolsa família – o mecanismo de distribuição e, portanto, de circulação de mercadorias, por vezes garantindo acesso a tal setor de tecnologia; também emite tais papéis para possibilitar plano safra, incentivos fiscais, financiamento de setores e infraestruturas, ou mesmo para pagar os papéis anteriores.

Figura 1 – Série histórica da dívida pública no Brasil (2010-2024)



Retirado de Ipeadata²⁸. Fonte: Banco Central do Brasil, Notas Econômico-financeiras para a Imprensa, Finanças Públicas (Bacen/Notas Imprensa/F. Púb).

A dívida pública brasileira vem crescendo desde os anos 2015, quando variava entre 30% e 40% do PIB no início dos anos 2010. A partir de 2017, a dívida ultrapassou os 50% do PIB e desde 2023 está no patamar dos 60% do PIB. Em termos brutos, o PIB brasileiro fechou 2024 em R\$11,7 trilhões e uma dívida pública de 61,48%, portanto, R\$ 7,2 trilhões. Isso, a uma taxa de juros SELIC que fechou em 11,15% em 2024 e já subiu para 14,15%, para o segundo trimestre de 2025.

Não se trata aqui de fazer uma relação direta entre o endividamento público e o fomento do desenvolvimento do TI, mas em tratá-lo como aprofundamento da crise e não saída competitiva. Como Oliveira (1998), no capítulo 1 do “Direitos do Antivalor”, que já identifica nos anos 1980 o crescimento da dívida pública em relação ao PIB na maioria dos países

²⁸ Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/>.

‘desenvolvidos’ do mundo. Atualmente, esse é um cenário que tende a aprofundar com países como Estados Unidos e Japão tendo uma dívida pública maior que 100% em relação ao PIB²⁹.

A função do Estado está dada neste contexto, onde a integração do desenvolvimento das forças produtivas formula uma indústria 4.0 para além da indústria de transformação e das terras produtivas. Então, o apoio Estatal passa a ser acionado por capitais individuais em diversos ramos, produtivos ou não, especialmente os que envolvam tecnologia, seja em desenvolvimento de hardware, software, infraestrutura, aplicativos, ferramentas ou serviços intermediados por tecnologia.

Resta ao Estado buscar formas de gerenciar esta crise. Para Morozov e Bria (2019), sob o contexto das “cidades inteligentes”, há uma transferência de certas responsabilidades de serviços disponibilizados pelo Estado, para intermediação de empresas de tecnologia. Utilizando o exemplo de cidades dos Estados Unidos (Morozov; Bria, 2019), onde ao invés de investir na adequação do transporte público para pessoas com mobilidade reduzida, o Estado passou a subsidiar corridas pelo aplicativo Uber. Para Steda (2021), a apropriação pelos grandes agentes pode provir de fatores como negociações com governos e outros produtores influentes, constituindo círculos de cooperação que acabam afetando as redes de distribuição, custos e regulamentações para viabilização de alternativa. Neste sentido, a autora foca na questão institucional, já que o desemprego no Brasil, por exemplo, força o Estado a negociar de maneira desfavorável com plataformas como Ifood e Uber.

No caso, em específico das empresas de entrega por aplicativo no Brasil, Assad (2023, p.59) aponta: “a criação de um grupo de trabalho (GT) para a construção de uma proposta de regulamentação do trabalho de entregas por aplicativo no país”, já no governo Lula, sob o decreto do Ministro do Trabalho Luiz Marinho. De acordo com Assad (2023), o GT se organizou em uma estratégia conciliadora, de forma em que foi composto por 45 cadeiras entre o governo, centrais sindicais e representantes das empresas-aplicativo, mas sem nenhum representante direto dos entregadores. O autor ainda acrescenta que as empresas:

Afirmaram, também, que irão cumprir com “a regulamentação que acharem melhor” em relação aos interesses das empresas de plataforma que atuam no país, fato que demonstra a permissibilidade para a exposição de narrativas mentirosas e debochadas e uma sobreposição dos interesses patronais aos dos/as entregadores/as ao não haver nenhum tipo de resposta ou posição contundente da mesa diretora. Pelo

²⁹ Segundo o noticiário americano Reuters: “Trump tax bill averts one debt crisis but makes future financial woes worse” (Barbuscia, 2025); o presidente estadunidense assinou no dia 1 de julho de 2025 o aumento do teto da dívida em 5 trilhões de dólares, evitando uma crise de dívida imediata e a projetando para o futuro.

contrário: a mesa assistia a essas intervenções com pacífica naturalidade e, ao final do encontro, Gilberto Carvalho disse que “queremos [o governo] que as empresas ganhem e cresçam”. Imaginemos, agora, se a base dos/as entregadores/as assistisse a isso ou pudesse receber com precisão as posições apresentadas nesse teatro que chamam de Grupo de Trabalho. Arrisco dizer que os/as trabalhadores/as não se limitariam às vaias. (Assad, 2023, p. 61)

De forma crítica e contundente, o relato de Assad (2023), expõe a posição do Estado, especialmente o brasileiro, nesse contexto. Um Estado em tentativa de gerenciamento de crise nada pode fazer aos processos imperativos de territorialização, afinal é o próprio Estado o responsável por assegurar a possibilidade de lucratividade destes capitais individuais. A crise instalada que cada vez mais aciona contratendências³⁰ e compensações, quando gerida pelo Estado na tentativa de assegurar o Estado democrático de direito, se expressa na perda de direitos pelo compensador.

Em contraponto ao dualismo liberal³¹, entre Estado e o setor privado, Mazzucato (2014) elabora sobre um “Estado empreendedor”, que gera a inovação nos ramos que para o capital privado seriam demasiadamente “de risco”. Para a autora, grande parte das inovações e progressos, foram iniciadas pelos Estados Nacionais e apropriadas pelas empresas, compreendendo que desta maneira deveria haver uma sociabilização maior ao Estado e aos seus contribuintes, das benesses, em formato de contrapartida. Portanto, Mazzucato (2014), comprehende que o problema não é o gasto do Estado, resultante em endividamento deste, mas sim a forma em que gasta.

No entanto, o trabalho aqui apresentado não parte nem da dualidade, e nem da conciliação. Neste contexto, Mazzucato (2014), embora faça uma boa elaboração sobre um Estado empreendedor que assume os riscos, não consegue compreender o fundamento do Estado burguês e normaliza a possibilidade de uma instrumentalização positiva do Estado. Assim como qualquer outro elemento constituinte do capital total e dos territórios, enquanto fragmentos do capital total, os Estados nacionais estão subsumidos ao “automovimento do dinheiro” (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014) e, portanto, não são externos às contradições internas do capital. Ao subtrair a crise da contradição interna relacionada ao avanço da técnica, ao imperativo do capital fictício e os fundamentos do Estado burguês no contexto da sociedade

³⁰ De acordo com Marx (2017), a queda tendencial da taxa de lucro – embora essa não seja a única contradição interna que gera a crise – contém contratendências (causas contra-arrestastes), que freiam a tendência. Uma dessas contratendências, e mais comumente passível de ser observada, é o aumento da exploração do trabalho em suas diversas possibilidades.

³¹ A autora utiliza a revista The Economist, como a representação desta ala de teóricos e políticos.

da mercadoria; de sua análise, fica assim possível uma compreensão equivocada de que o endividamento dos Estados Nacionais, vitorizados pelo progresso, e a instrumentalização positiva destes, condiciona à justiça social.

Mais uma vez, o gerenciamento da sociabilização do Estado abstraído das contradições internas, se direciona ao aprofundamento da crise. Porém, a elaboração de Mazzucato (2014), considerando os diversos exemplos históricos em Estados nacionais diversos, nos chama a atenção para a assunção dos riscos por parte do Estado e da apropriação por parte dos capitais individuais. Sendo assim, a instrumentalização do estado para a integração da digitalização, ainda que não pressuponha compensação ou contrapartida, é objetivada por uma mediação fetichista e por uma noção reificada de valor, na qual o suposto progresso técnico se sobrepõe as relações produtivas, ao invés de ser considerado parte constitutiva da contradição desenvolvimentista .

2.3 Indústria 4.0 e a banalização das tecnologias de informação no brasil

A emergência de uma indústria 4.0, para além da introdução da microeletrônica no processo produtivo, possibilitou a integração da produção conectada em rede. Segundo a Confederação nacional da Indústria (CNI, 2016), a introdução da indústria 4.0, desde os anos 2010, era vista como o principal caminho para o aumento da competitividade, para o desenvolvimento industrial e para a reindustrialização em países como: Alemanha e Japão (no primeiro caso), China (no segundo caso) e Estados Unidos (no terceiro caso).

Por meio de uma “sondagem especial” da indústria brasileira em janeiro de 2016³², a CNI (2016), além de constatar que quase metade das indústrias brasileiras desconheciam a importância da indústria 4.0 e não utilizavam nenhuma tecnologia digital; poucas tecnologias digitais eram consideravelmente utilizadas pelas empresas, tais como: Automação digital com sensores para controle de processo, Sistemas integrados de engenharia para desenvolvimento de produtos e manufatura de produtos, e Projetos de manufatura por computador CAD/CAM.

Em 2021, utilizando o mesmo procedimento, a CNI (2022) identificou que apenas cerca de 30% das empresas ainda não utilizavam ou não sabiam se utilizavam as tecnologias digitais citadas na sondagem. Nesse sentido, embora tenha ocorrido um aumento no uso em tecnologias digitais, a CNI (2022) comprehende que o uso ainda é incipiente. Também chama a atenção que

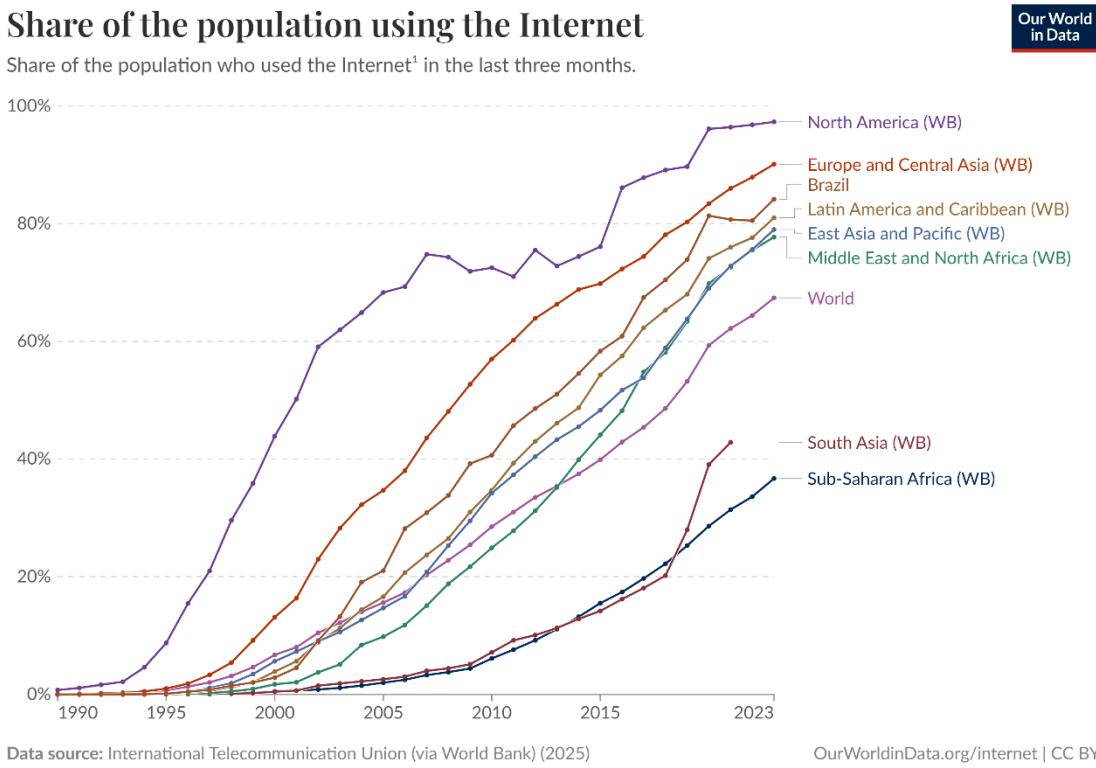
³² “Perfil da amostra: 2.225 empresas, sendo 910 pequenas, 815 médias e 500 grandes. De 29 Setores da Indústria de Transformação e Extrativa. Período de coleta: 4 a 13 de janeiro de 2016.” CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Indústria 4.0. Sondagem especial. Brasília, n. 66, maio 2016.

enquanto a pesquisa (CNI, 2022) identificou que o principal benefício reconhecido pelas empresas é o aumento da produtividade, as principais barreiras da adoção é o alto custo de implementação e a falta de trabalhador qualificado, ou seja, a composição orgânica do capital expressa na proporção entre capital constante e variável apresenta seus traços mesmo na indústria 4.0.

No entanto, o desenvolvimento das forças produtivas na fase da indústria 4.0, se trata de uma integração das tecnologias digitais que de longe se limitou à produção industrial e demonstrou a capacidade de se imbricar em diversos setores da economia, desde a produção, à intermediação e ao consumo. Além da racionalização da produção, a aceleração da circulação, a integração dos meios intermediários concomitante à banalização desses e o monitoramento do consumo, são elementos que devemos considerar neste momento que buscamos interpretações. Nesse sentido, a “ideia difusa de progresso” (Pessanha, 2020), conduziu a possibilidade de totalização do capital, por meio da permeabilidade da tecnologia, de uma forma singular, especialmente no urbano e sua complexa divisão do trabalho.

Steda (2021), embasada em Maria Laura Silveira, compreende um período de mudança técnica, sobretudo a partir da banalização do uso de smartphones, computadores, notebooks, internet e aplicativos, em que as grandes firmas de TI se tornam ubíquas e permeáveis nos territórios. No século passado, após a segunda guerra, a miniaturização do computador possibilitou o acesso desses à população comum, banalizando a utilização deste elemento que para Milton Santos (2000) é a peça central da unicidade técnica planetária. Essa banalização permitiu uma permeabilidade sem precedentes da tecnologia na vida social. Neste ponto se insere a economia de plataforma, onde as plataformas incorporadas no cotidiano da vida social integram o sujeito de maneira direta à circulação de capital, quando aceitado os termos de uso e de privacidade.

Figura 2 – Proporção da população que usa internet por região do mundo



1. Internet user: An internet user is defined by the International Telecommunication Union as anyone who has accessed the internet from any location in the last three months. This can be from any type of device, including a computer, mobile phone, personal digital assistant, games machine, digital TV, and other technological devices.

Retirado de Our World in Data (MATHIEU, E. *Et al*, 2025). Fonte: International Telecommunication Union (via World Bank), 2025.

A Figura 2 indica que desde os anos 2000 o uso de internet se disseminou no mundo inteiro. Particularmente no Brasil, desde 2001, o país passou de uma população de 4,5% que utilizava internet, para cerca de 84% da população em 2023. Neste contexto, é possível identificar dois vetores: a produção dos dispositivos digitais (hardware) para consumo pelos departamentos produtivos e pela sociedade consumidora; ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade de produção de softwares, sistemas, aplicativos, bens intangíveis, entre outros, para serem consumidos e intermediados pelos dispositivos que se banalizaram. No bojo da conexão, a demanda por produtos e serviços, tangíveis ou intangíveis, também cresceu. Aqui se insere a *startupização*, pela qual os capitais de risco engendram na capitalização desse processo. Segundo Pessanha (2020, p. 456), em 2020, ano da pandemia, o volume de investimento em *Startups* no Brasil foi de cerca de US\$ 3,14 bilhões, alcançando um recorde de pelo menos “100 transações entre fusões e aquisições” (Pessanha, 2020, p. 456).

De acordo com levantamento da associação brasileira das empresas de software³³ (Neto, 2025), o investimento mundial em TI e telecomunicação (abrangendo hardware, software e serviços) no ano de 2024 foi de US\$ 5 trilhões. Neste *ranking*, o Brasil figura como o 9º maior investidor, com valores na casa dos US\$ 90 bilhões (representando cerca de 5% do investimento do líder no segmento Estados Unidos que consideravelmente distante dos outros países, tem investimentos na casa dos US\$ 1,883 trilhão).

Embora esses dados não tenham especificação dos fluxos de investimento; enquanto se consolida um mercado vitorizado pelas oportunidades tecnológicas: órgãos, relatórios, documento da CNI, as normas de regulação de empresa de TI³⁴, legislações e projetos de lei³⁵; designam ao Estado brasileiro a necessidade de fomentar o desenvolvimento tecnológico. Ainda que pela isenção de encargos, manobras fiscais e estratégias de desvinculação empregatícia, tais empresas se apropriam do trabalho improdutivo (serviços públicos ou infraestruturas estatais), enquanto se eximem dos custos, como trabalhado na última seção.

Portanto, o uso de internet deve ser diretamente associado à produção de bens de consumo para acesso a ela, de forma em que o desenvolvimento e a produção de hardware se apresentam como um forte ramo da economia mundial. No entanto, a informatização também desenvolve um novo ramo de produção de softwares, serviços, ambiente digitais e sistemas operacionais, comandados por uma lógica de propriedade intelectual e licenças de uso difíceis de serem mensurados. Por outro lado, uma série de serviços e atividades, digitalmente ou localizadamente executados, emergem na forma de trabalho. Assim, tal economia de plataforma exibe expressões desde o desenvolvedor, ao executor de pequenas tarefas, até mesmo os “empreendedores” de si mesmos (Antunes, 2018) que assentam suas atividades através de um investimento próprio (em geral na forma de endividamento) e negociação da sua própria força de trabalho, enquanto estão sujeitos a remuneração designada por um algoritmo. Além disso, esse ramo do desenvolvimento tecnológico e de soluções intermediadas por tecnologia, associado à sociedade financeirizada em que nos encontramos, são portadores de uma ideia-força (Pessanha, 2020) de progresso que fortalece um processo especulativo e de negociação de ativos – que por vezes são propriedades intelectuais – altamente rentável.

³³ Os dados da apresentação disponibilizada pela ABES, foi elaborada a partir de dados retirados do WorldWide Black Book, que contém pesquisas do International Data Corporation (IDC).

³⁴ Ver em Steda (2020), como se consolida um cenário nebuloso de impostos para tais empresas.

³⁵ Como por exemplo o projeto de lei sobre o marco legal da indústria dos jogos.

2.4 A especulação e as startups

A banalização dos meios digitais também é condição para o fortalecimento econômico do “software como serviço”. Isso porque toda cadeia de produção e serviços podem ser intermediados por serviços tecnológicos como: comunicação, transporte, design, RH, formação profissional, infraestrutura, produção, lógica externa e interna, comercialização. Isso promove a consolidação de uma variedade de ramos e empresas dedicadas a essas atividades, em um movimento de terceirização em massa. Existem empresas de desenvolvimento de software que por vezes contratam outra empresa para expandir sua força de trabalho no desenvolvimento de algum projeto, por exemplo.

Por outro lado, esse suposto “fetiche da tecnologia” (Faustino; Lippold, 2023), não só instrumentaliza a dominação pela técnica, mas também se organiza pela especulação em desenvolvimento técnico. O foco de grande parte das empresas se mostra em especificar o seu ativo financeiro, ou a sua mercadoria expressa em uma propriedade intelectual: algoritmo. Fetiche da tecnologia, pois de acordo com Faustino e Lippold (2023, p. 44) “são mistificações fetichizadas que obscurecem tanto as relações sociais quanto os valores que engendram”, embora ainda não seja possível falar de uma forma-tecnologia e que as forças produtivas ainda se organizam em uma sociedade pautada pela mercadoria, mas que agora é intermediada cotidianamente pelas tecnologias digitais. A própria tecnologia é uma mercadoria, e a tempos intermedia a produção e o consumo. No entanto, a particularidade agora, é que as tecnologias digitais atingem um limite crítico de permeabilidade, enraizamento e imperação no cotidiano dos indivíduos.

De acordo com Pessanha (2020), parte do capitalismo de plataforma é constituído pela lógica das *Startups*, a qual é a representação da interligação entre a inovação tecnológica e a financeirização. As *Startups* são empresas terceirizadas focalizadas em elaborar projetos pautados pela inovação no ramo da tecnologia (usando ou desenvolvendo), que são financiadas por grandes capitais que desejam especular em tais projetos. Segundo Pessanha (2020, p. 438), esse “processo de *startupização* reduz os riscos dos negócios que, supostamente, explicaria as margens de lucro das empresas no capitalismo”, já que parte do desenvolvimento dessas inovações são apoiados com recursos de Universidades públicas.

Em suma, o que se verifica é um processo de financeirização da inovação, na qual o desenvolvimento de ideias, algoritmos, estratégias e soluções, se tornam um ativo financeiro a ser especulado, comprado e vendido. Apoiado pelo Estado, entre recursos de universidades públicas e incentivos fiscais, e com a aplicação de dinheiro de grandes capitais, empresas

terceirizadas – que geralmente, também apenas tem força de trabalho para negociar – recebem fragmentos de capital e assumem os riscos, para terem sua ideia vendida por milhões de dólares, ou quebrarem.

A despossessão dos pequenos operadores (lojas de bairro ou agricultura familiar) para abrir caminho para as grandes empresas (cadeias de supermercados e agronegócio), frequentemente com a ajuda de mecanismo de crédito, também tem sido uma prática de longa data. (Harvey, 2011, p.49)

Nesse sentido, a estratégia da despossessão ganha uma nova expressão e se torna o modelo de negócio na produção de bens intangíveis, como aplicativos e plataformas, com a chamada *startupização* (Pessanha, 2020). O caráter autofágico do capitalismo se torna o escopo, inclusive do pequeno.

Além disso, na economia de plataforma, essa despossessão passa por um outro processo, no qual o pequeno operador – o dono de um estabelecimento local que se cadastra ao iFood, ou a infinidade de *Marketplaces* que são desenvolvidos, por exemplo – não necessariamente é despossuído de seu negócio, mas assim como era submetido a lógica do capital, agora ele está submetido a uma lógica específica de um algoritmo desenhado por uma empresa circunscrita. Dessa forma, este pequeno capitalista, além de tudo, é despossuído da liberdade de negociação, este princípio tão fundamental para o capitalismo, quanto seu próprio vigor.

Não obstante, Marx (2017), já havia compreendido esse cenário, no qual hoje se desenha a *startupização*. No livro 3 d'*O Capital*, ao analisar as contradições internas da lei da queda tendencial da taxa de lucro, especialmente quanto aos desdobramentos relacionados ao superexecedente. Marx (2017, p. 249), afirma que a competição para não ultrapassar “a média de tempo de trabalho socialmente necessário” para produzir as mercadorias, constitui as bases da centralização onde grandes capitais a taxas de lucro menores acumulam mais rapidamente, do que pequenos capitais a taxas de lucro maiores. De acordo com o autor, “essa crescente concentração, atingindo certo nível, provoca uma nova queda da taxa de lucro, o que faz com que a massa dos pequenos capitais fragmentários seja lançada ao acaso: especulação, fraudes creditícias e acionárias, crises” (Marx, 2017, p. 249). Aqui, podem ser tomados dois caminhos: tantos os pequenos capitais que se lançam ao acaso no *marketplace* do iFood para ter algum espaço no mercado intermediado pelo algoritmo³⁶; quanto a lógica da *startupização*, que além

³⁶ Destacando aqui a possibilidade de encontrar diversos restaurantes com preços iguais ou parecidos, para produtos parecidos. E ainda assim esses restaurantes pouco competem com as grandes redes, no caso, não só pelo preço. No entanto, diferente destes pequenos restaurantes, as grandes redes conseguem vender muito com sua margem de lucro estipulada, em grande parte, garantida.

de se basear em especulação, não dificilmente pode ser encontrado diversos casos de fraudes anualmente³⁷.

Mas o que diferencia a especulação de uma fraude jurídica no mercado de capitais? Se tratarmos de pirâmides financeiras, por exemplo, vivemos em um mundo em que paulatinamente é necessário a entrada de novos capitais e rolagem de dívida³⁸, em um colapso iminente e insolvente. No caso de fraudes contábeis, o que pode separar uma especulação ousada de uma manipulação deliberada?

Se a taxa de lucro diminui, vemos que, de um lado, o capital é tensionado para que o capitalista individual possa comprimir o valor individual de suas distintas mercadorias abaixo de seu valor social médio mediante a utilização de melhores métodos etc. e, desse modo, com um preço de mercado dado, obter um lucro extra; de outro lado, há um movimento de especulação e um estímulo geral à especulação, mediante apaixonados ensaios de novos métodos de produção, novos investimentos de capital e novas aventuras para garantir um lucro extra que seja independente da média geral e se eleva acima dessa média

[...]O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a missão histórica e a justificação do capital. (Marx, 2017, p. 256 e 257).

Essa "missão histórica", portanto, passa de um meio na busca incessante à valorização do valor, para ela própria ser a "ideia-força" (Pessanha, 2020) que fundamenta a especulação e a transmutação da 'justificação' em dinheiro. O próprio desenvolvimento das forças produtivas se torna o ativo a ser negociada e especulado, especialmente quando se justifica por "plataformas digitais 'facilitadoras do cotidiano urbano'", mesmo que "como verdadeiras intermediadoras de trabalho vivo barato" (Lira, 2025). A própria existência da mediação de trabalho possibilita que a atividade seja cimentada na materialidade, não à toa o iFood figura como um dos principais ativos da empresa Prosus, que os relatórios da empresa foquem no aumento dos pedidos pelo aplicativo e que o marketing seja direcionado pela geração de trabalho e renda, algumas das questões que serão exploradas nas próximas seções.

Nesse sentido, sob as bases das categorias do capital, não há possibilidade de instrumentalização positiva ou social da inovação. A própria narrativa de instrumentalização social é, na verdade, justificativa para "garantir um lucro extra", mesmo que pautado na

³⁷ Como no caso da aquisição da Startup “Frank” pela JPMorgan em 2021. A Startup foi adquirida pelo banco americano por 175 milhões de dólares, após a fundadora fraudar a quantidade de usuários da plataforma. O caso está disponível em: <https://www.businessinsider.com/charlie-javice-verdict-frank-startup-guilty-jpmorgan-fraud-2025-3?>

³⁸ Como indica Pitta (2014) sobre o mecanismo de rolagem de dívidas no setor sucroalcooleiro, em sua tese de doutorado.

negociação de um valor futuro – especulação –, sem garantia de realização, mas com possibilidade de remuneração, ainda que improdutiva.

2.5 Caso iFood e a territorialização do capital

O termo “Uberização” surge devido à notável proeminência alcançada mundialmente pelo aplicativo “Uber”, que iniciou suas atividades em 2009, na cidade de São Francisco. A empresa chegou ao Brasil em 2014, onde conseguiu alta adesão de motoristas e passageiros, se estabeleceu como fenômeno e causou profundas mudanças nas relações de trabalho e na oferta de serviços de transporte. Essa instalação gerou confrontos com serviços disponíveis anteriormente, e ainda provocou debates, discussões e movimentos, inclusive violentos por parte dos taxistas, contrários ao aplicativo.

Transpondo para o setor de entregas, ou o *delivery*, em que a relação entre capital e trabalho já era estremecida e precarizada, a relação de trabalho se torna neste contexto: “Uberizada”, informalizada e cada vez mais banalizada, ao passo que as plataformas se popularizaram. Estas, como iFood (brasileira, atua desde 2011), UberEats (Estadunidense, atuou no Brasil de 2016 até 2022), Rappi (colombiana, atua no Brasil desde 2017), 99Food (brasileira, comprada por chineses, atuou no Brasil de 2012 até 2023) e Zé Delivery (brasileira, atuante desde 2016); se expandiram e se popularizaram nos últimos anos, especialmente a partir de 2020 devido às restrições decorrentes da pandemia da COVID-19. Segundo Tozi (2023), a empresa-aplicativo iFood atualmente tem o ramo de entrega por plataformas digitais no Brasil oligopolizado e ainda é referência em toda a América Latina.

A partir destas considerações, para esse trabalho, daremos foco à empresa-aplicativo iFood, partindo dela para avaliar e compreender quais impactos da consolidação de uma empresa que dominou o seguimento no contexto urbano brasileiro.

De acordo com o site de transparência da iFood (2023), a empresa iniciou suas atividades na qualidade de Startup em 2011 por Patrick Sigrist, Eduardo Baer, Guilherme Bonifácio e Felipe Fioravante, “como um guia impresso de cardápios chamado Disk Cook”. Em 2013, a iFood passou a receber investimento da empresa Movile, que em 2022 adquiriu totalmente a empresa-aplicativo em uma transação na casa dos R\$ 9 bilhões. A Movile é uma holding brasileira criada por Fabricio Bloisi em 1990, que opera no ramo de tecnologia de plataformas com ênfase no *delivery*. Porém, um detalhe importante dessa empresa é que tem como controladora a Prosus, empresa holandesa que pode ser considerada como um grupo de investimentos global e que destaca em seu portfólio o iFood como “a principal plataforma de entrega de alimentos do Brasil”.

Para além disso, quando consultado o quadro societário do CNPJ do cadastro “IFOOD PARTICIPACOES LTDA.”, na receita federal, encontra-se uma participação de uma empresa sediada na Holanda “IFOOD HOLDINGS B.V.”. Através de uma consulta à Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), ao pesquisar pelo termo “iFood” no dia 19 de abril de 2025³⁹, foi possível encontrar 9 registros, sendo eles: “IFOOD AGÊNCIA DE SERVICOS DE RESTAURANTES LTDA.”; “OREGON IFOOD LTDA”; “IFOOD BENEFICIOS E SERVICOS LTDA.”; “IFOOD PARTICIPACOES LTDA.”; “COMERCIO ARTIGOS LANCHONETE E IFOOD OYAKOLE LTDA”; “DGM IFOOD LTDA”; “CGS IFOOD DO BRASIL LTDA”; “IFOOD AGÊNCIA RESTAURANTES LTDA”; “BODOG LINDS LANCHONETE E IFOOD LTDA”. Destes, apenas 3 foram identificados com algum tipo de vínculo com a empresa-aplicativo: “IFOOD AGÊNCIA DE SERVICOS DE RESTAURANTES LTDA.” “IFOOD BENEFICIOS E SERVICOS LTDA.”; E “IFOOD PARTICIPACOES LTDA.”.

De acordo com o site de comunicação da iFood, a empresa foi fundada em 2011, no entanto, Patrick Sigrist abriu o primeiro cadastro da “IFOOD AGÊNCIA DE SERVICOS DE RESTAURANTES LTDA”, em 2007, com o nome “IFFOD AG DE SERV DE RESTAURANTES E OUTRASCONVENIENCIAS, CONS. E DES. EM SIST. DE INF. PROP. E MARK. PART. LTDA”; sob o objeto social: “restaurantes e similares; comércio atacadista de equipamentos de informática; marketing direto. Em 2008, o objeto social foi alterado para: desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, consultoria em tecnologia da informação, outras sociedades de participação, exceto holdings, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador”. Já em 2010, junta-se os quatro sócios citados acima e mais um sócio, que se retira em 2011, dando início a formação citada no site.

Em 2014, outro movimento interessante ocorre com esse cadastro: apenas Felipe Fioravanti continua na sociedade, passando quase toda sua participação para o cadastro: “IFOOD. COM AGÊNCIA DE RESTAURANTE ONLINE S.A.”, cadastro ao qual é admitido na sociedade. A partir deste momento, nomes físicos apenas representam nomes jurídicos nos processos do cadastro. Esse processo cadastral pode indicar uma mudança de estratégia e uma

³⁹ Todos os dados coletados são abertos e podem ser consultados através do site: https://www.jucesponline.sp.gov.br/Pre_Visualiza.aspx?nire=35221367437&idproduto=. A investigação se deu pela análise dos documentos presentes nas fichas cadastrais completas dos cadastros associados encontrados. O período da coleta de dados se deu do dia 19/04/2025 à 19/06/2025.

profissionalização administrativa da empresa, que ocorre no ano seguinte ao início dos aportes da Movile em 2013. Em 2017 o nome “MOVILE INTERNET MOVEL S.A”, é admitido na sociedade. Já em 2018 está empresa é incorporada por: “IFOOD.COM AGÊNCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A.”. Neste ponto da pesquisa, foi encontrado uma série de fragmentações nas empresas, com diversos cadastros que têm participações na empresa-aplicativo, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Consulta JUCESP (2025)

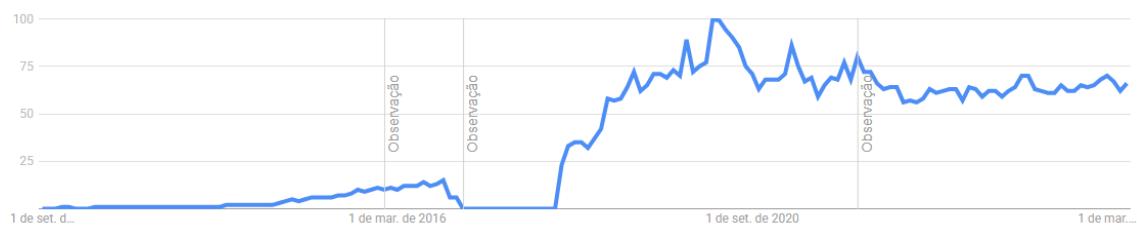
Designação do cadastro	Data de constituição	CNPJ	Capital social (R\$)	Associações com outros cadastros
IFOOD AGÊNCIA DE SERVICOS DE RESTAURANTES LTDA.	19/04/2007	08.902.115/0001-83	510.284,00	Incorporada em 2018, por: IFOOD.COM AGÊNCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A.
IFOOD.COM AGÊNCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A.	01/09/2011	14.380.200/0001-21	924.573.755,82	A partir de 2017, começa a ter participação de: MOVILE INTERNET MOVEL S.A
MOVILE INTERNET MOVEL S.A.	Nada encontrado na JUCESP	08.654.191/0001-17	nada encontrado na JUCESP	Quando consultado na Receita Federal, apresenta uma certidão de baixa.
IFOOD BENEFICIOS E SERVICOS LTDA.	27/03/2019	33.157.312/0001-62	453.351.000,00	Tem a participação de: IF-JE PARTICIPACOES S.A; e teve participação até 2021 de: MOVILE SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA
MOVILE SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA	Nada encontrado na JUCESP	08.343.528/0001-75	Nada encontrado na JUCESP	Quando consultado na Receita Federal, apresenta uma certidão de baixa.
IF-JE PARTICIPACOES S.A.	16/04/2015	20.621.422/0001-91	4.262.583.475,00	Transformada em: IFOOD PARTICIPACOES LTDA

IFOOD PARTICIPACOES LTDA	28/09/2023	20.621.422/0001-91	1.131.583.475,00	Associado à IFOOD HOLDINGS B.V, sediada em Amsterdã e que contém toda participação do capital social deste cadastro
IFOOD HOLDINGS B.V.	Nada encontrado na JUCESP	32.165.965/0001-20	Nada encontrado na JUCESP	Nada encontrado na JUCESP e nem na Receita Federal

Elaboração: Lira, 2025. Fonte: Junta Comercial do Estado de São Paulo, Ficha cadastral completa das empresas.

Ainda que não tenha sido encontrado uma relação direta com a Prosus, a investigação mostra essa fragmentação da empresa em diversos cadastros, que também contém objetos diversificados que serão expostos mais à frente, sendo um desses sediado na Holanda: “IFOOD HOLDINGS B.V.” A princípio, a investigação evidenciou o histórico do primeiro cadastro constituído – “IFOOD AGÊNCIA DE SERVICOS DE RESTAURANTES LTDA” –, que mesmo contendo aportes da Movile desde 2013, só começa a ter participação direta em 2017. Isso indica a qualidade de Startup do negócio, no qual a empresa de tecnologia (Movile), apenas se associa ao iFood quando o cenário começa a parecer promissor. De acordo com uma busca rápida no Google Trends, utilizando o termo “iFood” no recorte do Brasil, durante o período de 2011 a 2025, podemos verificar que desde a constituição principal da empresa em 2011, a popularidade nas redes começa a demonstrar sinais entre 2015 e 2016, e se fortalece apenas em 2018, tal como indica a *Figura 3*⁴⁰.

Figura 3 – Popularidade do termo "iFood" no Google Trends / Brasil (2011 - 2025)



Elaboração: Lira, 2025. Fonte: Google Trends.

⁴⁰ O Google Trends realiza uma medida de popularidade de 0 a 100, considerando citações, procura e assuntos, encontrados nas redes sociais e na ferramenta de busca. Embora os dados possam ter variações devido às notícias e repercussões, o gráfico apresenta o quanto as pessoas de um determinado recorte territorial, no caso o Brasil, estão interessadas no termo naquele período.

Ainda que o pico da popularidade tenha se apresentado em meio às paralizações dos entregadores em 2020, o gráfico do Google Trends se mostra relativamente estável nos anos que sucederam a pandemia da COVID-19, mantendo uma média acima dos 50 pontos de popularidade na ferramenta de busca. A isso devemos atribuir, para além de fatores externos, às estratégias de marketing e operação tomadas. Se por um lado, podemos pensar que a partir de 2015 a empresa-aplicativo demonstrou ser promissora nas redes, a partir de 2017, quando a Movile engendrou suas participações, a empresa demonstra pelo Google Trends uma consolidação de popularidade nas redes. Mesmo após a paralização dos entregadores e os fatores também condicionados pelo isolamento em 2020 e 2021, o termo manteve um nível de popularidade na ferramenta de busca (Google), de encontro com a aquisição completa da empresa pela Movile, consequentemente também pela Prosus, em 2022. Aqui. Não buscamos elaborar relações de causa e consequência, no entanto esses dados nos indicam certo nível de simultaneidade entre os momentos.

Voltando ao *Quadro 1*, quanto ao cadastro: “IFOOD BENEFICIOS E SERVICOS LTDA.”; constituído em 2019, já com a participação da Movile, apresenta-se hoje o objeto: “Emissão de vales-alimentação, vales-transportes e similares; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; Holdings de instituições não-financeiras”. Este cadastro, figura de uma forma diferente, em relação, por exemplo, ao “IFOOD.COM AGENCIA DE RESTAURANTES ONLINE S.A.” com objeto: “Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Atividades de cobrança e informações cadastrais; Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente; Existem outras atividades”.

Isso indica que a empresa se permeou por algumas outras atividades econômicas que não só a de desenvolvimento de software e serviços, figurando também neste segmento dos vale-alimentação e vale-transporte. No entanto, chama a atenção a presença da atividade “Holdings de instituições não-financeiras”, portanto, este cadastro também figura como uma empresa que tem participações em outras empresas. Importante salientar aqui que a designação do objeto social da empresa no cadastro de pessoa jurídica, é a principal forma de enquadrar a empresa no código de atividade econômica (CNAE), este que condiciona a emissão das notas fiscais e regulamenta a tributação.

Na consulta ao cadastro “IFOOD BENEFICIOS E SERVICOS LTDA.”, também foi possível verificar a participação do cadastro “IF-JE PARTICIPACOES S.A.”, que depois foi transformado em “IFOOD PARTICIPACOES LTDA”. A particularidade deste último cadastro, é que além do objeto social figurar como: “outras sociedades de participação, exceto holdings”; também apresenta um capital social que chama a atenção. Na ficha cadastral, consta um capital social de R\$ 4.262.583.475,00 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), diferente do que consta na receita federal: R\$1.131.583.475,00 (Um bilhão, cento e trinta e um milhões, quinhentos e oitenta e três mil e quatrocentos e setenta e cinco reais). Dessa forma, não só chama atenção o fato de o capital social estar na casa dos bilhões, mas também que desde pelo menos 2023 há um esforço por parte da empresa de aprovar reduções de capital social, passando de 4bi para 3bi em 2023, para 2bi em 2024 e para 1bi em 2025. Também deve-se destacar que todo esse capital corresponde a participação do cadastro “IFOOD HOLDINGS B.V.”, na qual nada foi encontrado, além de ser uma empresa sediada na Holanda e figurar como um dos participantes do quadro societário, representado por um brasileiro.

Além disso, também pode se destacar que em 2024, o cadastro: “RAPIDDO AGÊNCIA DE SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA S.A.”, foi incorporado ao “IFOOD PARTICIPACOES LTDA”. Quando procurado sobre a Movile e os cadastros que poderiam ser associados a ela, nada foi encontrado na JUCESP, e na Receita Federal havia uma certidão de baixa da empresa. Embora isso não possa ser afirmado, considerando que nada foi encontrado sobre a Movile, mas que em documentos informativos da Prosus, Fabricio Bloisi é mencionado como um diretor executivo (CEO) do grupo, existe a possibilidade de que os cadastros da Movile tenham sido incorporados, transformados ou negociados, com o grupo de investimentos holandês.

Essa fragmentação de cadastros e série de movimentações, incorporações e transformações dificultam a investigação, no entanto, expõem um entrelaçamento de participações nos cadastros, onde grande parte das participações dos capitais sociais se encontram em outros cadastros muito específicos. Um deles, contém um objeto social um pouco diferente da proposta inicial da empresa-aplicativo e outro é sediado fora do Brasil, não sendo possível encontrar maiores informações. Nesse sentido, interessa compreender a relação de encargos tributáveis do cadastro brasileiro com objeto social que difere da proposta social, e ainda mais do fluxo de capital entre os cadastros brasileiros e o cadastro holandês. No entanto, até o momento de publicação deste texto, nada nesse sentido foi encontrado pelo autor, formulando novas hipóteses ainda sem respostas.

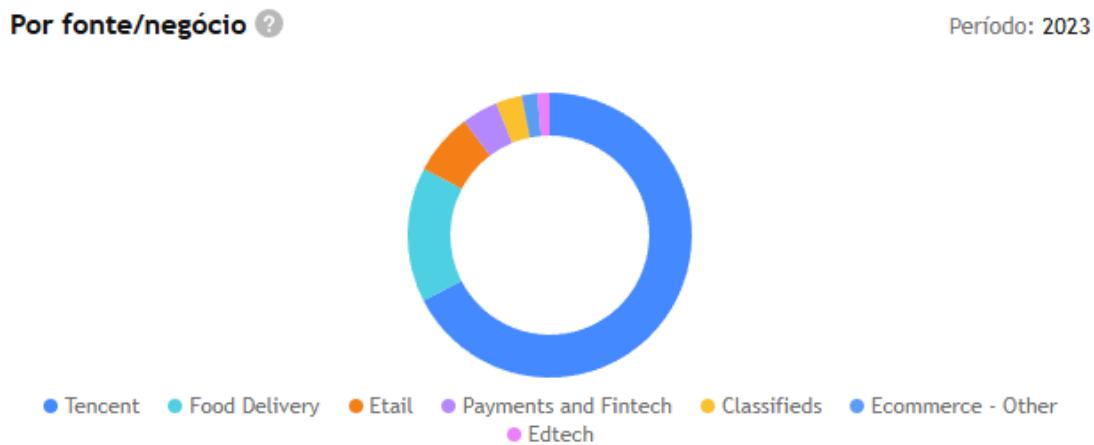
Quanto aos movimentos de incorporação e transformação que ocorrem com os cadastros, e negociação da empresa, como um ativo a ser comprado e vendido, nos indica elementos para discutir as contradições entre a concentração e centralização (Marx, 2013;2017). Para além da possibilidade de concentração de capital, discute-se muito as condições de centralização do capital, na qual as incorporações e negociações entre capitais representam não a reprodução do capital, mas sim a centralização a lucros cada vez menores, mas com maior massa. A centralização também é expressa em última instância no monopólio, o qual possibilita a negociações, tanto de preço, quanto de assalariamento, mais impositivos. No contexto de um segmento já oligopolizada, cada vez mais há indícios de centralização de capital, especialmente no ramo da tecnologia.

Pelas consultas, não foi possível encontrar uma relação direta com a Prosus, além de se considerarmos por intermédio da Movile. No entanto, tanto no portal de notícias do iFood, quanto no portifólio da Prosus, é exposto o controle pelo grupo de investimento. No portifólio da Prosus, o iFood é o único ativo da aba de “Entrega de comida”, considerado nos filtros: “investimentos controlados” e “Empresas de propriedade integral”. No entanto, isso não significa que a empresa-aplicativo seja gerida ou administrada diretamente pelo grupo. A gestão efetiva se dá ao nível da iFood como ativo, havendo várias formas administrativas disso ocorrer. A Prosus pode ter apenas participação orçamentária/financeira, ou apenas representar um voto, indicar um representante brasileiro (como é o caso), ou mesmo designar a administração para uma terceira.

Sobre a Prosus, como já foi mencionado, essa é um grupo de investimento que foi listado na bolsa de valores de Amsterdã em 2019, como uma empresa voltado ao mercado de tecnologia. De acordo com o site do grupo, a proposta da Prosus se pauta na construção de ecossistemas no ramo das *fintechs*⁴¹, por meio do uso de Inteligência Artificial (IA). No portifólio da Prosus se destaca participações em: plataformas de *marketplace* (como a OLX no Brasil), entrega de comida (iFood, Swiggy na India, Flink na Alemanha), pagamento e serviços financeiros (Creditas no Brasil) e *Edtech* ou “tecnologia de educação” (Brainly, eduME, Udemy).

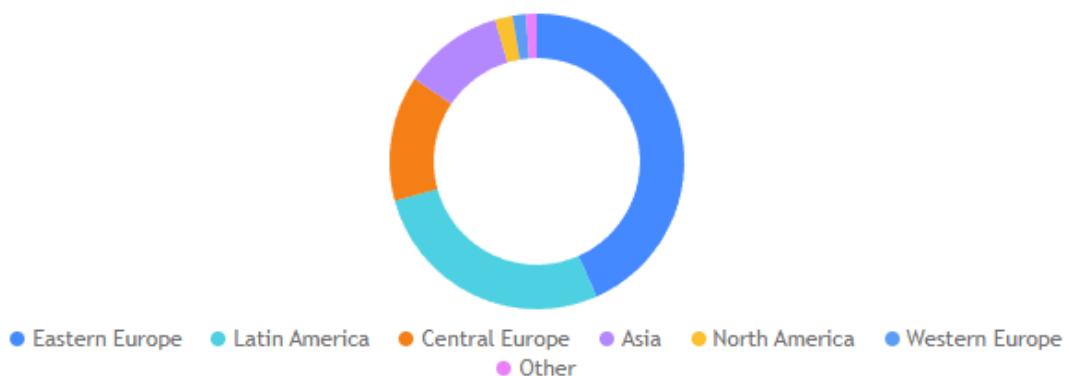
⁴¹ Esse termo é uma abreviação de “Financial Technology” (tecnologia financeira), nesse sentido são empresas ou Startups que agregam as ideias de inovação por meio da tecnologia ao setor financeiro, desenvolvendo soluções, serviços, plataformas digitais, entre outros. Tudo isso, intermediado pela tecnologia e integrado ao sistema financeiro.

Figura 4 – Fluxos de receita da Prosus por fonte/negócio (2023)



Retirado de TradingView

Figura 5 – Fluxos de receita da Prosus por regiões do mundo (2023)
Por país Período: 2023



Retirado de TradingView.

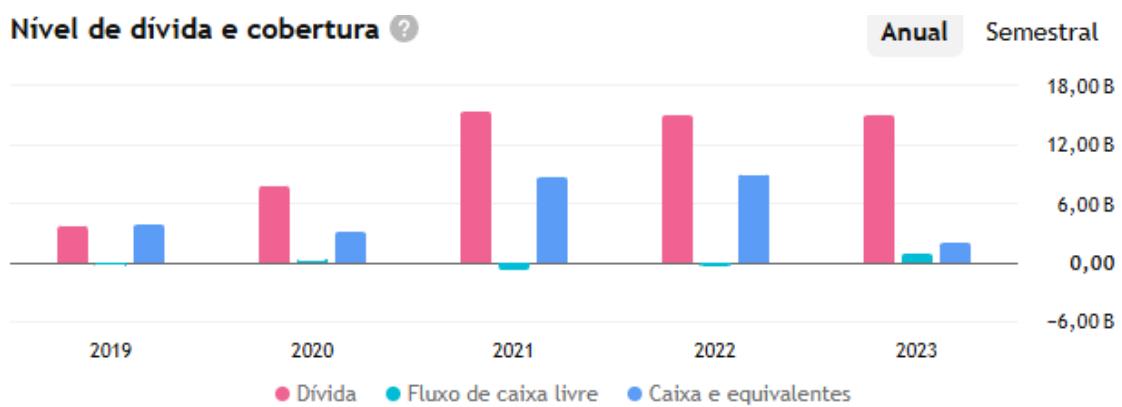
Os dados retirados do portal dedicado a avaliação de ativos de mercados financeiros: “TradingView”⁴²; demonstram na *Figura 5* um forte fluxo de receitas de ativos na qual a Prosus possui participações, na Europa e na América Latina, seguido da Ásia. Na América Latina, em especial, apresenta-se um fluxo de 1,38 bilhão de euros, representando 27,35%, ou seja, quase um terço do total. Esses dados podem indicar que a ação do grupo se destina para localizações e territórios menos competitivos, no caso da Ásia e da América Latina. E mesmo na Europa, cerca de 40% do fluxo de receitas do grupo, trata-se do leste Europeu. Essa hipótese se fortalece com a baixa presença de fluxo de receita na América do Norte (1,94%).

⁴² Os dados foram retirados no dia 19 de junho de 2025, mas podem ser acessados em: <https://br.tradingview.com/symbols/EURONEXT-PRX/financials-overview/>.

Quanto ao fluxo de receita por negócio (*Figura 4*), destaca-se uma grande predominância da participação da empresa Tecent (19,73 bilhões de euros), uma empresa chinesa de tecnologia e jogos. Essa informação poderia abrir uma série de questionamentos, no entanto, nos ateremos às questões mais circunscritas ao recorte deste trabalho. O segundo fluxo de receita notável é o “gerado” pelo “*Food Delivery*” (entrega de comida), com 4,49 bilhões de euros, cerca de R\$28 bilhões. Fazendo uma correlação entre o fluxo de receita por fonte e por país, considerando que o iFood é uma empresa-aplicativo proeminente em toda a América Latina, pode-se inferir que uma boa parte desta receita se trata do ativo iFood.

De acordo com o material informativo disponibilizado pela Prosus sobre os resultados do ano de 2024⁴³: “Prosus acelera crescimento, com melhoria de 5X no EBIT ajustado” (tradução nossa). Lembrando que EBIT, significa “Earnings Before Interest and Taxes”, ou seja, “Lucro antes dos juros e das taxas”. No documento consta uma declaração de Fabricio Bloisi, que além de ser o fundador da Movile, é diretor executivo (CEO) do grupo. Durante esta declaração, o diretor afirma o acúmulo de uma massiva quantidade de dados e aposta no uso destes dados para treinar IA, como vantagem competitiva do grupo. De acordo com Fabricio Bloisi, essa conjuntura tem um grande potencial para o grupo, no que ele aponta como uma jornada ao valor de empresa de US\$ 100 bilhões. De acordo com o documento, a empresa-aplicativo iFood liderou o crescimento, como especulado acima, com aumento de 29% de pedidos, 32% de venda bruta e 30% de receita. Por outro lado, a Prosus apresenta uma saúde financeira em que a dívida cresce mais do que o caixa nos últimos 5 anos, bem como demonstra a *Figura 6*.

Figura 6 – Nível de dívida e cobertura anual da Prosus (2019 - 2025)

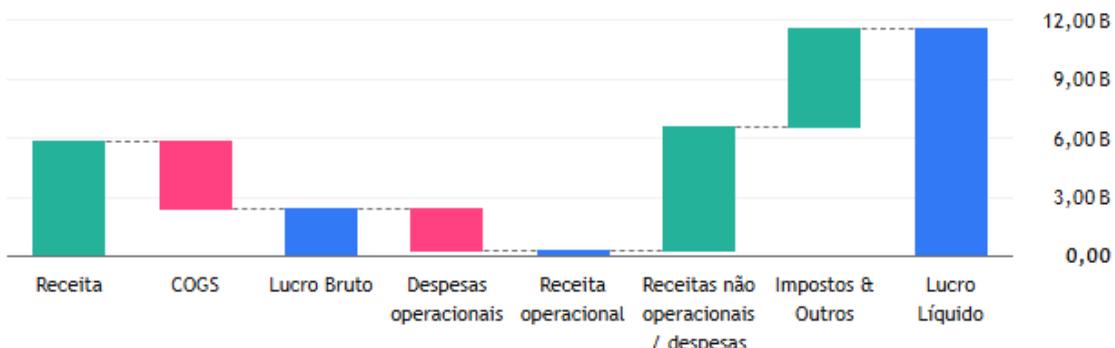


⁴³ O material foi lançado em 2 de dezembro de 2024, se encontra redigido em inglês e pode ser acessado em: <https://www.prosus.com/~/media/Files/P/prosus-corp-v2/results-reports-and-events-archive/latest-results/hy2025/hy2025-media-release.pdf>.

Retirado de TradingView.

Ainda que a situação tributária e a real situação financeira de tais capitais sejam um tanto quanto nebulosas, por outro lado a empresa alega que de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)⁴⁴, gera cerca de 873 mil postos de trabalho e movimenta a economia, a arrecadação de impostos e uma cadeia em seu entorno. O portal de dados também apresenta que desde 2022, a condição dos trabalhadores vem melhorando, apresentando menos horas de trabalho, uma remuneração média maior e havendo um suporte melhor com os entregadores, como discutido na subseção anterior. Diante desta “névoa”, entre 2023 e 2024, a Prosus negociou parte de sua participação na empresa Tecent, responsável pela maior parte do fluxo de receita em 2023.

Figura 7 – Conversão de receita em lucro da Prosus (2024)⁴⁵



Retirado de Trading View.

Neste contexto, necessariamente devemos considerar a Figura 7, em que pese o grupo de investimento ser considerado uma Holding de longo prazo, mas que tem marco de receita operacional na casa dos 149 milhões de euros, enquanto soma um lucro líquido de 11 bilhões de euros, quando somados as receitas não operacionais e os impostos – possivelmente por conta de isenções fiscais, ou apoio estatal direto. E ainda assim, o lucro líquido da empresa não supera a dívida registrada de 2024 em 15,8 bilhões de euros. Tais dados reforçam a compreensão exposta até aqui nessa dissertação, em que o produto de tais empresas é o próprio desenvolvimento das forças produtivas, negociadas por centralização, enquanto o trabalho plataformizado cristaliza juridicamente os negócios na materialidade, mesmo que parte da possibilidade de reprodução se paute em apoio externo (impostos & outros) e rolagem de dívida (que cresce desde 2019 e não é coberta pelos lucros)

⁴⁴ Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Estudo-Fipe-2023-Impacto-Socioeconomico-do-iFood.pdf>.

⁴⁵ Dados retirados em 18 de novembro de 2025, referente a conversão de receita em lucro de 2024.

3 CONTRADIÇÃO EM PROCESSO NO URBANO

A urbanização, em geral, é associada à industrialização, como um passo da modernização, no qual o trabalhador rural é expulso do campo para um contexto de superpopulação relativa e da não existência de elementos de subsistência. Ao mesmo tempo em que é criado as condições para a sujeição ao trabalho, cria-se também um mercado de consumo para as mercadorias agrícolas e industriais (também condições da sujeição ao trabalho). Para Oliveira (2011), no plano da lógica urbano-industrial, surgem os serviços, “um conjunto heterogêneo de atividades, cuja única homogeneidade consiste na característica de não produzirem bens materiais” (Oliveira, p. 52 e 53).

Porém, Harvey (2011) aponta que desde a Paris Napoleônica a urbanização não é apenas um processo de realocação produtiva, mas também um direcionamento do excesso de liquidez do capital. Embora Harvey (2011) esteja fazendo uma interpretação de realocação geográfica de capital (que já foi criticada na seção 2) para compreender o papel de uma “destruição criativa da terra” (p. 151), suas ideias nos permitem identificar a própria urbanização como um processo pertencente da reprodução ampliada.

Quando Harvey (2011, p. 156) aponta que: “O capital fixo incorporado na terra pode facilitar a circulação de capital móvel, mas perde seu valor quando este não segue os caminhos geográficos traçados pelos investimentos em capital fixo”, fica claro a contradição inerente gerada entre a necessidade de investimentos para sustentar a necessidade de taxas compostas de reprodução e sua própria substância. Tende-se assim a necessidade de explorarmos interpretações que tensione do trabalho plataformizado, às condições do capital fixo, no contexto urbano considerando os desdobramentos lógicas das contradições internas.

3.1 Da plataforma ao capital fixo

Virtual pode ser visto como uma potencialidade ou como um atributo potencial da sociedade que é apreendido pelo trabalho do pensamento (Faustino; Lippold, 2023). A informação virtual é a captura de um dado da realidade convertido em códigos binários transmitidos por meio físico, ocupando, assim, um lugar no espaço e no tempo (Faustino; Lippold, 2023, p. 36). Portanto, estão contidas no espaço e não podem constituir um espaço próprio, a não ser em um sistema virtual.

Enquanto o software se apresenta como aparência, um digital que só existe no virtual; o hardware é o material, já que tudo aquilo que é apreendido pelos nossos olhos está sendo processados por microchips, sendo esses concretos na realidade. Vemos assim uma inversão

contraditória, não são as ações que se materializam no espaço e no tempo, mas um hardware material que processa a possibilidade de ações em uma condição virtual.

Por mais que os meios digitais tenham uma narrativa de intangibilidade, por se tratar de fluxos em nuvens não materializadas, o que se mostra é um cenário de informação como um recurso estratégico, usado de forma seletiva e hierárquica (Bernardes, 2011). Nesse sentido, para Steda (2020), é necessário aderir uma noção de seletividade espacial na qual um uso do território hierarquizado, de acordo com a posição das redes e funcionalidades, cria uma difusão social e territorial seletiva e desigual.

A priori, a própria informação deve ser armazenada em estruturas físicas, essas chamadas de servidores, havendo uma necessária posição estratégica em relação à conexão (Steda, 2020). Nesse sentido, esses servidores devem estar estrategicamente localizados: nas melhores rotas de capilarização dos cabos em relação à demanda; onde tenha disponibilidade de recursos, como água para resfriar o servidor; e uma localização que possibilite a contratação de funcionários que cuide e administre desse servidor por um baixo custo. Desta maneira, a intangibilidade desses bens, na verdade ocultam uma camada material volumosa de investimentos em infraestrutura e mão de obra, “assim como não é possível existir software sem hardware” (Faustino; Lippold, 2023, p. 24).

Contudo, desde a apresentação histórica de Marx (2017) sobre o capital fictício, à tentativa de realizar uma monografia regional no interior de São Paulo por Pierre Monbeig (1984), podemos observar uma relação tênue entre um massivo investimento em capital fixo (infraestruturas) e a negociação de trabalho futuro (mesmo que autonomizado em capital fictício). Enquanto Marx (2017, p. 396), expõe “o sistema de consignações massivas à Índia e à China em troca de adiantamentos” nos fundos ferroviários, em meados do século XIX, no qual foi criado um sistema de emissão de letras de crédito para adiantamento de capital das mercadorias que eram deslocadas por ferrovias da Inglaterra para a China, que se desdobrou em um sistema de emissão de letras de crédito para cobrir letras de crédito; Monbeig (1984), ainda que sem uma análise crítica, traça a relevância do capital acionário, em geral Inglês, na constituição das companhias férreas da marcha para a franja pioneira no interior paulista, entre o fim do século XIX e início do século XX, lucrativo em especulação financeira de capital internacional e subsidiado por linhas de créditos estatais. Em termos de capital total, toda essa massa de capital adiantado, logicamente desdobrados, e tomado aqui pela apresentação histórica de Marx (2017), pelas expressões na periferia de Monbeig (1984) e ainda pela apresentação da seção 3 sobre a crise do fordismo, manifesta-se de forma absoluta em meados

do século XX, primeiramente no centro, mas quando não realizada no centro, nas periferias, como o caso da modernização retardatária brasileira do século XX.

Segundo Marx (2017, p. 391), o “desenvolvimento do comércio de dinheiro, [...] acompanha naturalmente, o desenvolvimento do comércio de mercadoria”. Para Kurz (2019), os desdobramentos desses investimentos massivos necessários de adiantamentos impagáveis, rolados em dívidas, lança a reprodução em um “capitalismo de cassino”, em que não só o fictício se torna indissociável do desenvolvimento produtivo, como também determina a possibilidade de reprodução dos capitais individuais.

Outro entendimento de uso hierárquico do espaço através dessa camada de gerência digital é elucidado por Tozi (2020). Nesse sentido, o autor comprehende uma periodização de plataformas de transporte de passageiros por aplicativo através da dinâmica em evidência e da distribuição da operação das determinadas plataformas no território brasileiro. Identifica, portanto, uma permeabilidade complexa dessas empresas no território, por vezes, desafiando a soberania nacional e submetendo os municípios brasileiros à sua lógica.

Segundo Tozi (2020), os primeiros anos de atuação das empresas de transporte por aplicativo no Brasil, em geral empresas internacionais, serviram de reconhecimento sobre o território nacional, levantando informação pertinente para sua operação diretamente da disponibilização do serviço. Esse levantamento inicial serviu de base para a capilarização das empresas nos anos seguintes, considerando particularidades em determinadas regiões.

O exemplo mais claro nesse caso, foi o da adaptação das empresas para receber o pagamento em dinheiro físico, já que o pagamento era todo processado por meio digital, através de operadoras de cartão de crédito e instrumentos dos próprios aplicativos (Tozi, 2020). Para que os aplicativos pudessem se banalizar em determinadas regiões brasileiras, o algoritmo teve que ser retrabalhado para aceitar essa forma de pagamento mais “tradicional”, de acordo com Tozi (2020), devido à falta de acesso a cartão de crédito e pagamentos digitais em áreas de maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, segundo Tozi (2020), essas plataformas também representam “plataformas territoriais”, pois o território se apresenta, ao mesmo tempo, como fundamento da tomada de decisão e recurso diferencial de rendimento, bem como também é identificado por Steda (2021). Além disso, pesquisas empíricas (Tozi, 2017; 2018) têm revelado um processo de ação regional, isto é, a empresa define uma área de ação a partir de uma cidade central. A título de exemplo, quando a Uber informa sua presença em São Paulo, ela indica uma ação regional a partir dessa cidade, que, contudo, tampouco coincide com os limites da respectiva Região Metropolitana. Assim, afirma Tozi (2020, p. 489): “De nossa parte, defendemos que a

uberização é também a expressão fenomênica de uma nova divisão territorial do trabalho impulsionada pela informatização da vida social”.

No entanto, assim como o câmbio de um carro, dificilmente as pessoas compreendem o funcionamento dos aparelhos eletrônicos ou até mesmo dos algoritmos que geram os aplicativos, embora utilizemos esses todos os dias. A permeabilidade do TI na vida cotidiana, através de uma possível lógica de “fetiche da tecnologia”, essa sim apresenta ações que se materializam no espaço e no tempo.

Nesse sentido, forma-se um novo dispositivo de intermediação da dominação, em que através da mediação fetichista que as tecnologias de inovação apresentam, é habilitado um aprofundamento das “posições internas da divisão do trabalho a serem personificadas por sujeitos reificados, e seus interesses são atributos dessa posição territorialmente condicionada” (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014, p. 56). Assim, enquanto a intermediação da tecnologia aprofunda a divisão do trabalho, esta estabelece novas condições à divisão territorial do trabalho.

[...] o próprio Estado nacional brasileiro é um resultado da divisão territorial do trabalho e não uma comunidade que decidiu conscientemente por essa forma de organização territorial.

[...] Se esse sujeito é, de fato, um sujeito jurídico do território do Estado nacional brasileiro, sua subjetividade, como trabalhador do território universalizado pelo capital mundial, **faz de seus objetivos meros suportes do automovimento do dinheiro** (Heidemann; Toledo; Boechat, 2014, p. 56, grifo nosso).

Para Faustino e Lippold (2023, p. 94 e 95), esse período técnico, “subsume cada vez mais a vida humana, o ócio, a criatividade, a cognição e os processos teleológicos às lógicas extrativistas”, de forma em que a vida social, por intermédio da tecnologia e seu poder de armazenar e processar dados, é quantificada para ser mercantilizada (Faustino; Lippold, 2023). No entanto, a instrumentalização de tais técnicas é fundamento do próprio automovimento do dinheiro e desta tecnologização fetichista, portanto, a técnica mercantilizada não é neutra. A tecnologia enquanto capital morto designado para a valorização do valor ou da captura das atividades de mediação social, já é um dispositivo dominado e de dominação, por si. Em uma sociedade da mercadoria, isso não se altera, já que “o próprio desenvolvimento das forças produtivas é oriundo da inevitabilidade crítica e cega do capital” (Alfredo, 2025, p. 23). Dessa maneira, pode-se entender o “fetiche da tecnologia” (Faustino; Lippold, 2023), também como um arraigamento do fetiche da mercadoria, que designa a técnica não só na mediação da produção, como também do consumo, sob a condição das tecnologias de informação. A objetivação do “sujeito reificado”, neste contexto particular, segue sendo “mero suporte do

automovimento do dinheiro”, mas atribuindo novas relações objetivadas aos territórios e, assim, a divisão territorial do trabalho.

3.2 A preeminência da circulação na “revolução urbana”

Embora no livro 1 d’O capital, trabalho abstrato seja entendido como todo tipo de trabalho, partimos da ideia de esferas autonomizadas do processo de produção e circulação do capital⁴⁶. Partindo, à priori, do capital de comércio de mercadoria, Marx (2017) entende que a integração dessas duas esferas autonomizadas (produção e circulação) se forma durante o adiantamento de capital do comerciante ao produtor, quando compra parte da produção e a retem na esfera da circulação, embora a mercadoria não tenha se realizado enquanto valor de uso⁴⁷.

Justamente aí se mostra que a mercadoria não se vende de maneira definitiva ao passar das mãos do produtor às do comerciante e que este último não faz mais do que dar continuidade à operação da venda, ou seja, à mediação da função do capital-mercadoria. [...]

Em contrapartida, outra parte do capital social se encontra constantemente dentro da esfera da circulação, sob a forma de capital comercial. Ela só é utilizada para comprar e vender mercadorias. (Marx, 2017, p. 270 e 273).

A compensação entre a retenção de parte do capital na esfera da circulação e da produção se dá pelo aumento da rotação de capital, gerando um aceleramento da reposição de mercadorias pelo comerciante que volta a adiantar capital ao produtor. Neste momento se dá a tese da “destruição do espaço pelo tempo” de Harvey⁴⁸, que, no entanto, deve ser compreendida como um mecanismo compensatório e não como um gerador de valor direto. Desta forma, como uma possibilidade de valorizar o valor de forma indireta, o aumento da rotação ocasionado pelo aceleramento da esfera da circulação só é possível se o gerador de valor a priori esteja em conformidade⁴⁹.

Mas é fácil de compreender que o número relativo dos elementos da força de trabalho que podem ser aplicados por capital monetário adiantado, em decréscimo constante, não pode ser compensado pelo

⁴⁶ Embora exista uma integração intrínseca, necessária e, essencialmente, contraditória, as esferas de produção e circulação são entendidas como autonomizadas no livro 3. Entretanto, a autonomização serve à abstração, não havendo possibilidade de segmentá-la no plano empírico.

⁴⁷ E nem mesmo necessariamente há realização enquanto mercadoria, pois se ela não circular das mãos do comerciante este não continuará adiantando capital para o produtor, nesse sentido a valorização do valor não pode ser pressuposta.

⁴⁸ Tão importante essa aos geógrafos, em referência aos manuscritos dos “Grundisse” de Marx.

⁴⁹ 25.000 vezes 0, é 0. Nesse sentido, é importante retomar tanto a queda tendencial da taxa de lucro, quanto, ainda mais importante, a relação de composição orgânica pós expulsão total do trabalho vivo da produção.

aumento relativo da mais-valia por elemento da força de trabalho aplicado. No caso de um aumento, em processo histórico, da quota-parte do capital constante por capital monetário aplicado, isso seria impossível, mesmo que os custos de reprodução por elemento da força de trabalho se aproximassesem do zero o que também já é impossível. A taxa de mais-valia depende do volume global da respectiva produção de mais-valia, e esta, por seu lado, da respectiva quantidade de elementos da força de trabalho. (Kurz, 2014, p. 284)

Por si, a circulação não gera valor. Como o produtor se isenta dos custos da intermediação, esse custo é transferido para o comerciante e nele ele adere lucro, mas não valor. Dessa forma, a esfera da circulação apresenta-se como uma das partes do processo, para o produtor a mercadoria se realiza, quando sai de suas mãos e embarca na esfera da circulação, mas para o capital total, as mercadorias só se realizam quando apresentam um montante de mais valor crescente. A esfera da circulação, portanto, é o momento da mediação social da mercadoria, mesmo que ela volte as mãos de um produtor para ser transformada novamente em uma nova mercadoria⁵⁰.

Se na venda da mercadoria produzida se realiza um mais valor, é porque esse mais-valor já existia nessa mercadoria; no segundo ato, portanto, em que se volta a intercambiar o capital monetário por mercadoria (elementos de produção), tampouco o comprador realiza um mais-valor; esse ato não faz mais do que iniciar a produção de mais-valor mediante o intercâmbio de dinheiro por meios de produção e força de trabalho. (Marx, 2017, p. 277)

Embora imbricado, os serviços são, portanto, mediação social associada diretamente à priori pela circulação, seja ela de intermediação de mercadoria (comércio; transporte e armazenamento), seja ela de intermediação de dinheiro ou capital (finanças), ou, seja uma série de trabalhos especializados comercializados para mediar a sociabilização (outros⁵¹). Ainda que os três primeiros (comércio; transporte e armazenamento), sejam mediados por trabalho, por si não geram valor. Quando de intermediação de mercadorias apenas aumentam a rotação, absorvem parte do custo e adiantam capital. Quando de intermediação de dinheiro ou capital, permitem a circulação e adiantam capital. A incógnita se localiza no quarto, que além de significar uma infinidade de atividades, todas tem por substância básica o trabalho.

No entanto, significativo agora é compreender como surgem essa gama de atividades. Para os teóricos do subdesenvolvimento (Oliveira, 2011), o desenvolvimento gera um aumento de renda consequente em um aumento na elasticidade do consumo que cria demanda para a

⁵⁰ Por isso deve ser retomada a incorporação inseparável das duas esferas.

⁵¹ Essa é forma em que a CNI segmenta os serviços: comércio; transporte e armazenamento; financeiro; e outros.

expansão de atividades do terceiro setor, enquanto, por outro lado, nos países subdesenvolvidos o terciário passa por um “inchaço”, devido ao não amadurecimento da economia. Na tradição marxista (Marx, 2017, p. 236), o terceiro setor é uma forma de absorver a superpopulação relativa gerada pela modernização. Já para Oliveira (2011), o terceiro setor surge da ampliação da industrialização para fora da fábrica, suportando a industrialização, em um contexto de industrialização da cidade.

Essa última compreensão dialoga também com o entendimento de que esse terceiro departamento surge ao capital consequente do aumento da divisão do trabalho e da especialização do trabalho. Portanto, a divisão do trabalho, que se arraiga cada vez mais com as revoluções técnicas – primeira revolução industrial, fordismo etc. –, se sucede em aumento dos níveis de especialização do trabalho e necessidades de intermediação.

Quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão do trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínuas (Mandel, 1982, p. 269, 270).

Assim se estrutura o urbano-industrial, pela alta divisão de trabalho em contexto de superpopulação relativa. Baseia-se, assim, na mediação social por meio da circulação e das infraestruturas. Lefebvre (1999) em “A revolução urbana” considera que o termo “sociedade urbana” nasce com a industrialização, no tocante em que é uma sociedade que domina e absorve a produção agrícola. No entanto, a prática urbana, decorrente da revolução urbana, é posterior à cidade industrial e tem uma lógica própria.

As cidades, atualmente, se tornam centros de gestão, mas não se limitam a isso. Lefebvre (1999, p. 24) concede um conceito para o urbano, o de implosão-explosão, no qual é formado uma relação contraditória no urbano condizente à concentração (implosão) de pessoas, meios, objetos, instrumentos, ou seja, de produção; e uma fragmentação urbana (explosão) exocêntrica, ou seja, projetada para fora do centro de produção à cidade como ela mesmo uma unidade produtiva.

Percebe-se que as atividades se expandem de maneira descentralizada, em uma espécie de “ajuste espacial” (Harvey, 2005) intraurbano, em contradição com a centralidade conduzida pela lógica urbana-industrial. Diferente da cidade industrial, a cidade urbana passa por uma reestruturação profunda, a sua maneira, embora em tensão entre o pré-formado, a estrutura produtiva e as novas atividades, em um movimento de territorialização do capital.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, outros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem

aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. (Lefebvre, p. 109, 1999.)

Para além da industrialização, a cidade emana a ordem, ou seja, cumpre um papel administrativo e financeiro fundamental à lógica do capital. Então, aqui, dois destaques hão de serem dados: além das mercadorias só se realizarem socialmente através das relações, a partir da lógica do capital, as mercadorias só se realizam através da objetivação da troca. Nesse sentido, a aglomeração da cidade é idônea nas duas situações, no entanto são confundidas por essa relação fetichista. As relações contidas na superfície do urbano obnubilam as contradições, e o consumo em forma de mutação de dinheiro-mercadoria figura como imperativo dessas relações.

Estrutura-se, assim, um urbano mercadológico, pois está imbricado à lógica da mercadoria, tanto quanto as relações que se estabelecem nele. No entanto, “A revolução urbana” de Lefebvre (1999), expressa a relação da composição orgânica de forma absoluta, por vezes, paisagísticas. A base deste urbano moderno, portanto, pode se dizer aqui, a expressão da substituição do trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, a expressão do enorme desenvolvimento das forças produtivas e da preeminência da circulação.

Enquanto absorve a produção, o urbano cria as próprias necessidades do urbano e aprofunda a divisão do trabalho, e até mesmo a relação com o tempo⁵². A reprodução social e a mediação social estão todas expressas nas cidades, onde a reparação desta sociabilização urbana necessita ser mediado por trabalho improdutivo. Então, trata-se de uma prevalência da circulação na produção do espaço e não mais do ‘transbordamento’ da indústria, pois o afunilamento do tempo da distribuição se sobrepõe a própria possibilidade da rotação de uma unidade produtiva. O próprio desenvolvimento das forças produtivas é ultrapassado por uma circulação acelerada, sendo desdobrado em condições diversas, como da prevalência da dívida, em primeiro momento como adiantamento de capital e depois se autonomizando como meio de realização (capital fictício), ou única possibilidade de assegurar a circulação, com a disponibilização do crédito para consumo..

⁵² Diversos filósofos vêm utilizando o termo cronofagia, baseado nas concepções de Byung-Chul Han. Diferente da apropriação do tempo de vida do trabalhador ao negociar sua mercadoria trabalho com o capitalista; agora, ainda que o trabalhador tenha conseguido o direito de trabalhar apenas 8 horas do seu dia (os que tem esse direito), o seu tempo de vida é apropriado mesmo enquanto não está trabalhando, intermediado pela permeabilidade da tecnologia digital na vida cotidiana. Agora pense, o Uber que trabalha 14 horas, chega em casa e consome Netflix ou Tiktok, pedindo para a Alexa ligar o ar-condicionado; e ainda que aproveita os momentos em que está parado no semáforo para fazer “trade” em um IQ Option.

Se a industrialização transbordou das unidades produtivas à cidade, pois então o crédito como forma de manutenção da circulação e a ficcionalização (talvez até mesmo na imagem das *bets*) também, expressando-se no urbano tanto como forma de acesso, quanto como forma de endividamento que reprime o acesso.

O urbano é justamente a manifestação material e social do avanço significativo do desenvolvimento das forças produtivas (CARLOS, 2017) e da intensificação da divisão do trabalho. Não apenas o capital associado aos aplicativos é constitutivo de uma “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2018), mas também se estrutura e se reestrutura dialeticamente com os centros urbanos. Expressões fenomênicas como os acidentes de trânsito decorrentes de entregas em atraso; a morfologia paisagística dos carros e motos com telefones móveis ‘pendurados’, tocando os sons característicos de uma nova possibilidade de rendimento; as microestruturas planejadas por Estados e agentes privados para viabilizar a atividade; o suposto aumento do consumo e do endividamento; até a interdição de vias principais por reivindicações em defesa de melhores condições laborais; configuram, assim, as manifestações do conflito que se mantém no urbano [...] (Lira, 2025, p. 11)

Da crise de 2008, se procurarmos um marco, à uberização do trabalho, a fusão das categorias personificadas, terra, capital e trabalho, expressa a autonomização do capital portador de juros e seus desdobramentos, tudo isso pelo endividamento. Por isso que o urbano, enquanto um conjunto de trabalho morto sobre uma unidade de terra, em relação dialética com o trabalho (no nosso caso, o trabalho plataformizado) e o capital (apresentado na última seção), se mantém como manifestação do conflito “entre o capital financeiro, abstração suprema, e a ação em nome do proletariado” (Lefebvre, 2006, p. 419).

4 PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E A CONTRAPRÁXIS

Atualmente, com a plataformização, apresenta-se uma nova forma de produzir (ou não produzir). Santos (2008b, p.199) também comprehende que novas técnicas aderem novas configurações ao espaço e, assim, novas leituras, mesmo que sob os mesmos princípios do capital. Buscamos, então, acessar o espaço através da categoria trabalho. Compreende-se que o trabalho é condição indissociável da produção do espaço geográfico e que novas perspectivas de trabalho devem ser estudadas como constitutivas das determinações dadas a relação sociedade e natureza.

Em uma entrevista para a revista “New Left Review”, Harvey (2005) apresenta um questionamento sobre o que ocorreria com a coesão social se todos estivessem sobre um regime de trabalho temporário: quais, então, seriam as consequências para vida urbana e sua segurança?

Talvez nesse momento, trate-se de fazer a pergunta: quais **foram** as consequências, diante da crise do trabalho e da totalização da dívida, para o sujeito urbano?

Nesse sentido, parte-se de uma centralidade da organização do trabalho na produção do espaço e nas dinâmicas da reprodução social. Para Marx (2013, p. 270), "O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza". Santos (2008b) entende que o homem se torna homem social – por mais contraditório que isso seja por conta do trabalho alienado –, a partir do uso consciente dos instrumentos de trabalho, tomando a posição de centro de uma natureza cada vez mais modificada por esses, ao passo que o “ato de produzir é igualmente o ato de produzir o espaço” (Santos, 2008b, p. 202).

A discussão sobre o mundo do trabalho é apenas um dos vetores que podem justificar um trabalho voltado à compreensão das plataformas digitais. No entanto, as condições e relações de trabalho modeladas por essa forma perfaz o processo produtivo, a reprodução social e, consequentemente, a produção do espaço. Já que o trabalho é a substância do valor, portanto a substância da relação de troca representada por dinheiro na sociedade da mercadoria, além de todas infraestruturas e mercadorias materiais (por vezes imateriais) serem constituídas por trabalho. Em uma sociedade fetichista toda totalidade é mediada pelo trabalho. Para Kurz (1993), mais do que em uma sociedade da mercadoria, vivemos em uma sociedade do trabalho.

Dessa forma, essa relação deve ser levada mais a fundo. No livro 1 d'*O capital* (2013), o Marx considerado “exotérico” (Bonchristiani, 2021), enquanto apresenta a tese⁵³ do caráter útil do trabalho, apresenta-o como “condição de existência do homem” e “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e natureza” (Marx, 2013, p. 141). Nesse sentido, sob a dualidade da obra de Marx, há uma ontologização do trabalho contraditória, que enquanto dispêndio de energia humana não é a mesma coisa que dispêndio de força com finalidade de valorização do valor. Esse trabalho entendido por um Marx teórico da modernização, comprehende a essas condições de lógicas circunscritas por uma história, ou um intercurso, particular.

Sem dúvida, o princípio protestante do esforço abstrato e desvinculado de conteúdos sensíveis não é apenas um princípio ético, uma vez que sua ética específica provém daquele conjunto de formas sociais em que o trabalho se transforma numa atividade que traz em si sua própria finalidade, e a sociedade, numa máquina destinada ao dispêndio de força de trabalho. [...] E é somente a partir dessa forma, cuja

⁵³ Em seu movimento de dialética clássico bem-marcado: tese, antítese e síntese.

determinação parece ser tão difícil, que o trabalho da modernidade pode ser reconhecido como fenômeno especificamente histórico, que se encontra além dos estados fundamentais ontológicos. (Kurz, 1993, p. 25)

Expõe-se dessa forma, a tautologia capitalista quanto a relação de trabalho. Trabalho, mais do que uma forma do ser suprir suas necessidades sensíveis por dispêndio de força (energia), torna-se um fundamento da valorização do valor por um lado, e por outro expositivo fetichista da necessidade de trocar força produtiva por dinheiro e agora sim, trocar o último para satisfazer suas necessidades sensíveis⁵⁴. O fundamento particular do intercurso capitalista é o trabalho produtivo, assim o trabalho que gera valor, e a ontologização deste trabalho, prioritariamente de maneira protestante – “que significa o homem”, “que produz para a sociedade”, ou mesmo “que leva comida para casa” (embora o último seja essencial para garantir o mínimo de sobrevivência) –, escondem a determinação histórica do trabalho neste intercurso particular, a valorização do valor.

Portanto, a lógica dessa sociedade do trabalho se constitui a partir da consolidação desta sociedade da mercadoria, enquanto produtor de valor, marcado pelas constituições materiais e históricas da forma de intercurso particular. Segundo Kurz (1993), o socialismo real soviético, que colapsa na década de 1990, demonstra essa relação. Ainda que buscando uma sociedade despojada do fundamento da expropriação do homem no modo de produção capitalista, o socialismo real soviético foi marcado por manter uma sociedade da mercadoria e do trabalho, formando inclusive uma sociedade de fetichismo do trabalho, endeusado este pela revolução estabelecida (Kurz, 1993).

A sociedade do trabalho consolida, portanto, uma tautologia do trabalho, vitorizada por realizar a valorização do valor, este último sendo a representação do trabalho nas mercadorias. A tese da crise do trabalho (Kurz, 1993) não interpreta o fim do trabalho, mas o aprofundamento

⁵⁴ Já aqui seria possível abrir uma gama de possibilidades de discussão. Para Harvey (2016), a contradição em processo entre o valor de uso e valor de troca, é marcado pela subsunção do valor de uso ao valor de troca, partindo de uma expressão fenomênica da própria mercadoria. O exemplo em que nos fornece é do setor imobiliário americano que colapsa em 2008, no qual casas que para o autor tinham um valor de uso (morar), cada vez mais são compradas com a intenção de serem intermediadas no mercado imobiliário. A particularidade neste caso, é que as casas eram financiadas pela hipoteca de uma casa já financiada em uma lógica de capital fictício, não havendo substância de troca e levando a uma bolha imobiliária/financeira que colapsa em 2008, enquanto expressão fenomênica. Embora essa contradição seja inerente da mercadoria e estruturante do fetiche da mercadoria, já que está é em si sua constituição básica: suprimento de uma necessidade sensível (uso) e quantum de trabalho necessário em posição concorrencial (troca); para além da existência de mediadores de mercadorias, na figura dos mercadores, na qual o valor de uso das mercadorias era sua troca. Portanto, o exemplo de Harvey (2016), nos remete a um aprofundamento dessa contradição interna do capital e ao aprofundamento de uma sociedade fetichista. No entanto, enquanto constituição básica da mercadoria no sistema capitalista de troca de mercadorias, não se trata de uma subsunção de um pelo outro, mas sim da indissociabilidade desse par dialético.

significativo dessa tautologia. Os desdobramentos da queda tendencial da taxa de lucro – como a substituição de trabalho produtivo por trabalho improdutivo, a financeirização da economia e a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto -, transforma setores produtivos em improdutivos ao passo que a massa de mais-valia diminui progressivamente⁵⁵. Forma-se assim uma sociedade do trabalho pelo trabalho, na busca incessante de reaver a lucratividade. Trabalha-se para se endividar e se endivida para trabalhar. Como a fórmula do capital portador de juros $D - D'$, na verdade é uma aparência de “dinheiro que gera dinheiro”, representativa da fórmula desdobrada $D - D - M - D' - D'$, o endividamento do trabalhador também se torna uma forma de integrar a intermediação do trabalho na produção de juros. Para além de um problema de classe, há um problema de intercurso, por isso é urgente despojar esses princípios ontológicos.

As reivindicações trabalhistas neste contexto, para além de garantir o mínimo para os trabalhadores, também servem para a reprodução do próprio capital. No Brasil, em meados do século passado, estabelece-se um processo de “modernização retardatária” (Kurz, 2007). O desejo, essencialmente como necessidade capitalista, de modernização do país se viu em confronto com as próprias instituições “atrasadas”, estabelecendo um contexto de luta de classe mesmo que de forma estatizada. Diversas reformas trabalhistas foram estabelecidas no Brasil por volta dos anos 1930. As ideias de Oliveira (2011), quanto ao tensionamento da institucionalização passada e as novas diretrizes conduzem a um processo de instrumentalização da contrapráxis e da práxis teórica enquanto elementos fundantes para tratamento da contradição imanente (Kurz, 2007).

Uma possibilidade de crítica categorial perde o posto de crítica a contradição na práxis teórica e é substituída por uma crítica afirmativa de tratamento, pelos estruturalistas, Keynesianos e até mesmo neoliberais⁵⁶. Desta forma, resta compreender como a partir desta tentativa de despojar a ontologia do trabalho como princípio e da crítica as contribuições afirmativas, como podemos apreender a atual coerção ao trabalho pelo trabalhador de

⁵⁵ A crescente taxa de mais-valia relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas, é inversamente proporcional à massa de mais valia, enquanto a diminuição da taxa de lucro é inversamente proporcional à massa de lucro. Isso deve ser retomado, pois a massa de mais-valia tem relação direta com a taxa de lucro.

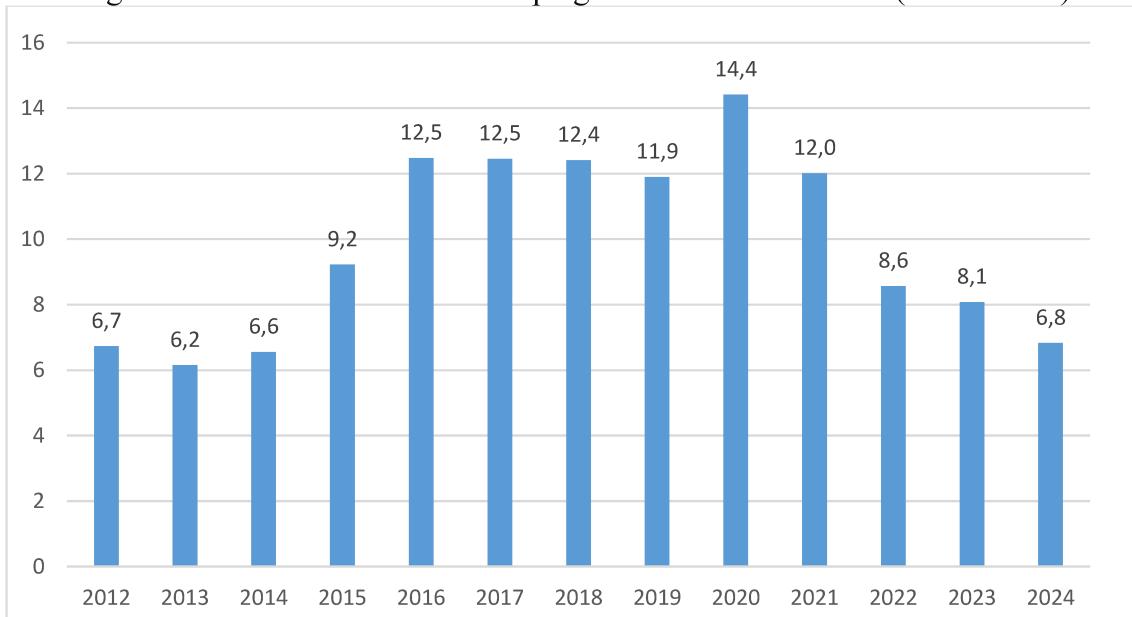
⁵⁶ Pode-se citar, Celso Furtado como estruturalista e cepalista que Oliveira (2011) tanto se propõe a criticar. Os Keynesianos da interpretação anticíclica, que atribuímos também à crítica marxista através de Harvey nos dias atuais, por exemplo, que se limita ao plano das expressões fenomênicas e do positivo, embuçado de crítica que resulta em ações afirmativas (crítica afirmativa), como bem determinado pelas propostas nos finais de capítulos do “17 contradições e o fim do capitalismo” (Harvey, 2016). Já o neoliberalismo agrupa novos dispositivos de dominação e de tratamento diante do fracasso do Estado de bem-estar social. Mesmo que o processo de austeridade para sustentar a acumulação tenha falhado, mantém-se para que o Estado sempre se responsabilize pelos custos, mas nunca pela administração e pelo tratamento, já que falhou enquanto Estado de bem-estar social, possibilitando uma fragmentação da sociedade pela lógica da responsabilidade individual.

aplicativo? E, assim, de entender a constituição deste trabalhador enquanto personificação reificada do capital.

4.1 Panorama do trabalho no brasil

Diante do cenário global, o Brasil apresenta tanto uma substituição de trabalho produtivo, quanto de desemprego. Desde 2012, quando, segundo Pitta (2020), o Brasil apresentou a manifestação fenomênica da crise financeira de 2008, o número de desempregados não baixou de 6 milhões de pessoas e, subsequente à crise política de meados dos anos 2010 e da condição pandêmica de 2020, esse número chegou a 14,4 milhões de pessoas, conforme a Figura 8.

Figura 8 – Série histórica do desemprego no Brasil em milhões (2012 - 2024)



Elaboração: Lira, 2025. Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, 2025.

Marx (2013; 2017) aponta que no desenvolvimento capitalista, é tendencial a expulsão do trabalhador do processo produtivo, formando uma superpopulação relativa⁵⁷, composta por um exército de reserva. Assim, a concorrência entre trabalhadores é estabelecida, os condicionando à subsunção mesmo em situações pauperizadas e consolidando uma relação de rebaixamento de salários. Nesse sentido, “a superpopulação relativa é mais evidente em países

⁵⁷ Diferente da superpopulação absoluta que elabora Malthus, para Marx a relação de superpopulação não ocorre entre a sociedade e a natureza, e sim entre a sociedade e a produção. Nesse sentido, estabelece-se uma condição entre a sociedade e o acesso à forma de garantir a reprodução, no caso, o trabalho assalariado. Quando parte da sociedade não é contemplada com dispositivos mínimos para sobrevivência, ou há uma compressão por parte do gerenciamento para garantir esse mínimo, passa-se a haver superpopulação, mas apenas relativa.

onde o modo de produção capitalista é mais desenvolvido” (Marx, 2017, p. 263). No entanto, as territorializações do capital podem se estabelecer em territórios já presentes em superpopulação relativa. Em países periféricos, também se encontram exércitos de reserva formados e com alto grau de competição, o que possibilita a extração e apropriação máxima do trabalhador e do território. No caso do Brasil, há uma herança de superpopulação relativa das décadas de 1970 e 1980⁵⁸, que se aprofunda com a manifestação da ruptura econômica dos anos 2008.

A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. (Marx, 2013, p. 799)

No entanto, outros dados de emprego e trabalho no Brasil, indicam a necessidade de constituir novas interpretações para o entendimento clássico de Marx sobre a superpopulação relativa, para além apenas do rebaixamento do salário no contexto de uma reprodução cada vez mais ampliada. Por outras evidências, fica claro que um processo de superpopulação ainda aprofunda as contradições capital e trabalho, mas agora possivelmente pela coerção à ‘máquina do trabalho’ (Kurz, 1993) para seguridade na concretude, ao mesmo tempo em que trabalhadores precisam negociar dinheiro, mesmo que sem substância, no contexto da reprodução fictícia e da improdutividade. Portanto, outra característica importante para compreender a questão trabalhista no Brasil, são as taxas de trabalho formal e informal. Segundo o Ipea (2024), em 2022 o Brasil tinha uma taxa de informalidade de 42,1% das pessoas ocupadas, representando mais de 40 milhões de trabalhadores informais. Destaca-se ainda um retrato de forte desproporção no recorte racial e de gênero no perfil do trabalho informal, conforme a Figura 9. Dessarte mencionado à cima, por vezes a informalidade é entendida como a absorção da superpopulação relativa, evidenciando formas de compressão da população para garantir a sobrevivência.

⁵⁸ Ou até mesmo pretérito, mas o que se deseja ser destacado aqui é o recorte posterior ao momento de expulsão do trabalho vivo dos departamentos produtivos, ainda considerando um contexto de desindustrialização e urbanização.

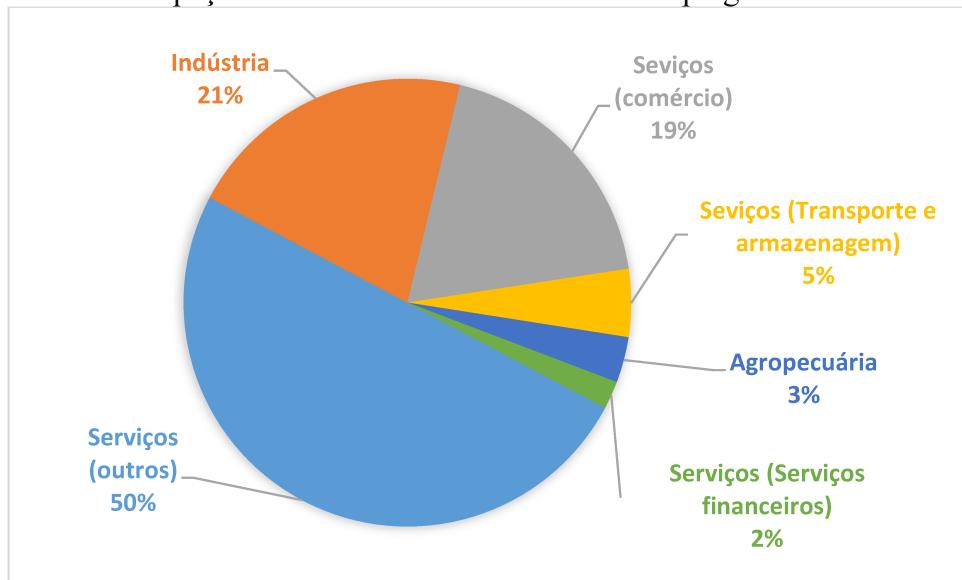
Figura 9 – Taxa de informalidade dos ocupados no Brasil (2016 - 2022)



Adaptação: Lira, 2025. Fonte: Ipea - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, 2024.

Comumente é destacado uma crise do emprego, parcialmente formulada pela alta taxa de informalidade na atualidade. No entanto, mesmo no retrato do emprego formal, a participação das atividades econômicas indica uma forte mudança do perfil do trabalho. Na Figura 10, é possível observar uma proeminência do setor de serviços na participação do emprego formal brasileiro, indicando a vetorialização do trabalho centrífuga das unidades produtivas, especialmente para os serviços de comércio e “outros”, ou seja, para o contexto da circulação e da mediação social.

Figura 10 – Participação das atividades econômicas no emprego formal / Brasil (2023)



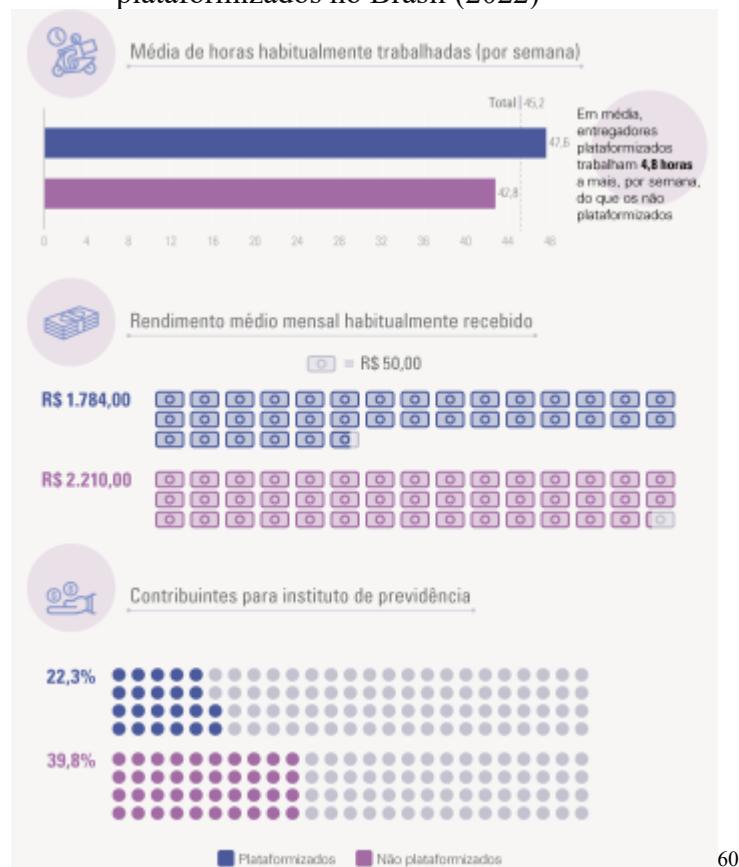
Elaboração: Lira, 2025. Adaptado de: CNI - Perfil da Industria brasileira, 2025. Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do trabalho.

Sob esta conjuntura foi possível observar nos últimos anos, especialmente no contexto das restrições da pandemia da COVID-19, uma ofensiva das atividades associadas ao mundo digital ou intermediadas por plataformas de trabalho. Segundo o IBGE (2023), em 2022 haviam 1,49 milhão de pessoas trabalhando por meio de plataformas digitais de serviços no Brasil, sendo 39,5% destes trabalhando com aplicativos de comida. A pesquisa considerou: aplicativos de transporte particular de passageiros (exclusive taxi); aplicativos de entrega de comida, produtos etc.; aplicativos de taxi; e aplicativos de prestação de serviços gerais ou profissionais. Desta forma, apenas trabalhos relacionados à esfera da circulação.

Para além de um recorte de raça e gênero⁵⁹, a pesquisa do IBGE (2023), mostrou maioridade em trabalhadores com escolaridade de nível médio completo ou superior incompleto e um alto nível de informalidade por parte destes trabalhadores. A alta especialização da divisão do trabalho e o aumento do componente técnico, também constitui um contexto de aumento da capacidade técnica do trabalhador. Neste cenário, a qualificação do trabalho, por meio da educação e aquisição de uma porção de habilidades técnicas, rege a divisão do trabalho.

⁵⁹ Se por um lado, compreendemos que há um processo histórico de racialização, que se mantém e se agrava pela própria condição marginalizada em que estabelece a racialização (não trabalho, trabalho informal e baixo poder de realização de mercadoria). Por outro, compreendemos que a pauta identitária também é apropriado pelo fenômeno através de estratégias de marketing. A necessidade de ter mais mercado e a condição do crédito possibilitaram essa inserção.
Portanto, os caminhos e possibilidades abertos por esse tensionamento não puderam ser esgotados neste trabalho, mas abrem espaço para novas discussões e outros trabalhos.

Figura 11 – Panorama comparativo de motociclistas entregadores plataformizados e não plataformizados no Brasil (2022)



60

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais, 2023.

A pesquisa do IBGE (2023), demonstra de forma comparativa, a situação de entregadores plataformizados e não plataformizados. Embora, a empresa-aplicativo iFood, que não é a única plataforma, mas a mais proeminente, destaque melhorias de condições de trabalho nos últimos anos, a pesquisa evidencia que entregadores não plataformizados trabalham menos, recebem mais e contribuem mais para a previdência. De qualquer maneira, ainda que não sejam dados muito reveladores, nos fornece um panorama das condições e do perfil do trabalho.

Como mencionado acima, a empresa-aplicativo iFood disponibiliza desde 2024 um portal de dados⁶¹, onde expõe alguns dados selecionados sobre os entregadores que exercem a atividade pelo aplicativo na modalidade em nuvem.

⁶¹ Essa informação foi retirada de uma das matérias disponibilizadas no site, na seção de “releases”. De acordo com ela, o portal de dados foi lançado em 19 de setembro de 2024. A matéria está disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/releases/ifood-lanca-portal-de-dados-que-compartilha-informacoes-ineditas-sobre-entregadores/>. E Foi acessada pela última vez em 8 de julho de 2025.

Os dados mostrados no portal são de entregadores que atuam na modalidade nuvem, que trabalham de forma independente, com autonomia para realizar entregas nos locais e horários que desejarem. O iFood é uma das primeiras empresas do setor a abrir publicamente dados administrativos de sua plataforma. O Portal de Dados iFood está disponível no site iFood News e faz parte da Editoria de Estudos e Pesquisas. O lançamento do projeto aconteceu durante o Media Day, evento promovido pelo iFood, em Brasília, que contou com a presença de diretores da empresa e da imprensa da capital federal.

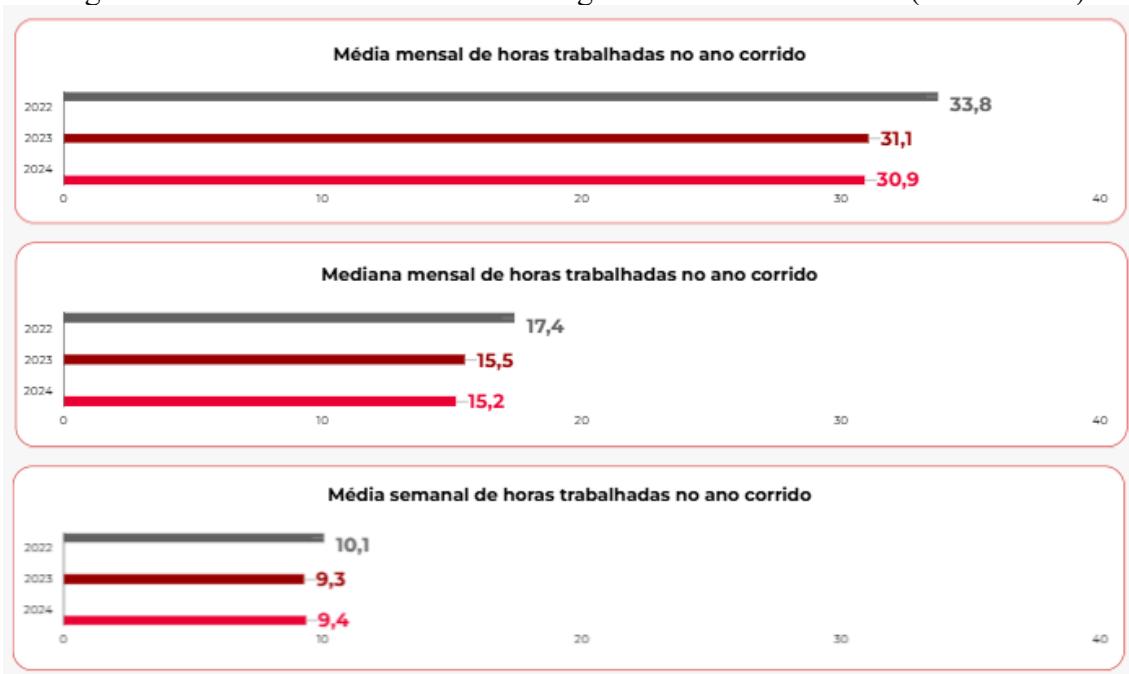
“Esta iniciativa reforça a política de transparência do iFood e nos ajuda a ampliar o diálogo que temos com a academia, governo e toda a sociedade. De forma inédita, compartilhamos dados administrativos relacionados a entregadores da plataforma que atuam na modalidade nuvem, iniciativa que se soma aos esforços de outras pesquisas setoriais já publicadas. O intuito é colaborar na discussão regulatória do setor de aplicativos e na definição de políticas públicas voltadas para esses trabalhadores”, diz Debora Gershon, diretora de Políticas Públicas e Economia do iFood. (iFood, 2024)

A priori, é importante destacar que a empresa deixa claro que quer estabelecer um diálogo com a sociedade e que os dados, dessa maneira, servem para nortear a regulamentação. Assim, de acordo com o portal de dados (iFood, 2024), em 2024 havia mais de 400 mil estabelecimentos parceiros, com mais de 360 mil entregadores e entregadoras⁶², em mais de 1.500 cidades.

Em geral, os dados apresentam comparativos a partir de 2022. Dessa forma, o portal de dados apresenta um aumento de entregadores de 250 mil em 2022, para 360 mil em 2024, um aumento de 44% em dois anos. Ainda que os números sejam aproximados, em 2022 os entregadores do iFood representavam 42,1% dos entregadores plataformizados e, se utilizarmos a mesma referência do PNAD de 2022 e o número de entregadores e entregadoras que o iFood apresenta em 2024, haveria uma representação de cerca de 60% desta população associada ao iFood.

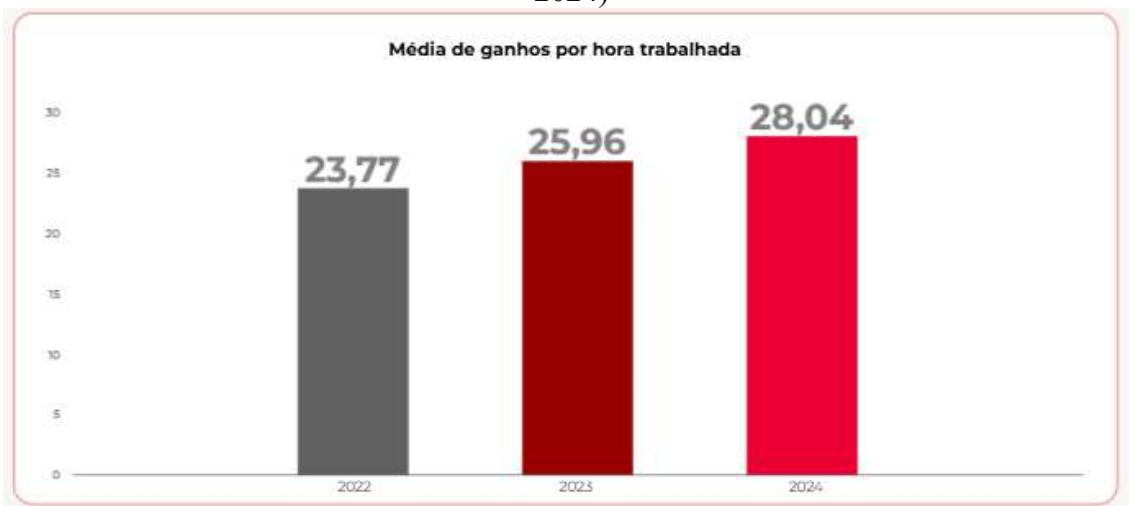
⁶² Embora diversas pesquisas, inclusive a pesquisa conduzida pela PNAD, demonstre uma grande maioria de trabalhadores homens, a empresa-aplicativo se dispõe a utilizar os dois gêneros à palavra “entregador”. De acordo com o PNAD, no cenário do trabalho plataformizado em geral, a proporção é de 81,3% trabalhadores homens e de 18,7% de trabalhadoras mulheres.

Figura 12 – Horas Trabalhadas dos entregadores Nuvem do iFood (2022 - 2024)



Retirado de iFood (2024).

Figura 13 – Média de ganhos por hora trabalhada dos entregadores Nuvem do iFood (2022 - 2024)



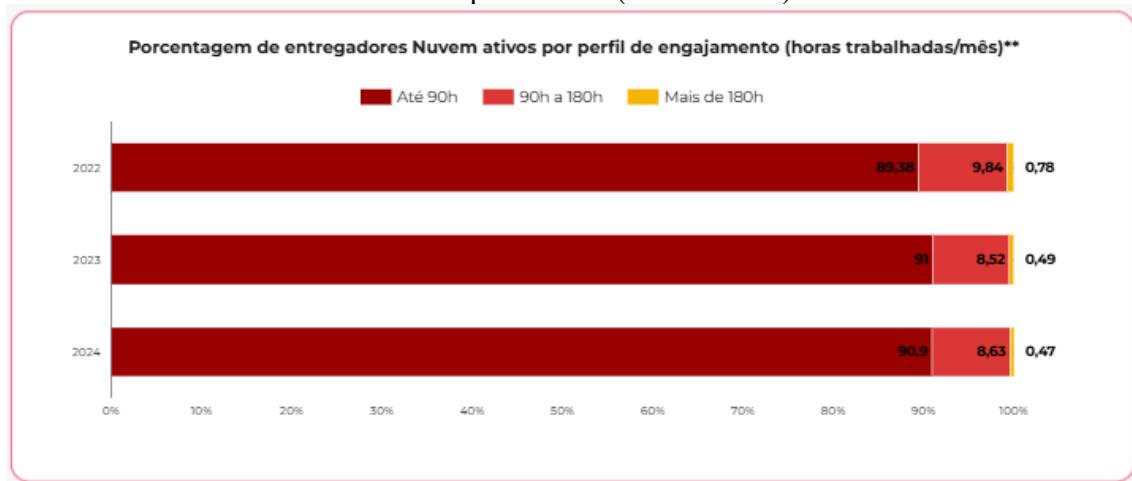
Retirado de iFood (2024).

Referente as horas trabalhadas e o ganho por hora, de acordo com a Figura 12 e a Figura 13, verifica-se desde 2022 uma diminuição de 2,9 na média mensal de horas trabalhadas e um aumento de R\$ 4,27 na média de ganhos por hora. De acordo com o site, horas trabalhadas é o “tempo entre o aceite de um pedido e a finalização (entrega para o cliente); também chamada de engajamento.” (iFood, 2024) e ganho “Refere-se ao ganho bruto total do entregador na plataforma, excluindo gorjetas. Inclui o ganho por rota, promoções e incentivos.” (iFood, 2024). Ou seja, hora trabalhada não considera tempo de espera, ou de deslocamento, mesmo que ativo

caso não esteja em uma entrega e ganho, além de excluir gorjetas, exclui todos os gastos do entregador – aquisição do veículo e de outros materiais de trabalho diluído por entrega, desgaste do veículo diluído por entrega, combustível, alimentação –, em suma, seu ganho bruto (para não utilizar remuneração bruta). Essas considerações são importantes para podermos fazer a comparação com os dados apresentados na PNAD, onde é utilizado a palavra “rendimentos”, que podem ter métricas diferentes. Em termos de comparação, enquanto a PNAD apresentava em 2022 rendimento médio de R\$ 1784,00 em uma média de 47,6 horas mensais, os dados do iFood em 2024 – considerando a média de 30,9 horas mensais com ganho médio por hora de R\$ 28,04 – apresentam um ganho médio de R\$ 866,43 por mês, ou seja, menos da metade do apresentado pela PNAD.

O que pode ocasionar essa diferença é a métrica de média de horas que o iFood apresenta em primeiro momento. Enquanto a PNAD considera apenas quem tem renda prioritária, o iFood apresenta esse dado a partir de todos os entregadores na base de dados, no qual a média de horas trabalhadas mensal é diminuída por uma porcentagem de trabalhadores que trabalham menos de 90 horas por mês. Nesses termos, o portal de dados faz uma segmentação entre trabalhadores que trabalham até 90 horas por mês, entre 90 e 180 horas por mês e quem trabalha mais de 180 horas por mês. Essa segmentação escolhida pela empresa-aplicativo dificulta muito uma análise mais precisa, já que um trabalhador que trabalha 90 horas por mês já pode ter a atividade como renda primária, com uma possibilidade de ganho bruto médio de cerca de 2.100R\$. Ainda considerando a média de horas trabalhadas por quem trabalha entre 90 e 180 horas mensais em 2024 - 119,3, ou cerca de 29 por semana -, teríamos uma média de ganho bruto de cerca de 3.400R\$. Nesse sentido, a população apresentada no portal de dados, na verdade, não consegue representar a classe de trabalhadores que se sustentam por essa atividade e é desfocada por uma série de trabalhadores esporádicos, que pararam de trabalhar, que se acidentaram, entre outros fatores.

Figura 14 – Média mensal de horas trabalhadas por faixa de engajamento ao longo dos anos corridos pelo iFood (2022 - 2024)



Retirado de iFood (2024).

Esses dados selecionados para serem disponibilizados, portanto, pouco ajudam em uma análise séria e, verdadeiramente, parecem buscar reforçar uma imagem de avanços na questão trabalhista por parte da empresa desde 2022, ao mesmo tempo em que tentam se afastar da imagem de ser uma atividade com um alto vínculo com o trabalhador.

4.2 Reivindicações dos entregadores

Mesmo que o modelo apresentado ao Brasil pela Uber e apropriado pelo iFood, tenha se projetado em escala nacional e se consolidado como maior demandante para os entregadores de aplicativo, esses trabalhadores não se contentam com as condições pelas quais são submetidos. Nesse sentido, desde meados de 2020, paralisações e manifestações de entregadores emergem com notoriedade, fortalecendo figuras como Paulo Lima (Galo de luta) na luta por direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho: “A revolução industrial suprimiu empregos e a uberização suprime direitos... Tem um batalhão de entregadores nas ruas, todos sem direitos.” (OLIVEIRA, 2020).

De acordo com Kurz (2007), a internalização do fetiche da mercadoria em objetivações de ação pré-estabelecidas está constantemente tensionada em uma relação dialética com a consciência. Portanto, para além de uma “contradição em processo”, que suscita Marx, na qual o capitalismo se “renova” progressivamente, Kurz (2007) entende que se constitui uma “autocontradição elementar”, ou seja, um processo imanente entre expressões de crises. Assim, se por um lado existe uma administração (empresarial e pública) de crise permanente, do outro se forma um processo de “contrapráxis” em lutas de resistência contra essa administração, na busca por garantia de necessidades vitais (Kurz, 2007.)

Nos dias 31 de março (segunda-feira) e 1 de abril (terça-feira) de 2025 ocorreu o “breque nacional dos apps”, uma paralização que motivada em cerca 59 cidades pelos entregadores de aplicativo que buscaram reivindicar um aumento na remuneração. Uberlândia foi uma das cidades que aderiu a paralização e se organizou para realizar as reinvindicações. Desde o dia 16 de março de 2025 os entregadores declararam que apoiariam a paralização instalando faixas⁶³, onde apresentavam as suas reinvindicações, na avenida Rondon Pacheco em frente ao Center Shopping de Uberlândia.

Figura 15 – Faixa de convocação para a paralização geral dos entregadores na Avenida Rondon Pacheco / Uberlândia, Brasil



Fonte: Lira, 2025.

Já nos dias da paralização, os entregadores, além de instalarem faixas, se organizaram para formar grupos para atrapalhar o movimento de entregadores nas principais áreas de demanda de pedidos, como o próprio center shopping, o pátio sábio, pátio vinhedos e o Uberlândia Shopping. De acordo com o próprio grupo instalado próximo ao center Shopping, cerca de 150 entregadores aderiram ao movimento que buscava reivindicar o aumento da remuneração mínima e da remuneração por KM, e da remuneração diferenciada em rota dupla⁶⁴.

⁶³ Essas faixas foram instaladas em frente ao local de aglomeração de entregadores do Center Shopping de Uberlândia.

⁶⁴ Quando o entregador pega dois pedidos em um mesmo estabelecimento para serem entregues em duas localidades diferentes, mas que no caso é remunerado apenas como uma entrega.

Figura 16 – Reunião dos entregadores em frente ao Center Shopping de Uberlândia no dia da paralização geral



Fonte: Lira, 2025.

A princípio, dois aspectos chamam a atenção. O primeiro em relação a escolha dos dias para a paralização, já que podem ser considerados dias de menor demanda. Possivelmente, a escolha se deu no intuito de haver maior adesão, pois os indivíduos que estão diante dessa sujeição, ao menos tem condições de paralisar um dia movimentado de pedidos. Além disso, dificilmente os organizadores encontram motivos que “unam os espíritos” (Harvey, 2016), no caso, algo ou alguém para se manifestar contra, já que os entregadores são “seus próprios patrões”, ou seja, responsáveis pelo seu próprio fracasso caso “o algoritmo” misteriosamente os bloqueiem ou boicotem. Deve-se considerar que esse tipo de manifestação na verdade figura como forma de impactar através da visibilidade, isso por conta da dificuldade em verdadeiramente paralisar o serviço e em impactar de forma significante a empresa. Portanto, uma vantagem desse modelo de trabalho, é justamente a nebulosidade de sua ação.

O segundo aspecto é sobre as reivindicações, nota-se que dificilmente as ações buscam direitos trabalhista, regularização ou assunção da empresa em relação ao trabalho. Pelo contrário, os entregadores, por vezes, querem estar cada vez mais distantes de se vincularem de forma empregatícia, de forma em que o senso comum encontrado pelos grupos é, portanto, a remuneração. Os trabalhadores se consideram (claro!) em situação precária, no entanto no momento reconhecem o maior problema pela remuneração.

Esses aspectos trazem evidências não só de uma crise sistemática do sistema capitalista que vêm relegando os custos da reprodução do capital ao trabalhador, mas também da crise de um Estado de Bem-Estar social, no qual o Estado se responsabiliza pela tentativa de sociabilização do sistema em crise. Ao mesmo tempo, indica o caráter da “contrapráxis” em particular, que embora esteja em oposição ao mecanismo de remuneração em termos

quantitativos e se distancia de uma administração de crise pelo Estado, não buscam romper com o dispositivo atual de trabalho (muito menos com o capitalismo). A pré-formação e a internalização do mecanismo de dominação dos sujeitos são preponderantes nesses termos.

Mesmo antes da repercussão das manifestações, a empresa-aplicativo iFood se organizou para conceber uma reunião com nove representantes dos entregadores no dia 31 de março, em seu escritório em Osasco. De acordo com a matéria da empresa-aplicativo (iFood, 2025), em resposta aos movimentos, “O iFood respeita o direito à manifestação pacífica e à livre expressão dos entregadores e entregadoras.”, além de se comprometerem em dar devolutivas aos pontos discutidos e a não aplicarem penalizações ao “Score”⁶⁵ ou a “Saúde da Conta”.

Ainda assim, a empresa rebateu as reivindicações, apresentando alguns dados⁶⁶ a partir de 2022 (mesmo ano em que a Movile/Prosus adquiriram a empresa), indicando um reajuste de 22,4% na taxa mínima desde 2022 (de R\$ 5,31 para R\$ 6,50), aumento de R\$ 1,00 para R\$ 1,50 do valor mínimo por quilômetro rodado em 2022 e em 2023 estabeleceu um adicional nas rotas duplas, ou rotas agrupadas, de R\$ 3,00 por entrega extra. A empresa também argumenta que: o ganho bruto por hora trabalhando como parceiro do iFood é 4 vezes maior do que o salário-mínimo nacional; que provêm assistência saúde com seguro pessoal em caso de acidentes durante as entregas; planos de saúde; programas de educação; e apoio jurídico e psicológico em casos de discriminação, assédio ou agressão sofrida.

Além disso, a empresa também destaca que oferece “35 Pontos de Apoio próprios e 209 em parceria com estabelecimentos, distribuídos em 15 municípios do Brasil” (iFood, 2025) e que desde 2020 expande a iniciativa para os entregadores terem acesso a água, banheiro, área de descanso, pontos para recarregar o celular etc., durante a atividade⁶⁷. Os municípios que contêm esses pontos são: São Paulo, Fortaleza, Osasco, Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Juiz de Fora.

⁶⁵ O “Score” é uma pontuação para o entregador parceiro, calculado entre 1 e 3 com base nos indicadores dos últimos 28 dias. Semanalmente essa pontuação é recalculada, para definir o quanto mais ou menos o entregador poderá receber chamados. Todos os entregadores podem receber chamados, no entanto apenas os que estiverem disponíveis no app pelo menos 28 horas dentro de um período de 4 semanas (28 dias) terão “Score”. Os indicadores são: Pedidos entregues; Pedidos aceitos; Avaliação; Pontualidade; e Comparecimento (este último, apenas se houver planejamento de horários).

⁶⁶ Concordemente apenas dados positivos em relação a empresa, bem como no portal de dados, ainda que os entregadores comumente indiquem uma piora nos últimos anos.

⁶⁷ Todas essas informações podem ser consultadas na matéria realizada em 01/04/2025 pela própria empresa-aplicativo, iFood, disponível em: <https://institucional.ifofood.com.br/entregadores/ifofood-paralisacao-entregadores-2/> e acessada por último em: 03/04/2025.

Sobre os Pontos de Apoio, além de poucos e, em geral, localizados em capitais, esses devem ser mais estudados, para verificar a funcionalidade, a operação e a manutenção. Destaca-se que Uberlândia e boa parte dos municípios que aderiram ao “breque” não possuem esses pontos, mesmo depois de 5 anos do início dos projetos e Uberlândia podendo ser considerada uma cidade de grande proporção. Ainda sobre os Pontos de Apoio, enquanto uma mobilização nacional, essa não era uma pauta prioritária, embora comumente manifestada por alguns dos entregadores.

Desde 2022, quando o iFood foi adquirido pela Movile/Prosus, a empresa visivelmente ampliou a estratégia de marketing e comunicação. Não à toa, cria os portais de comunicação “iFood News” e o portal de dados do iFood dados a partir de 2022, para mais do que fazer ações, comunicá-las. O portal de notícias apresenta diversas informações ao consumidor e aos parceiros, com uma linguagem bem acessível, ao passo que apresenta uma imagem muito positiva da empresa e do *app*. O portal de dados no mesmo sentido, apresenta dados bem selecionados, e que por vezes não evidenciam nada, mas que também apresentam uma imagem positiva das ações da empresa, com um foco quase que absoluto em dados a partir de 2022.

Também pode-se destacar como a empresa agiu rápido para conversar com representantes e se manifestar, antes mesmo do movimento ganhar grande repercussão, pedindo inclusive para que a mobilização seja pacífica. Claro que o pedido não foi aceito! Mesmo assim, isso mostra uma preocupação da empresa com a repercussão da paralização, já que ainda que tenha uma diminuição do faturamento em dois dias (os dois dias talvez menos movimentados, segunda e terça), a mobilização não tem a capacidade de interromper o trabalho, os pedidos e, por vezes, não conseguem parar os “furões”⁶⁸.

Lima (2021)⁶⁹, diz que a intenção de movimentos como esse não é verdadeiramente interromper o trabalho, mas sim manifestar uma repercussão que impacte nas ações e na imagem da empresa. Diferente do movimento ludista⁷⁰, essa classe de trabalhadores, supostamente autônomos, não consegue parar todas as máquinas e muito menos sabe quem é o seu patrão (ou mesmo se tem um). Portanto o movimento atual dos entregadores se direciona contra o principal imperativo desse modelo econômico, a especulação. Situa-se, que embora o

⁶⁸ Trabalhadores que não aderiram à greve.

⁶⁹ Galo de luta profere um discurso impactante em um documentário da série “E eu?” da Folha de São Paulo, na qual expõe em uma grande mídia um discurso que costumeiramente transmite em suas redes sociais, ou até mesmo em palestras. Nos últimos anos, Paulo Galo expandiu sua luta para além da questão trabalhista relacionada aos entregadores e cada vez mais se pauta em um movimento anticapitalista e contra a democracia burguesa.

⁷⁰ Movimento de trabalhadores ingleses do século XIX, marcado pela paralização total de unidades produtivas e destruição de máquinas, em protesto à mecanização da indústria.

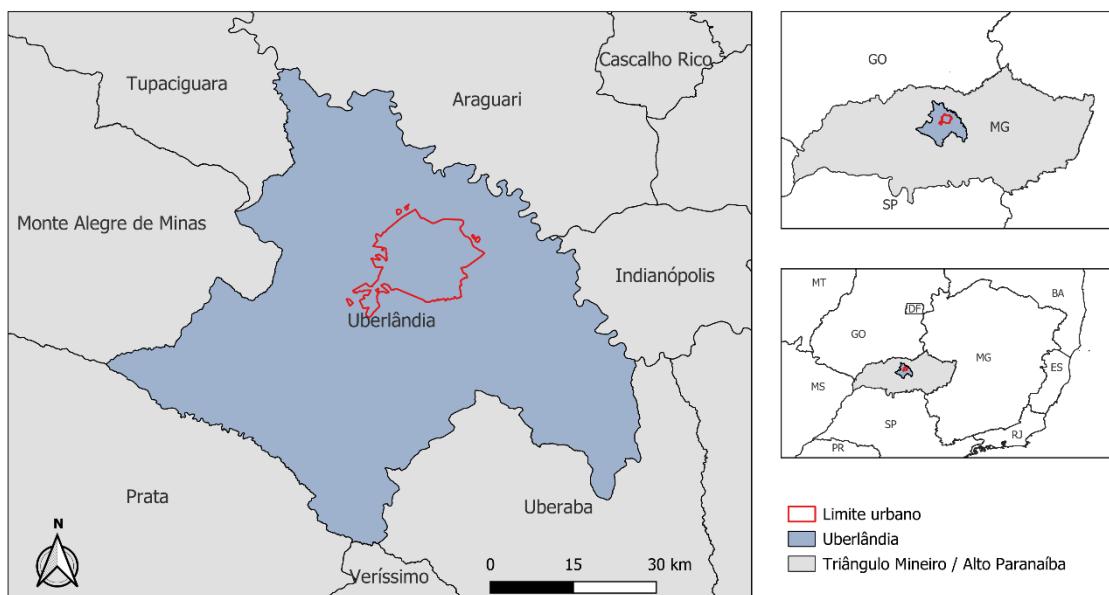
iFood em si, não seja uma empresa de capital aberto, a Prosus é. Dessa forma, necessita de uma imagem positiva em relação as empresas em que investe, especialmente as que contêm controle integral. Isso pode dar conta de explicar a grande preocupação da empresa em se pronunciar de imediato, diferente da grande paralização de 2020. Felizmente, pouco adiantou! Possivelmente, está foi a maior mobilização nacional de entregadores desde 2020.

5 AS EXPRESSÕES DO TRABALHO DE ENTREGA PLATAFORMIZADO

De início, para compreender como se deu a coleta de dados primários ou empíricos e a correspondência desses com o trabalho, devemos retomar os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

A área de estudo está localizada na área urbana de Uberlândia, cidade da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, classificada como Capital Regional 2B pelo IBGE, sendo a 2º cidade de Minas Gerais com maior população residente, com 713.224 pessoas de acordo com os resultados do último censo divulgado pelo IBGE (2022). O município conta também com uma extensão territorial de 4.115,206km² e uma área urbana com vetores de expansão horizontal acelerados, devido aos investimentos constantes em empreendimentos imobiliários urbanos.

Figura 17 – Localização do Município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil



Elaboração: Lira, 2025 - Fonte: IBGE, 2022

Nesse caso, destaca-se um município de grande expressão, a cerca de 600 quilômetros tanto de Belo Horizonte, quanto de São Paulo, capitais de relevância nacional. Além disso,

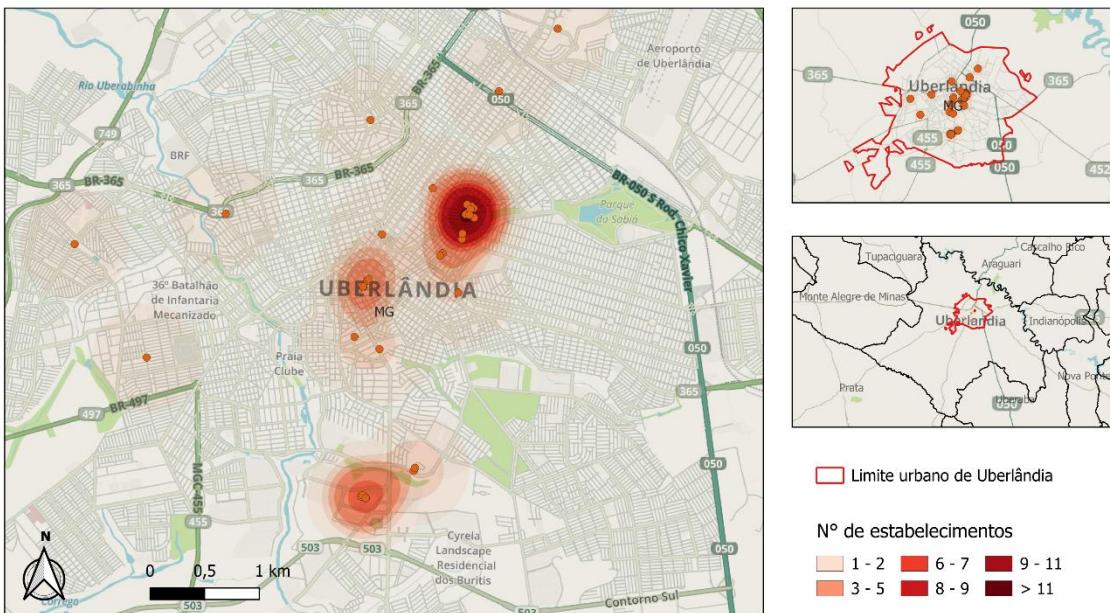
Uberlândia tem uma forte relevância, principalmente, rodoviária, sendo uma das cidades de maior expressão na rota de escoamento entre São Paulo e as cidades do Centro-Oeste e do Norte.

O trabalho de campo foi realizado nos locais de aglomeração de entregadores, ou seja, locais de maior demanda desses profissionais parceiros da empresa-aplicativo, dentro da área urbana da cidade. Mesmo que a atividade de entrega ocorra em uma movimentação constante no espaço urbano, entregadores se estabelecem em localidades de maior demanda enquanto aguardam novas chamadas. Essas localidades costumam estar associadas a uma concentração de estabelecimentos (principalmente de grandes redes ou franquias) em áreas de alta demanda pelo determinado serviço. A aglomeração de entregadores costuma formar áreas de comum espera ou zonas de pouso, na qual serão aplicadas as etapas da metodologia aqui proposta.

As informações para identificar as aglomerações de entregadores foram recolhidas manualmente pelo pesquisador no site da plataforma. Foi levantado as localizações de estabelecimentos de algumas das principais franquias de fast food presentes no Brasil, que estejam localizadas em Uberlândia: McDonald's, Subway, Burger King, Jerônimo, KFC, Habib's, Jin Jin e Pizza Hut. A escolha dessas redes considerou grandes redes que são apresentadas na plataforma em classificações e filtros como: "Entrega parceira", "Famosos no iFood", "As maiores redes no iFood", "Favoritos da galera" e "Super - restaurantes".

Ainda que possa se destacar outras áreas com grande movimentação de entregadores, daremos foco para áreas com maior concentração de estabelecimentos associado a grandes redes, por representarem um recorte mais firme para trabalhar com a modalidade de entrega parceira e costumam evidenciar com mais clareza a presença de zonas de pouso.

Figura 18 – Concentração de estabelecimentos de FastFood em Uberlândia (2025)



Elaboração: Lira, 2025. Fonte: iFood (2025); Waze (world) open API (2025).

Conforme a *Figura 18*, três localidades da área urbana de Uberlândia se destacaram pela sua concentração de estabelecimentos de FastFood presentes na base de dados do iFood: Center Shopping de Uberlândia (com a maior concentração, à nordeste do centro do mapa); o entorno da praça Tubal Vilela, no centro da cidade, especialmente na Avenida Floriano Peixoto (no centro do mapa); e a zona do Uberlândia Shopping e do Pátio Vinhedos (na parte sul do mapa).

Essas três localizações foram visitadas e qualitativamente avaliadas pela observação em campo. O Center Shopping de Uberlândia, o Uberlândia Shopping e a praça Tubal Vilela apresentaram uma área de comum espera mais evidente e fixa, com diversos pontos de coleta, portanto foram focalizadas pelas subsequentes etapas da metodologia. Outra área muito comentada pelos entregadores como um bom ponto de coleta pela manhã e pela noite, foi o Pátio Sábia, pelo qual nos propomos a avaliar parcialmente. Por vezes, também foi possível identificar zonas de pouso em estabelecimentos isolados, fora de uma concentração, principalmente no McDonald's da Avenida Rondon Pacheco, porém preferimos não utilizar esta amostragem.

A metodologia escolhida para recolher dados em campo foi a de observação assistemática (Lakatos; Marconi, 2003), em uma observação não parametrizada, exploratória e sem controle direto do pesquisador. A escolha se deu visando um registro de dados observacionais, de maneira flexível em relação à horários e técnicas, do contexto deste ambiente de trabalho, neste momento, mantendo um certo distanciamento entre o pesquisador, ao não

participar das atividades, e o objeto de estudo. Ainda que não parametrizadas, as observações não sistemáticas foram orientadas por dimensões avaliativas dispostas no *Quadro 2*:

Quadro 2 – Dimensões avaliativas do trabalho de campo

Dimensões avaliativas	Descrição	Instrumento de coleta de dados
Situação geográfica da área escolhida	Entorno locacional (localização geográfica, bairros e “estabelecimentos polarizantes”); Estruturas espaciais (estruturas de acesso, ruas e avenidas); geradores de fluxo; Processos sociais.	Caderneta de campo; Fotografias.
Estruturas do trabalho	Localização da espera; Estruturas de apoio ao entregador; Microestruturas destinadas à operacionalização do trabalho.	Caderneta de campo; Fotografias.
Aglomeração de entregadores	Horários e dias da semana de maior aglomeração; Fluxo; Operação.	Caderneta de campo; Fotografias.
Eventos não previstos	Eventos cotidianos; Chuva; Evento que promova maior demanda.	Caderneta de campo; Fotografias.

Fonte: Lira, 2025.

Neste momento, o trabalho será avaliado através de uma observação sem contato direto do pesquisador com o objeto de estudo, no qual serão registradas anotações e fotos do local, fluxos, seu entorno, as vias imediatas, a estrutura de espera dos entregadores, a aglomeração em dias e horários diferentes, de forma a fornecer um panorama.

Propomos também uma investigação em entrevista semiestruturada. De acordo com Triviños (1987, p. 146), essa condução de coleta dados se adequa ao caráter exploratório da pesquisa, já que a entrevista semiestruturada:

ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

Como o objetivo é compreender o fenômeno por dentro das relações, entrevendo os conflitos e as contradições, para além de quantificar o aparente, a entrevista semiestruturada,

como uma forma de analisar a prática e operacionalização desses trabalhadores, também se apresentou como uma forma de evidenciar uma realidade mediada pelo fetichismo⁷¹.

Foram entrevistados doze (12) entregadores localizados nas áreas de concentração e principais pontos de coleta, escolhidos durante o trabalho de campo. Como partimos de um tamanho de amostras não probabilísticos para entrevistas, esse número de entrevistas foi suficiente para alcançar um ponto de saturação, em que os temas relevantes para o instrumento aplicado vinham apresentando um alto nível de reincidência.

As entrevistas foram divididas em sessões. As perguntas foram abertas e ensejaram possibilidades variadas, então foram utilizadas estratégias para que a entrevista não perdesse o ponto focal, o objetivo e o possível desfecho esperado. As sessões foram definidas em temas centrais, a partir de assuntos previstos que puderam ser desenvolvidos de maneira variada pelo entrevistado, mas que serviram como um ponto central para a condução da coleta e para a posterior análise dos dados obtidos.

O instrumento de coleta de dados das entrevistas foi dividido em duas partes. Na primeira, há um breve formulário de identificação de perfil do entrevistado, que tem como objetivo perfilar os entrevistados e direcionar os assuntos da entrevista. Na segunda parte, há o roteiro da entrevista, com as dimensões investigadas, assuntos norteadores e objetivos da coleta.

As entrevistas foram transcritas pelo Software pago TurboScribe e sistematizadas a partir das dimensões investigadas e dos objetivos de cada sessão, buscando traçar as relações contraditórias que surgem das narrativas dos entregadores. Portanto, a análise do material foi baseada em elementos da análise de discurso, objetivando “encontrar a fala social a partir do discurso proferido pelo sujeito coletivo” (Souza Junior, 2009, p.35), classificando-as em temas e identificando elementos ou ideias reincidentes. Em acordo com os objetivos do material de coleta, os trechos das entrevistas transcritas foram marcados, segmentados e interpretados à luz das contribuições teóricas dessa dissertação. Buscamos não utilizar as transcrições na integra nesse texto, agregando com maior frequência as interpretações elaboradas pelo autor.

⁷¹ Kurz (1993, p. 236) em “O Colapso da Modernização”: “Marx não quer ressaltar o fato de que a objetos em geral podem ser atribuídas forças sobrenaturais que nada tem a ver com sua existência natural, mas sim caracterizar um estado social em que a sociedade não tem consciência de si mesma, não penetra nem organiza diretamente na prática sua própria forma de socialização, mas sim tem que “representá-la” simbolicamente em um objeto externo. Esse objeto (que também pode ser animado) assume então um significado sobrenatural que não é idêntico a sua forma externa, mas que aparece através desta.”

5.1 Entre a territorialização e a sujeição ao trabalho (observação de campo)

Sobre a situação geográfica das áreas escolhidas, temos algumas semelhanças, principalmente em relação a estrutura de acesso e estabelecimentos (pontos de coleta) polarizantes. Em todas as áreas, o ponto de espera se localiza em um local com acesso de grandes avenidas, facilitando a mobilidade e contendo em comum algum estabelecimento com alta demanda, principalmente McDonald's ou Burger King. Disse um dos entrevistados: "onde tem Mac (McDonald's), têm motoca" (EEO1).

Nesse primeiro momento, focaremos em descrever as primeiras impressões do pesquisador que, posteriormente, serão tensionadas com as entrevistas.

Começando pela área com maior número de estabelecimentos evidenciados pela nossa metodologia, que é a mais comentada pelos entregadores e que mais foi avaliada pelo pesquisador, trataremos agora do ponto de concentração do Center Shopping de Uberlândia. O Center Shopping de Uberlândia contém três McDonald's, além de Burger King, Pizza Hut, Outback e outros estabelecimentos, fazendo dele um centro de demanda variada e ainda bem localizado. Essa área está próxima aos bairros centrais e, principalmente, ao bairro Santa Mônica, bairro em que os entregadores indicar haver maior demanda, possivelmente relacionado a densidade populacional e o perfil dos moradores. Importante ressaltar que o Santa Mônica é o bairro onde está localizada o principal campus da Universidade Federal de Uberlândia.

Os pontos de espera dos entregadores estão localizados no encontro do Shopping com a Avenida Rondon Pacheco, uma das maiores e mais importantes avenidas da cidade de Uberlândia. Pontos de espera no plural, porque existem duas formas de os entregadores acessarem o shopping, uma pela entrada do Outback e onde podem recolher entregas de um dos McDonald's (Figura 20), e outra mais relevante para essa pesquisa, onde podem acessar o shopping por uma espécie de área de serviço para as lojas (Figura 19).

Figura 19 – Principal área de concentração dos entregadores no Center Shopping de Uberlândia, próximo a área de carga e descarga do shopping (04/08/2025 às 12:00 horas)



Fonte: Lira, 2025.

Figura 20 – Área de acesso dos entregadores ao shopping na saída para a Avenida Rondon Pacheco (08/08/2025 às 19:00 horas)



Fonte: Lira, 2025.

Como é possível observar na Figura 19 e na Figura 20, no Center Shopping há placas sinalizando que a área é exclusiva para ‘Motoboys’, que, de acordo com os entregadores, foram colocadas a pouco tempo no intento de resolver problemas de fluxo. A princípio, é possível observar que não há cobertura para as motos em nenhum dos dois pontos. Na Figura 20, observa-se um pequeno banco para os entregadores se sentarem, que, entretanto, fica exposto ao sol durante o dia, enquanto na Figura 19, os Motoboys precisam improvisar assentos nas escadas.

Sobre os horários de movimentação, foi possível observar um aumento da concentração ao longo do dia. Durante a manhã, poucos entregadores podem ser vistos, no horário do almoço, em geral, diminui a quantidade de entregadores parados e ao longo da tarde a concentração aumenta essencialmente até os horários de 19 horas e 21 horas, quando começa a diminuir o

número de *Motoboys*. Uma questão levantada durante a observação, refere-se a ideia de que a concentração de entregadores ser grande, não significa, necessariamente, a existência de grande demanda. No horário do almoço, por exemplo, poucos *Motoboys* eram vistos, porque grande parte estava em movimentação de pedidos. Já durante a noite, a concentração fica influenciada pelo momento em que se unem os entregadores que operam na atividade como fonte primária e os entregadores que têm a atividade como fonte secundária de renda.

Segundo os próprios *Motoboys*, os dias com menos demanda são terças e quartas, alguns mencionam a segunda, mas a observação do pesquisador compreendeu a terça como o dia com menor movimentação de entregadores. Também foi evidenciado uma dinâmica de época do mês, em que os entregadores comumente dizem que o terço final do mês é mais ‘parado’. Nenhum evento específico foi observado.

Outra área visitada foi o Uberlândia Shopping, que embora mais distante da área central da cidade, tem forte ligação com áreas mais nobres da zona sul da cidade e com a área periférica da zona sul. Próximo ao Uberlândia Shopping, também há o Pátio Vinhedos, que tem certa concentração de entregadores, especialmente vinculado a presença de um McDonald’s. Porém, essa localidade não foi avaliada, devido à dificuldade em identificar uma zona de concentração evidente.

Quanto à localização de espera, trata-se de um local com bom acesso viário, ainda que não exista uma forma de acesso direta para quem chega pela faixa oposta, portanto foi observado mais de uma vez entregadores desrespeitando o canteiro central divisor de pistas. De acordo com os entregadores, a coleta ocorre na área de carga e descarga, por trás do shopping, porém, devido a problemas de fluxo gerados, os administradores fizeram um espaço específico para os *Motoboys*, fora do estacionamento, cercado, coberto, com lixeira, luz e pontos de tomada (Figura 21). No entanto, o acesso para os pontos de coleta é distante, para fazê-lo é necessário subir uma escada (Figura 22), além de que durante o dia é inviável aguardar na estrutura em razão da incidência de sol (ainda que coberto). Durante o dia, pouco se encontra entregadores aguardando nessa localidade, alguns deixam a moto e encontram uma sombra próxima.

Figura 21 – Área de espera do Uberlândia Shopping na entrada de carga e descarga localizado na Avenida Paulo Gracindo (10/09/2025 às 19 horas)



Fonte: Lira, 2025.

Figura 22 – Rampa de acesso para os pontos de coleta do Uberlândia Shopping (10/09/2025 às 19 horas)



Fonte: Lira, 2025.

Também foi visitado o Pátio Sábia, devido ao grande número de entregadores que mencionaram esse ponto de coleta. Nessa localidade não há grandes redes polarizadoras e nem uma área de concentração tão evidente, mas mediante sua localização, próxima ao center shopping e ao Santa Monica, muito entregadores param nas vagas reservadas para motos no início da Avenida Bélgica e aguardam as entregas. Não há nenhuma sinalização ou estrutura de apoio na localidade. Para compreender um pouco mais, foi realizado uma entrevista na localidade com um trabalhador que se estabelece diariamente nesse ponto de coleta.

Figura 23 – Área reservada para motos na Avenida Bélgica atrás do Pátio Sábia, onde os entregadores aguardam os pedidos (11/09/2025 às 19 horas)



Fonte: Lira, 2025.

Assim como no Pátio Sábia, a praça Tubal Vilela também não apresenta uma área específica para os entregadores, como disse um dos entrevistados “aqui é só vaga de moto mesmo, depois é cada macaco no seu galho” (EEO14). No entanto, diferente do Pátio Sábia, a Tubal Vilela apresentou uma área de concentração bem evidente, com movimentação durante todo o dia e um conjunto massivo de estabelecimentos entre Fast Food (como mostrado na Figura 24) e outros mais variados (entre mercado, farmácias e restaurantes locais). Deve se ressaltar que a área da praça está justamente no centro da cidade, portanto, diferente das outras localidades têm uma questão viária mais complexa, onde geradores de fluxo podem causar dificuldade para os planejadores.

Figura 24 – Local em que os entregadores aguardam pedidos na praça Tubal Vilela (11/09/2025 às 15 horas)



Fonte: Lira, 2025.

Foi possível encontrar alta concentração de *Motoboys* durante todo o dia, com maior intensidade no final da tarde, de forma em que o espaço reservado para motos não comportava a todos. Há algumas cadeiras trazidas pelos próprios entregadores utilizadas nas mediações da praça, de baixo das árvores, mas nenhuma estrutura específica pôde ser observada. Outra questão que chama atenção é que alguns dos pontos de coleta não eram ao redor da praça, alguns precisavam buscar o pedido a pé, enquanto alguns saiam com a moto até o ponto de coleta, por vezes encontrando dificuldade para estacioná-la em local adequado.

Ainda sem as entrevistas, fica claro que o trabalho não está adequado ao urbano, tanto quanto as estruturas não estão adequadas ao trabalho. Visivelmente ocorre uma tentativa de organizar minimamente, para, pelo menos, não atrapalhar outras atividades, como a carga e descarga nos Shoppings. Inicialmente, também destacamos que mesmo com os aspectos diferenciais de cada localidade, a imposição de uma relação com o tempo determinado pela abstração, consolida a precariedade nessas localidades. A preeminência da circulação e os imbróglilos da crise do trabalho se expressam empiricamente desde o acompanhamento do pesquisador pelo ‘breque’ dos aplicativos, a composição dessa atividade na paisagem durante a observação.

Durante a observação, também se levantou questões sobre o porquê do trabalhador se submeter a condições estruturais tão precárias de trabalho, indicando a possibilidade de uma ação contemporânea da superpopulação relativa, em todo esse contexto de crise do valor e consolidação do urbano pela preeminência da circulação e da aceleração do tempo (abstrato, mas que expresso no trabalho morto e na vida cotidiana, se torna material).

5.2 Da responsabilidade individual à coerção (entrevistas)

A princípio, as entrevistas foram coletadas no Center Shopping de Uberlândia, todavia, na sexta entrevista, analisamos que as informações estavam chegando em ponto de saturação, sendo necessário agregar informações de trabalhadores em outros pontos de coleta. Assim, foi investigado com maior cuidado as outras localidades. A quantidade de entrevistas foi definida por um entendimento de relevância, exequibilidade e ponto de saturação considerado pelo pesquisador.

[...] partir dos discursos dos entregadores para a crítica às determinações da economia política, da naturalização das construções social e da ontologização de um trabalho protestante; que não podem mais

pressupor valorização do valor⁷², mas que enquanto conceito naturalizado impera na sociedade pelos grilhões da abstração. O que ainda podemos pressupor é que estamos agrilhoados ao trabalho abstrato, pois mesmo que o equivalente geral possa se autonomizar do processo produtivo nos desdobramentos do fetiche do dinheiro e do capital, o preço do arroz que satisfaz necessidades básicas, ainda estará de alguma forma acoplado pela fricção das unidades produtivas e relativo aos valores das mercadorias. A tautologia não se perde, se aprofunda, ainda que não tenha mais processos lógicos materiais que a sustente. (Lira, 2025, p. 12)

Quadro 3 – Identificação dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Cor (raça)	Gênero	Escolaridade	Bairro de moradia	Cidade de Nascimento	Veículo
EEO1	34	Branco	Masc.	Ensino Médio completo	Jardim Inconfidência	Ituiutaba / MG	Titan 2013
EEO4	21	Branco	Masc.	Ensino Médio completo	Pacaembu	Uberlândia / MG	(Moto) 2018
EEO5	23	Branco	Masc.	Ensino Médio completo	Shopping Park	Uberlândia / MG	Start 2022
EEO6	44	Pardo	Masc.	Ensino Médio completo	Segismundo Pereira	Uberlândia / MG	Honda 125
EEO7	25	Negro	Masc.	Ensino Médio incompleto	Morumbi	Santa Helena / GO	Mottu alugada / Sport 110
EEO8	20	Branco	Masc.	Ensino Médio e Técnico completo	Jardim das Palmeiras	Uberlândia / MG	FAM 160
EEO9	27	Branco	Masc.	Ensino Fundamental Incompleto	Granja Marileusa	Itaobim /MG	FAM 160 / 2019
EEO10	29	Pardo	Masc.	Ensino Médio completo	Granada	Uberlândia / MG	Twister 250 / 2020
EEO11	31	Pardo	Masc.	Ensino Médio completo	São Jorge	Uberlândia / MG	Titan 150 / 2006
EEO12	32	Pardo	Fem.	Ensino Médio completo	São Jorge	Uberlândia / MG	160 / 2016
EEO13	30	Negro	Masc.	Ensino Superior Incompleto	Maravilha	Uberlândia / MG	Sport 150 / 2008
EEO14	28	Negro	Masc.	Ensino Médio completo	Jardim Célia	Mauá / MG	CG Titan /2002

Fonte: Lira, 2025.

⁷² A valorização em termos de capital total não pode mais ser um pressuposto na contemporaneidade, por conta da gama significativa de trabalhos improdutivos que ganham força. Embora eles produzam lucro em forma de negociação de dinheiro e de “transformação” de dinheiro em mais dinheiro, discute-se a possibilidade de existência de trabalho vivo que suporte a enorme negociação de trabalho futuro nesse contexto de financeirização.

Fazendo uma análise simples dos dados preliminares dos entrevistados, foi possível apreender uma absoluta predominância masculina. Foi encontrado apenas uma entregadora do gênero feminino. Em determinado momento das entrevistas, o pesquisador passou a perguntar se havia mulheres na atividade e as respostas convergiam para uma ideia de que esse número estava aumentando. Ainda que não tenhamos o objetivo de explorar a questão de gênero, esse modelo de trabalho tem um sério demonstrativo da existência de ‘trabalho masculino’ e ‘trabalho feminino’, especialmente correlacionados ao risco apresentado e determinado pelas constituições sociais históricas.

Quanto a idade, entrevistamos entregadores relativamente jovens, sendo o mais novo com 20 anos e o mais velho com 44. A média de idade dos entrevistados foi de 28,6. Em nossa amostragem, cinco (5) dos entregadores se declararam como brancos, três (3) se declararam como negros⁷³ e quatro (4) se declararam como pardos. Quanto ao nível de instrução, notou-se uma predominância de entrevistados com ensino médio completo, não foi encontrado nenhum entrevistado com ensino superior completo e apenas um possuía ensino técnico.

Outro detalhe que chama atenção para nossa análise preliminar da amostragem, é que grande parte dos entregadores entrevistados moram em bairros periféricos, como o Jardim Célia, São Jorge, Shopping Park, Jardim das Palmeiras, Granada, Pacaembu e Morumbi. Já quanto à cidade de origem, oito (8) entregadores da amostragem é natural de Uberlândia, enquanto apenas um (1) era de uma cidade próxima a Uberlândia; um (1) era natural de uma cidade relativamente próxima, em Goiás; um (1) natural de Mauá, no Estado de São Paulo, mais distante de Uberlândia; e um (1) declarou ser do norte de Minas Gerais.

Dos doze (12) entrevistados, segundo o planejamento original, foram entrevistados seis (6) entregadores no Center Shopping de Uberlândia. Visando trabalhar com o ponto de saturação, decidimos variar as entrevistas seguintes entre as localidades mais comentadas pelos entrevistados anteriores: Uberlândia Shopping (2), Pátio Sábia (1) e Praça da Tubal Vilela (3). O Pátio Vinhedos também foi visitado, no entanto não foi possível realizar entrevistas. Todos os entrevistados de cada localidade tinham como principal local de espera o mesmo em que foi entrevistado.

No geral, pôde ser observado uma variedade mínima de aplicativos e plataformas que os entrevistados utilizam. Em Uberlândia, baseado em nossa amostragem e durante as observações, o iFood é notadamente dominante nos principais pontos de coleta. Claro que

⁷³ Embora o IBGE não utilize a classificação ‘negro’, utilizamos neste trabalho exatamente a autodeclaração dos entrevistados. Como não tivemos nenhum intuito estático ou probabilístico, essas informações preliminares serviram unicamente como uma forma de situar o caráter da amostragem.

devem ser considerados os aspectos metodológicos tomados para essa pesquisa, os quais partiram, justamente, do algoritmo do iFood. Ainda assim, pode-se afirmar que não há um concorrente à mesma medida da empresa-aplicativo focalizada, na cidade de Uberlândia. Mesmo para os entregadores, ainda com tanto a ser criticado, é comum a declaração de que o iFood seja o aplicativo com a melhor taxa de ganhos.

Sobre o tempo de trabalho, dias e horários, embora não foquemos em fazer uma análise quantitativa desse aspecto, foi possível observar um foco dos entrevistados em horários de trabalho pautados na demanda. Ainda uma folga, ou até mesmo o dia escolhido para fazer uma paralização, é definida pelo dia de menor demanda. A *meta* impera absolutamente na relação com o horário de trabalho, ou seja, o tempo é abstraído pela sua necessidade de realização em dinheiro. Por vezes, uma resposta sobre o tempo de trabalho era comedida por “trabalho até bater a *meta*, né?” (EEO4), ou por “não tem um horário específico, bateu a *meta*, eu vou embora” (EEO14). Mesmo com um horário estabelecido, a *meta* ainda é predominante, especialmente porque é o que determina a possibilidade de reprodução social da classe. Foi identificado que em alguns momentos, apenas alguma dinâmica familiar impede um ou outro entrevistado de trabalhar 7 dias na semana.

Ainda sobre o tempo de trabalho diário, uma resposta chamou atenção: quando um entrevistado aderiu um entendimento de que a maioria dos entregadores trabalha em uma jornada de cerca de 8 horas, o que não condiz com as outras entrevistas realizadas. Fazendo uma média entre os entrevistados, identificamos cerca de 11 horas diárias trabalhadas. A resposta específica que nos aprofundamos aqui, indica a condição de uma consciência reificada mediada pelo individualismo. Nessa perspectiva, determinado entrevistado trabalha mais que os colegas por conta própria, por ser mais dedicado, não porque precisa. Portanto, a coerção ao mundo do trabalho é obnubilada pela responsabilidade individual em ter resultados mais produtivos.

O agrilhoamento à objetivação de tal forma de ‘dignificação da sociedade’ por meio do trabalho é indicado pelos padrões de sujeição ao trabalho. No caso dos entregadores, através dos resultados parciais das entrevistas, é comum o desejo de desvinculação às leis trabalhistas, ao mesmo tempo em que, de forma inconsciente, é aceito o enlace à *meta*. Claro que nesse sentido deve ser considerado a possibilidade de não acesso aos trabalhos assegurados pela CLT, ou mesmo apenas o acesso a trabalhos com vínculo que sequer suprem as necessidades básicas. No entanto, a suposta *liberdade* é um tema tão comentando, quanto a *meta*. O fato que deveria ser naturalizado é que ‘trabalho’ e ‘liberdade’, não são temas convergentes, especialmente enquanto a abstração do tempo determina a necessidade do indivíduo de estar adequado a essa forma de sociabilidade, retomando a necessidade de

liberdade do indivíduo de posse às terras, ou seja, a expulsão do trabalhador da terra pelos aparatos de propriedade privada. Desse modo, o automovimento do fetiche do capital, determina a inversão da *liberdade* pela **coação**, transformando-a em responsabilidade individual. Responsabilidade essa de garantir a própria reprodução, a própria existência, em um aprofundamento da abstração pelo ‘inconsciente’ internalizado e, assim, naturalizado, ou seja, da irracionalidade da razão do capital. (Lira, 2025, p. 12)

Assim como a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, uma suposta “nova morfologia do trabalho”, como aponta Antunes (2018) concede esse status de liberdade, tão caro à sociedade do trabalho quanto a sua própria reprodução. Quando perguntados sobre os motivos para estar trabalhando para a plataforma, a dita ‘liberdade’ ou a ‘flexibilidade’ aparecem a priori, quase como uma forma de naturalização da precariedade estabelecida. Mas quando mais bem explorado, entre entrevistados que veem o aplicativo como uma fonte de renda que serve de ‘ponte’ para ascensão social⁷⁴ e outros que visualizam como uma opção ao ser realocado na superpopulação relativa (‘mandado embora’ do trabalho registrado⁷⁵), surge a declaração: “Acho que a maioria vai falar a mesma coisa, é por causa da liberdade, né? Você poder escolher seus próprios horários..., mas na realidade você não escolhe seus próprios horários. Porque se você não trabalhar essa quantidade de horas aí, você não ganha no final do mês” (EEO9).

Nesse sentido, dos entrevistados que já eram entregadores, aos que ingressaram pela facilidade em acessar a categoria por meio das plataformas, observa-se uma recusa à CLT. Outro tema muito levantado é da sensação de uma responsabilidade individual meritocrática, porque quando submetidos ao mercado de trabalho formal (ou mesmo informal) a sua produtividade não altera o ganho, enquanto pelo aplicativo, trabalhar mais significa ganhar mais, mesmo que o ganho seja tão baixo que ‘ganhar mais’ represente garantir apenas o mínimo. A própria desvalorização do trabalho formal resguardado pelos direitos trabalhistas, é justamente a possibilidade da ampliação de outros modelos de trabalho. No entanto, uma “gestão da barbárie” (Menegat, 2019) se esgota à medida que as contradições internas se aprofundam e que as atividades cada vez mais apenas se sustentam pela ficcionalização. Portanto, destaca-se aqui parte do desenvolvimento desta dissertação, em que o modelo de

⁷⁴ Segundo o EEO4: “Acho que é uma fonte de renda, né? Fonte de renda boa. Dá pra controlar a vida, né? E depois conseguir expandir para outras áreas”.

⁷⁵ “Mano, o motivo é que tipo assim, antes eu trabalhava de CLT, aí eu trabalhava à noite de fazer entrega. Aí eu comecei a rodar no iFood, aí eu vi que tava compensando e eu fui **mandado embora**, já aproveitei.” (EEO5)

trabalho plataformizado se apresenta como desdobramento lógico das contradições internas do capital.

O que nos leva a analisar a contabilidade de tais entrevistados. Enquanto uma representação do capital, que esteja localizado na formula trinitária como portador de capital, necessita fazer uma contabilidade absoluta de sua composição de capital (variável, constante, desvalorização do capital constante, necessidade de renovação do capital, pagamento dos juros) para que sua mercadoria seja produzida abaixo da média do preço de custo e se realize com uma margem de lucro mínima que garanta a reprodução do capital; os tais “empreendedores de si mesmo”, necessitam que a quantidade de dinheiro que recebem do trabalho possa garantir o pagamento de suas contas pessoais. Embora muito diferente dos portadores de capital, tais trabalhadores não negociam apenas seu trabalho, e sim uma parte de seu dinheiro.

Esses trabalhadores possuem: um instrumento de trabalho principal que precisaram se endividar para adquiri-lo, tal qual uma série de ferramentas de apoio que precisam gerir a manutenção e, ainda, renovar o instrumento e as ferramentas quando necessário. No entanto, como esses não buscam valorizar o seu capital, o mais comum é que contabilizem apenas a gasolina e o óleo. A depreciação da moto, ou a necessidade de renovar os instrumentos não é considerado. Por vezes, considera-se uma troca de pneu ou um tanto para manter uma reserva. A partir dessa forma de contabilidade comum a quase todos os entrevistados, chega-se a uma média de 30% de gastos em relação ao recebimento bruto. Novamente, apenas contabilizando o básico, encher o tanque da moto e trocar o óleo mensalmente. Nesse contexto, a partir de um dos entrevistados que diz que consegue tirar 4 mil reais no mês, com uma média de 150 reais ao dia (uma meta relativamente comum coletada nas entrevistas, mas que não parece ser comum de ser batida todos os dias), o entregador precisaria de 27 dias de trabalho por mês para tanto, sem contar os 30% de gastos. Desses 4 mil reais, com cerca de 3 a 4 dias de folga no mês, o entrevistado teria uma renda líquida de 2.835,00 R\$, no melhor dos casos, sem nenhum direito, sem se alimentar enquanto está na rua, sem renovar nenhum instrumento, sem manter uma reserva para caso a moto tenha um problema e ainda desconsiderando desvalorização da moto e dos instrumentos. Um dos entrevistados, vê o aplicativo como uma ‘ponte’, como uma possibilidade de sobreviver até conseguir ascender socialmente. No entanto, como esse colega pode ‘ascender socialmente’ se precisar trabalhar 12 horas por dia, 27 dias no mês, para se manter?

Nesse sentido, o cálculo é baseado no dia a dia, a autorreprodução é confundida com a operação de trabalho. Isso mostra como esse trabalhador não pode nem ser considerado um trabalhador assalariado e, muito menos, um empreendedor, mas sim uma representação

particular do capital. Ao mesmo tempo que alguns se mantêm no limiar do endividamento, precisando recorrer ao cartão de crédito, cheque especial e empréstimos, outro ao menos contabiliza que paga aluguel da moto para trabalhar. Um dos entrevistados diz que “não faço uma lógica, não. Porque se a gente for fazer lógica assim, a gente até desanima, né?” (EEO6), ou seja, o indivíduo tem consciência de que se fizer as contas, talvez não seja nem possível se autorreproduzir como força de trabalho nesse ramo.

O gasto com a alimentação também é um expositivo dessa dinâmica. Embora as respostas variem, a alimentação não é comumente entendida como um gasto devido ao trabalho, ainda que o entregador volte para casa para comer ou que se alimente na rua. Deve-se pensar, no mínimo, que o trabalhador está comendo na rua, pois também está trabalhando na rua e se sua força de trabalho é parte constitutiva do que o sujeito tem a negociar, fora de uma lógica de assalariamento clássico (pautado na possibilidade de reprodução social), então a alimentação durante o tempo de trabalho se torna parte do dinheiro utilizado pelo individuo para se manter enquanto trabalhador nesse fenômeno. Parte da dinâmica da rotina se estrutura, por vezes, na alimentação, porque o contexto é que se gaste o menor tempo possível estando indisponível para as entregas. Poucos voltam para casa comer (mais voltado para os que operam perto de suas casas), boa parte se alimenta com marmitas feitas em casa ou compradas em restaurantes mais baratos, mas todos buscam comer o mais rápido possível. Os entrevistados que se alimentam de marmitas sempre fazem suas refeições nos próprios locais de espera e pontos de coleta, ainda que sem estrutura nenhuma para isso. Acompanhando o dia a dia de tais trabalhadores, admite-se a referência a uma espécie de ‘boias-frias’ do contexto urbano.

Essa relação com o tempo é um tema muito relevante, até considerando a coerção à abstração no capitalismo, mas de forma particular para os entregadores. Ao mesmo tempo em que autores compreendem um aumento da mais-valia absoluta pelo aumento da exploração do trabalho e da jornada do trabalho, como os entregadores recebem por pedido (ou seja, por mercadoria transportada), o tempo de espera é um imbróglio para os entregadores, mas não para o iFood. Devido à alta demanda de entregadores, nessa espécie de superpopulação artificial gerada pela empresa e suas estratégias, o tempo de rotação das mercadorias dependem mais do tempo que os restaurantes demoram para produzir o ‘lanche’, do que do próprio entregador. Para além, enquanto a empresa iFood é remunerada por ‘Club iFood’⁷⁶, parcerias com as lojas e outras estratégias, o aumento na rotação da mercadoria não interfere na remuneração bruta

⁷⁶ Sistema de assinatura de benefícios do consumidor final com o iFood.

diretamente. O desenvolvimento das forças produtivas (desenvolvimento logístico, melhorias no aplicativo, melhores benefícios, melhorias no algoritmo, melhor uso dos dados), serve como o próprio produto a ser vendido. A pressa de um entregador para entregar um ‘lanche ainda quente’, é um mecanismo de coerção condicionado pelo algoritmo, porém gerado pelas próprias condições de reprodução do sistema capitalista. Pois bem, a responsabilidade individual do ‘bater a meta’, é suficiente para que o entregador tenha que se arriscar mais, o iFood não precisar criar um mecanismo declaradamente violento, a violência está justamente na necessidade, na coerção da sociabilidade do trabalho.

Retomando a responsabilidade individual do tal ‘empreendedor de si mesmo’, outra questão que também expõe um desafio aos planejadores, é a relação com tempo. [...] No entanto, os entregadores em consenso dizem que o tempo estabelecido para as entregas é confortável e que “*na maioria das vezes sobra tempo*”. Para muitos, o problema é que quando o aplicativo chama e eles precisam esperar o pedido, nesse momento eles estão perdendo tempo e, consequentemente, dinheiro. No mesmo caminho, quanto mais rápido estiverem disponíveis, mais rápido o aplicativo pode tocar uma nova possibilidade de rendimento. Então se algum entregador estava correndo, ultrapassando semáforos fechados ou se acidentando por perder o foco em algum momento, era responsabilidade individual de “*alguém que está precisando correr*” para **bater** a preciosa *meta*. (Lira, 2025, p. 14)

Nesse sentido, de que forma podemos falar em mais-valia absoluta, se para o trabalhador a hora parada é um imbróglio, se o aplicativo não ganha, e nem perde, por um entregador estar parado e se o entregador é mais remunerado caso estenda sua jornada de trabalho? O que temos é: de um lado uma empresa que se reproduz por termos paralelos a produção, então capital portador de juros, desenvolvimento das forças produtivas (o próprio aplicativo), centralizações e capital fictício (a Prosus, como tema tratado na subseção 3.4); e por outro, trabalhadores condicionados pela necessidade de se reproduzir em um contexto de dinheiro sem substância, pois reproduzidos pelos termos paralelos impostos à própria empresa/aplicativo. Embora o tempo de espera não possa ser considerado apropriação de mais-valia⁷⁷, como abstração, o agrilhoamento ao trabalho abstrato mantém o tempo como imperativo naturalizado na sociabilidade capitalista e no cotidiano urbano “como o giro dos ponteiros no pulso de um morto” (Menegat, 2019), afinal a fricção das unidades produtivas, agora totalmente intermediada pelo fictício (diretamente pela influência das *commodities*, mas, no geral, na relação total que há entre as mercadorias), ainda determina o preço do arroz ou do café.

⁷⁷ Até porque ‘apropriação de mais-valia’ refere-se a uma noção reificada do valor.

5.3 A imposição do trabalho plataformizado ao urbano (entrevistas)

A princípio, devemos expor a lógica de escolha do local de espera mais comum para cada entregador. Retomando também a observação inicial do pesquisador, cada local de espera tem suas particularidades, nos casos do Center Shopping de Uberlândia e da Tubal Vilela, geralmente os entrevistados compreendiam que preferiam aguardar os chamados nesses locais por uma questão de demanda. Já os entrevistados do Uberlândia Shopping e do Pátio Sábia, associaram mais a relação com a distância do local em que moram. Um dos entrevistados, também comentou que na região do Uberlândia Shopping o trânsito é mais tranquilo. No entanto, algo em comum entre as entrevistas que pudemos observar, foram as declarações de que o aplicativo ‘estava acostumado’ a tocar em determinado local. Por vezes, a interpretação do pesquisador foi que, na verdade, os entregadores que estavam acostumados com o local. Porém, como eles se movimentam pela cidade durante o dia, sendo direcionados para outras regiões e áreas de concentração, admite-se a possibilidade de haver uma lógica algorítmica de preferência para os entregadores que costumam estar em determinada área.

Importante ressaltar que, há alguns anos, existia a categoria ‘base’ para os entregadores de Uberlândia, no qual o *Motoboy* que estivesse nessa categoria apenas receberia chamados na sua área de ‘base’. Por vezes, foi exposto que nessa época a demanda era melhor, os recebidos eram mais proporcionais aos custos, mas não foi possível identificar essa diferença de forma clara por conta da baixa quantidade de entrevistados que exerceram a atividade na época. Atualmente (2025), não existe mais a opção de ser um entregador ‘base’ em Uberlândia e todos são ‘nuvem’, podendo receber chamados em qualquer localização. O que foi destacado pelos entrevistados que já participaram dessa categoria ‘base’, é que havia maior demanda e que por conta da separação entre os entregadores ‘nuvem’ e ‘base’, a competição era menor. Porém, devemos retomar uma grande quantidade de entrevistados que indicam uma possível atual saturação de *Motoboys* na atividade, com claras interpretações de que cada vez o aplicativo ‘toca menos’. Claramente, “as formas de solidariedade de classe sucumbem ante a personificação reificada da função que a classe exerce” (Menegat, 2019, p. 89), e embora unidos por estarem mediados pelas mesmas dificuldades, o sucesso de um e a falha de outro é interpretado como responsabilidade individual meritocrática.

A competição entre os entregadores, mediada pela responsabilidade individual (transversado pelo fetiche da mercadoria), indica uma manifestação contemporânea de ação da superpopulação relativa, para além da interpretação de Marx (2013) ou até mesmo Oliveira (2011), de rebaixamento dos salários para viabilizar a reprodução ampliada do capital

(contratendência), mas como um dispositivo que subsumi na prática os trabalhadores à máquina do trabalho e concreta a possibilidade de lucro na materialidade.

O grito paranoico por “emprego” justifica até mesmo acelerar a destruição dos fundamentos naturais, já há muito tempo reconhecida. Os últimos impedimentos para a comercialização generalizada de todas as relações sociais podem ser eliminados sem crítica, quando é colocada em perspectiva a criação de alguns poucos e miseráveis “postos de trabalho”. E a frase, seria melhor ter “qualquer” trabalho do que nenhum, tornou se a profissão de fé exigida de modo geral. (Grupo krisis, 1999, pág. 13).

Por outro lado, há uma forte solidariedade entre os entregadores. Eles se ajudam, embora vejam uma alta concorrência em crescimento nos últimos anos. Também se organizam quando necessário, como no caso do “breque dos aplicativos”. No entanto, a maioria dos entregadores que conversamos não tem participação na articulação desses movimentos.

Ainda assim, há de se retomar a observação de campo para agora tensionar com as entrevistas. Embora muitos entregadores apontem como positivo a disponibilização de estruturas de apoio, evidentemente são pautas secundárias para os trabalhadores da amostragem. O que fica evidente, tensionando a observação de campo e as entrevistas, é que a atividade de entrega por plataformas digitais, ao se territorializar no espaço urbano, evidencia, de forma concreta, as determinações do capital sobre o trabalho e, consequentemente, sobre o próprio espaço urbano⁷⁸. As entrevistas realizadas com entregadores em diferentes pontos da cidade de Uberlândia indicam que a permanência nos espaços de maior demanda não se dá por escolha livre, mas como resultado de uma coerção econômica objetiva, fundada nessa nova forma de ação da superpopulação relativa e na intensificação da concorrência entre os próprios trabalhadores.

Os entregadores identificam claramente que as áreas centrais da cidade (como o entorno do Center Shopping e o centro da cidade, na figura da praça Tubal Vilela) concentram maior volume de pedidos, maior diversidade de estabelecimentos e menores distâncias entre coleta e entrega. Como afirma um entrevistado no Center Shopping de Uberlândia, “aqui é shopping, aqui é centro... as pessoas pedem muito lanche aqui. E aqui também tem muita variedade” (EEO5). No entanto, essa espécie de centralidade funcional, não se traduz em melhores condições de trabalho. Ao contrário, o que se observa é uma contradição estrutural de inexistência, ou extrema precariedade, de espaços adequados de espera, descanso, higiene,

⁷⁸ Retomando o capítulo 4.2, onde compreendemos o urbano como um conjunto de trabalho morto em relação dialética com trabalho vivo e as imposições da forma valor/dinheiro.

hidratação e manutenção de equipamentos. A prioridade é a distribuição acelerada que permite a circulação (ou seja, a transmutação da mercadoria em dinheiro) da mercadoria, mas por meio da invisibilização do corpo do trabalhador que viabiliza tal circulação.

Os relatos são recorrentes ao afirmar que “estrutura não tem” (EEO5), ou que “a estrutura quem faz é nós mesmo” (EEO14). Bancos improvisados com tábuas (no Uberlândia Shopping), cadeiras quebradas doadas (na Tubal Vilela), proteção insuficiente contra o sol (em todas as localidades, inclusive no Uberlândia Shopping que tem uma “gaiolinha”, como disse o entrevistado EEO5), inexistência de bebedouros, tomadas com funcionamento restrito e ausência de sanitários exclusivos, compõem esse cenário em que o trabalhador deve se adaptar às condições adversas do próprio espaço urbano. Deve-se apontar algumas intervenções no Center Shopping de Uberlândia durante a execução da pesquisa, como um banco instalado na área reservada para *Motoboys* no acesso serviço para as lojas (Figura 25). Ainda assim, mesmo quando há intervenções pontuais, como áreas delimitadas pelo shopping, estas aparecem como microestruturas insuficientes, mais voltadas à ordenação do espaço e à redução de conflitos logísticos. Um dos entrevistados observa que não há estrutura de apoio em nenhum dos pontos que passa durante o dia, no entanto direciona a sua crítica diretamente a responsabilidade individual: “Seria bom ter, mas o povo não respeita, né? Então não adianta nada ter e não respeitar, é a mesma coisa de não ter.” (EEO4)

Figura 25 – Banco no local de espera do Center Shopping (28/08/2025)



Fonte: Lira, 2025

O aprofundamento do diálogo com os entregadores revela que as melhorias observadas no entorno do Center Shopping ou do Uberlândia Shopping, por exemplo, não incidem sobre aquilo que é central para a crítica do trabalho, a própria reprodução cotidiana da força de trabalho e suas condições de emancipação. As intervenções realizadas limitam-se à ordenação

espacial dos fluxos e à mitigação de conflitos logísticos, operando como ajustes funcionais à circulação da mercadoria, e não como garantias materiais ao trabalhador. Tal dissociação evidencia uma forma específica de racionalidade urbana, na qual o espaço é continuamente reorganizado para assegurar a fluidez do capital, enquanto as necessidades elementares do trabalho vivo (descanso, hidratação, proteção climática e acesso à energia) permanecem sistematicamente externalizadas. Constantemente se fixam relatos como: “Seria bom, uma fonte de apoio com tomada. Tomada, água, né? O básico.” (EEO9). A precariedade, nesse sentido, não resulta de uma ausência contingente de planejamento, mas constitui um traço estrutural da forma social que subordina o urbano às exigências da valorização, sob a naturalização nessa “forma de consciência reificada” (Adorno; Horkheimer, 1985). Tudo isso sob a condição coercitiva, em que a insegurança financeira torna qualquer alteração na operacionalização, mesmo que de tentativa de melhoria das condições de trabalho, em uma ameaça para a possibilidade de estar inserido no processo do trabalho: “Eu dependo da minha renda 100%, né?” (EEO10)

Essas são questões que expõe profundamente a inversão sujeito e objeto. O próprio conforto e boas condições são secundários para o trabalhador, pois o conforto é voltar para casa com a *meta*. Qualquer mudança no aplicativo, intervenção estatal ou aumento na carga de tributos pode significar sua realocação na superpopulação relativa, não a melhoria nas condições de trabalho. O que gera uma questão para nós geógrafos, especialmente os focados no planejamento: como podemos organizar um espaço urbano que apoie esses trabalhadores, se a dinâmica da sujeição ao trabalho é oposta a possibilidade disso? Como podemos planejar, se o discurso dos trabalhadores mostra a descrença no Estado, não só pela dita desinformação e pelos problemas ao nível ‘ideológico’ da sociedade contemporânea, mas também por um Estado sempre comprometido com a reprodução do capital, que falhou e ainda falha com o trabalhador? (Lira, 2025, p. 14)

A intensificação da concorrência entre os entregadores, ainda considerando o desaparecimento das chamadas “bases”, aprofunda essa condição. Sob a pressão de um contingente ampliado de trabalhadores disponíveis, o entregador é compelido a permanecer nos pontos de maior demanda, ainda que estes não ofereçam condições mínimas de permanência prolongada. A centralidade do Center Shopping, reconhecida pelos próprios trabalhadores como o principal polo de chamadas da cidade, não expressa uma escolha racional autônoma, mas a internalização de uma coerção objetiva, na qual fora desses espaços, a probabilidade de trabalho e, portanto, de renda, reduz drasticamente. Trata-se de um mecanismo da

superpopulação relativa, no qual a ameaça permanente do não trabalho disciplina o corpo do trabalhador e o fixa espacialmente, mesmo em condições degradadas.

Sob essa lógica, o espaço urbano expõe o seu modelo de meio de vida, também como um dispositivo de submissão temporal e corporal. O tempo de espera não remunerado, a exposição às intempéries e o desgaste físico integram a própria jornada, mas não se convertem em trabalho socialmente necessário, pois a preeminência da circulação da mercadoria se autonomiza frente à própria reprodução do trabalhador. Essa autonomização revela o caráter fetichista de uma forma social em que a valorização abstrata se impõe como finalidade em si, enquanto o trabalho concreto se torna progressivamente ‘descartável’.

Em termos práticos, o reconhecimento de parte dos entrevistados, da necessidade de uma articulação entre shopping, poder público e trabalhadores aparece como uma tentativa de recompor, ainda que parcialmente, as condições materiais do trabalho⁷⁹. No entanto, é revelador que o aplicativo surja como uma instância estruturalmente ausente de responsabilidade territorial. A plataforma se apresenta apenas como mediadora abstrata da circulação, organizando algorítmicamente a oferta e a demanda, ao passo que se exime de qualquer compromisso com as condições concretas nas quais essa circulação se realiza. Essa dissociação entre comando e responsabilidade não é acidental, mas constitutiva do capitalismo de plataforma, onde quanto mais o capital se desmaterializa sob a forma digital, mais a degradação material do trabalho é deslocada para o espaço urbano e para os corpos dos trabalhadores.

Enquanto isso, as críticas dos entregadores são direcionadas para as dificuldades no trânsito, com os clientes e até mesmo com a fiscalização de trânsito. O urbano se apresenta para tais trabalhadores como o obstáculo, seja pela sua estrutura ou modo de vida. Quando questionados sobre as maiores dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho, a maioria dos entregadores aponta o trânsito urbano como o principal problema. Essa resposta, aparentemente imediata e pragmática, revela uma dimensão mais profunda da relação entre trabalho platformizado e urbano, no qual o trânsito aparece como a expressão concreta da contradição entre tempo socialmente necessário e tempo vivido. Não é apenas um obstáculo técnico ou um problema de mobilidade, o tráfego urbano materializa a submissão da vida cotidiana ao tempo abstrato do capital, no qual cada minuto improdutivo se converte em perda potencial de rendimento.

Desde os trabalhadores atrasadas para o trabalho à dinâmica de vida urbana que deve ser acelerada ao tempo das máquinas, no mesmo ritmo do desenvolvimento das forças produtivas, o tráfego urbano é um

⁷⁹ “Ah, a prefeitura ter um olhar melhor pra nós, né cara?” (EEO14)

expositivo da irracionalidade determinada pela acumulação. (Lira, 2025, p. 14)

A cidade concentra trabalhadores atrasados para seus postos, sujeitos que dispõem de cada vez menos tempo para a reprodução da vida e que, mesmo nos momentos de “folga”, permanecem submetidos à lógica da urgência. O entregador, inserido nessa sociabilidade, simultaneamente, se expõe ao risco da acelerada circulação urbana e pressionado a acelerar sua própria mobilidade para maximizar seus ganhos individuais. O resultado é a intensificação do risco e do desgaste físico, transformando o espaço urbano em um campo permanente de tensão.

Embora a segurança física não apareça como tema central nos relatos, sua ausência revela mais do que uma simples lacuna discursiva. Quando situações extremas ocorrem, o Estado é reconhecido apenas em sua função residual, por meio do atendimento no sistema público de saúde ou da atuação pontual da segurança pública (principalmente no caso de danos materiais). Enquanto isso, as ações da plataforma, como foi relatado pelos entrevistados como “seguro do iFood”⁸⁰, surge de forma nebulosa, pouco compreendida e nenhum caso acionada pelos entrevistados. Apenas alguns entrevistados tinham conhecimento da possibilidade de requerer um seguro; dos que tinham conhecimento, poucos já haviam necessitado; e dos que já haviam necessitado, nenhum havia conseguido (alguns ainda relataram terem sido apenas bloqueado por alguns dias). Essa indefinição reforça a insegurança estrutural do trabalho plataformizado, caso ocorra um acidente, o risco de endividamento é real, uma vez que não há garantias financeiras efetivas para a interrupção do trabalho ou para a recomposição dos meios.

Diante desse cenário, alguns dos entrevistados adotam estratégias individuais de autoproteção, como o uso de rastreamento, a limitação dos horários de trabalho e a decisão de encerrar a jornada mais cedo em função da insegurança urbana. Tais práticas, embora racionais do ponto de vista individual, revelam o deslocamento da responsabilidade coletiva para o sujeito isolado, reforçando a fragmentação, a naturalização do risco e o peso financeiro para a reprodução enquanto a própria força de trabalho. Simultaneamente, o urbano, aparece como espaço de circulação do capital e de exposição permanente do trabalhador.

A questão das multas e da fiscalização intensifica esse quadro. Os entrevistados reconhecem que há um descompasso entre a legislação de trânsito, sua aplicação concreta e a

⁸⁰ O “seguro pessoal” disponibilizado pela plataforma pode ser verificado em: <https://entregador.ifood.com.br/vantagens/seguro-pessoal/>. De acordo com a plataforma, o entregador parceiro pode requisitar indenização em caso de morte accidental (de até R\$ 120.000,00), reembolso de despesas médicas (de até R\$15.000,00), indenização por lesão temporária (de até R\$3.000,00), indenização por invalidez permanente (de até R\$60.000,00), entre outros; sob determinadas condições, como estar em rota de entrega ou no trajeto de “volta para casa” até 30km a partir da última entrega.

realidade do trabalho por entrega. O cumprimento estrito das normas frequentemente entra em conflito com a pressão do tempo e com a necessidade de garantir renda, colocando o trabalhador em uma zona permanente de ilegalidade potencial. O “sistema”, portanto, é compreendido, essencialmente, como o Estado (seja na figura da fiscalização, seja na legislação) e não como a totalidade das relações sociais mediadas pelo capital e pelas plataformas digitais.

Essa leitura parcial do “sistema” revela uma forma específica de consciência social, na qual o problema é deslocado para a esfera normativa ou individual. Tal concepção reforça a posição de um modelo de Estado gestor da crise que já está impossibilitado de gerir a barbárie, ao encontro das ideias de Menegat (2019). Quando o entregador aponta o ‘trânsito’ como causa de suas dificuldades, ele tende a associá-lo às multas ou à imprudência de outros motoristas, e não à abstração social que organiza o urbano sob a lógica do trabalho e da valorização. O trânsito, nesse sentido, não é reconhecido como expressão da sociedade do trabalho (marcada pelo trabalhador atrasado, pelo tempo comprimido e pela aceleração contínua), mas como um problema externo à própria sociabilidade que o produz.

A percepção de que nem a lei, nem sua aplicação, estão adequadas à realidade da classe trabalhadora aparece de forma recorrente. Paradoxalmente, os entrevistados reconhecem a necessidade de atender a determinadas exigências legais e materiais para permanecer na atividade, mesmo sem dispor de qualquer apoio para isso. Trata-se de mais uma manifestação da coerção estrutural, em que o trabalhador é responsabilizado por cumprir exigências que não pode custear plenamente, sob pena de exclusão da atividade.

Voltando ao tema da ação de combate por parte dos entregadores, embora os entrevistados mencionem a existência de articulações, grupos de comunicação por meio de redes sociais e chamados para envolvimento em discussões pública, institucionalmente não parece haver grande mobilização por parte da amostragem. A partir de uma breve abordagem com os órgãos da prefeitura, não foram identificadas reuniões efetivas na Câmara Municipal, tampouco a incorporação das demandas dos entregadores nos debates recentes do Plano Diretor. Ainda assim, a ocorrência de mobilizações como o “breque” indica que há formas de organização em curso, ainda que episódicas e institucionalmente fragilizadas⁸¹.

⁸¹ Como debatido na seção 4.2.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No encalço das hipóteses desta dissertação, consideramos que o trabalho plataformizado se insere em um momento de ubiquidade da tecnologia de informação na vida social, carregando novas faces a reprodução do capitalismo mundial, que, no entanto, deve ser agregada de uma crítica radical e categórica. Embora o debate sobre o trabalho plataformizado ganhe evidência nos últimos anos por tal ‘nova morfologia de trabalho’, como tratam alguns teóricos, baseada na apropriação da renda e na precariedade das condições dos trabalhadores; para além de discussões gerenciais, acreditamos ser imprescindível fazer uma discussão teórico-empírica sobre as condições categóricas das determinações que reificam o sujeito à máquina do trabalho.

Não se trata de compreender uma nova lógica territorial distributiva do valor (divisão territorial do trabalho), nem muito menos de concernir novos mecanismos de mais valor na reprodução do capital. Mas, sim, de traçar os aprofundamentos críticos no cotidiano do trabalhador e do contexto urbano, como desdobramentos lógicos de um valor e de uma valorização em crise, que se votoriza em ficcionalização e fragilidade do tecido social, determinados pelas contradições de um modo de sociabilidade insustentável.

Para envolver essas ideias, partimos da leitura marxista do capital, essencialmente, da leitura esotérica, crítica a compreensão reificada de um valor quantitativo e distribuível, como nas compreensões de apropriação de Harvey. Compreende-se, portanto, que o valor duplo da mercadoria é o cerne do fetiche da mercadoria, tudo isso exposto na forma de dinheiro. Nesse sentido, toda a relação de trabalho é obnubilada, exposta na forma de trabalho morto, em mercadorias, materialidades e dinheiro, mas verdadeiramente constituída na relação social de valorização. Portanto, para além do fetiche ser a relação do trabalho escondida pelas relações mediadas por dinheiro, quantitativamente distribuída de forma desigual por conta dos movimentos de concentração e centralização determinados pela reprodução ampliada, compreendemos aqui que ele transcende a função de obnubilação, para constituir ele mesmo a mediação de todas as relações da sociedade, se tornando a própria forma de sociabilidade.

Esses termos se inserem na compreensão da “forma de consciência reificada”, em que esses sujeitos reificados, ou seja, transformados em instrumentos de valorização do valor, internalizam e personificam sua posição na reprodução do capital, estabelecendo expressões fenomênicas. Suscetíveis a formas de violência (nesse caso, a princípio, econômica), os sujeitos são inseridos as morfologias de dominação do capital de forma geograficamente diferenciais, propondo o que autores da crise do valor vêm chamando de territorialização do capital. Dito

isso, o trabalho aqui exposto teve a intenção de traçar a territorialização e a territorialidade do capital pautado em trabalho plataformizado, sob as circunstâncias estritas do capital contemporâneo.

Circunstâncias essas traçadas pelo menos desde a crise do fordismo, quando se expressou a fragilidade da mediação total por capital-dinheiro na forma de investimento massivos. Buscamos nessa dissertação traçar a queda tendencial da taxa de lucro, decorrente do aumento contraditório da composição orgânica do capital, como constituição lógica de uma passagem do fordismo para um cenário de preponderância da dívida (financeirização), circulação de dinheiro através de trabalho improdutivo e dispositivos neoliberais de gestão da população. Argumenta-se aqui que as contratendências que buscam gerenciar o lucro, aprofundam a crise imanente do valor e se perfaz pelo capital fictício e pela dessubstancialização do dinheiro (Kurz, 2014), subsequente em uma série de expressões fenomênicas de violência contra o trabalhador, especialmente, no nosso caso, pelo urbano.

Sob esse contexto, apresenta-se um modelo de Estado gestor da crise, que para Menegat foi a tentativa de gestão da barbárie, a qual se esgota no Brasil em meados da década de 2010. Nesse mesmo imbróglio, para além de gerenciar os aspectos internos da sociedade, o Estado passa a constituir a possibilidade de reprodução dos capitais individuais e da força de trabalho, tanto pela intermediação jurídica, quanto pelos massivos incentivos, diretos e indiretos, até mesmo na figura do salário social. No entanto, os Estados, enquanto uma força interna do capitalismo, não um agente externo passível de intervenção, sistematicamente se endividam desde o final o século XX para tal.

Torna-se, assim, o desenvolvimento das forças produtivas determinador da competição, o vetor do investimento massivo, principalmente estatal, sob o discurso da competitividade tecnológica. Embora o cego desenvolvimento das forças produtivas, mediado pela queda tendencial da taxa de lucro (QTTL), se veja em estado de crise do valor e inexistência de contratendências que a sustente. O próprio desenvolvimento das forças produtivas passa a ser o produto nesse cenário, um ativo a ser negociado. Um imbróglio fictício se desenha, pautado na especulação de ativos que por terem o potencial de agregar trabalho vivo, ou de resultar em realizações materiais, não podem ser considerados fraudulentos, ainda que as cifras negociadas nunca sejam alcançadas pela materialização efetiva na sociedade, senão por improdutividade, maior endividamento (rolagem de dívidas), negociação no mercado acionário ou, até mesmo, concessões e incentivos Estatais (pautados no endividamento público).

O caso da territorialização do capital do iFood nos indica as afirmações anteriores. Enquanto uma empresa centralizada, dados dos relatórios financeiros da Prosus, expõem um

alto fluxo de receitas em países periféricos, como Índia e países da América Latina, ao lado também de países do leste europeu. Por outro lado, não obstante o delivery de comida tenha figurado como segundo maior fluxo de capital da receita operacional da empresa em 2024, parte significativa do lucro líquido da empresa decorreu de receitas não operacionais e apoio externo, isso considerando ser uma holding de longo prazo. Nesse sentido, evidencia-se que a controladora opera ao articular a oferta do serviço de *delivery* (e mesmo de outros serviços materiais e imateriais), à especulação a nível financeiro e ao endividamento, ainda que sua reprodução não indique ser pautada na operação do trabalho em si. Apesar de os dados não possam formular uma afirmação certeira, fica evidente que as técnicas observacionais e quantitativas, devem ser superadas por uma visão do negativo de tais relações, em um capitalismo cada vez mais complexo, em que a reprodução individual não significa enriquecimento linear (ou exponencial) e estável.

Sob essas condições do capitalismo mundial e no Brasil, a geografia se desenvolve com suas profundas marcas do positivismo clássico. Agora, em momento de uma geografia que se preocupa com a denúncia social, tenta-se de compreender os fenômenos sociais através de suas relações espaciais, geográficas, regionais, territoriais. No entanto, sem romper com o positivo. Inegavelmente, devemos tratar a intangibilidade das informações digitais considerando um massivo empreendimento de estruturas físicas e materiais que o comportam, portanto, conquanto o espaço tente ser anulado pelo tempo, o imperativo geográfico diferencial não permite a uniformização da simultaneidade, a qual busca a circulação do capital. Apenas por termos relativos da divisão territorial do trabalho: onde está o desenvolvimento dos softwares (como mostra Steda, 2020), onde estão os centros de distribuição, onde estão as centrais de controle, onde se negociam os ativos, onde o trabalho plataformizado é realizado (essencialmente nos principais centros urbanos); já seria suficiente para vislumbrar a tangibilidade material de tal processo vetorizado pelas tecnologias digitais.

Por outro lado, a leitura que não devemos dissuadir é que focar na busca teórica pela tangibilidade é a própria marca positivista do trato. Em diálogo com a seção 2.1, não é a intangibilidade que torna o trabalho em improdutivo, muito menos a falta de uma mercadoria física, mas sim seus fatores de valorização. Dentro do capitalismo, tudo que não é valorização do valor, para além da existência do trabalho vivo (ou seja, um trabalho desmedido sobre as condições da composição da orgânica), é trabalho improdutivo, podendo gerar lucro ou não. Trata-se de compreender os termos da reprodução ampliada, diferentes de uma reprodução simples. Também não buscamos traçar uma dualidade entre um trabalho produtivo positivo e

um trabalho improdutivo negativo, em termos práticos, trabalho é exploração e coerção⁸². O que buscamos reforçar, são os desdobramentos da substituição do trabalho produtivo pelo improdutivo, que torna a sociabilidade cada vez mais insustentável (em diversos aspectos) e os sujeitos cada vez mais se imbramam em uma máquina do trabalho tautológica e sem sentido.

Retomando a seção 2.1, essa tensão se aprofunda essencialmente no fordismo, quando o investimento massivo sob o cenário de crise, exigem soluções impagáveis, acionando desdobramentos que invalidam o valor como termos de reprodução e fixa o lucro na condição da dívida. Ainda assim, esse acionamento não é novo, o investimento em capital fixo já é um imbróglio que se desdobra em capital fictício e dívidas impagáveis, principalmente pela ação do Estado, desde a análise de Marx (2017) no capital, ou de Monbeig (1984) durante seus estudos sobre a franja pioneira paulista. Aquela velha inversão sujeito e objeto, em que o sujeito se reifica pelo valor, expresso em dinheiro, se intensifica pela inexistência de trabalho suficiente em valorização. Não à toa, vivemos todos endividados, ou no mínimo, sujeito aos termos da dívida, de forma fetichista.

Em termos de capital fixo, ou de trabalho morto cristalizado, em suma, temos o urbano como máxima expressão, ainda considerando sua alta relação dialética com o trabalho vivo e relações transversais ao capitalismo. A urbanização, longe de constituir apenas um processo de modernização associado à industrialização, deve ser compreendida como uma mediação central da reprodução ampliada do capital. Se historicamente ela absorveu excedentes de força de trabalho e de capital por meio do investimento em capital fixo, no contexto contemporâneo do trabalho plataformizado essa lógica se intensifica. O urbano permanece indispensável à circulação e passa a expor suas contradições internas, evidenciando os limites históricos de uma sociabilidade fundada no trabalho abstrato e na permanente necessidade de expansão do valor.

O urbano, ao absorver a produção, passa a produzir suas próprias necessidades, aprofundando a divisão do trabalho e subordinando a vida social ao imperativo do tempo abstrato, de modo que a reprodução social e a mediação das relações sociais se realizam prioritariamente por meio de atividades improdutivas voltadas à circulação. A produção do espaço deixa de expressar o transbordamento da indústria e passa a ser organizada pela aceleração da circulação, cuja sustentação depende crescentemente do crédito e do

⁸² Como discutimos de forma ensaística em: LIRA, G. **A coerção em tempos de trabalho plataformizado:** breves considerações a partir de entrevistas com entregadores de aplicativo em Uberlândia. Anais do XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia... Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/124410>>. Acesso em: 03/12/2025 15:23

endividamento, inicialmente como adiantamento de capital e, posteriormente, como capital fictício autonomizado. A economia de plataformas se insere nesse movimento ao reestruturar dialeticamente o urbano, produzindo formas específicas de conflito, visíveis na intensificação dos fluxos, nos acidentes, nas micro infraestruturas, nas mobilizações e no endividamento cotidiano; que revelam a cidade como manifestação material da crise do trabalho e da autonomização do capital portador de juros, mantendo vivo o antagonismo entre a abstração financeira e o trabalho concreto que sustenta a circulação.

Mas se então, até o valor, que determinava as relações em dinheiro, se subsume a máquina do lucro através da fórmula da dívida, o trabalho deixa de ter importância atualidade? Muito pelo contrário. E isso é evidente pela intensificação do trabalho, do imperativo do trabalho na vida social. Assim como um cachorro corre atrás de sua própria calda, a máquina do trabalho busca a todo custo pagar a negociação de um trabalho futuro (dívida), sempre mais impagável, devido as próprias condições da composição orgânica e da reprodução ampliada. Seja pela objetivação material, ou pela reificação naturalizada, o trabalho segue sendo intensificado em todas as áreas, ainda que pela substituição do trabalho braçal pelo intelectual

O panorama do trabalho, especialmente no Brasil, é de um desemprego constante, associado a disponibilização de trabalho cada vez mais intensificado, ou seja, de uma compressão significativa da superpopulação relativa que é subsumida a cenários mais degradantes, e até mesmo a um estado de instabilidade, confusão e disputas ideológicas, que se expressam empiricamente na sociedade. Assim se desenha a possibilidade de empresas como iFood se territorializarem no Brasil, não como uma vilã, mas como uma verdadeira possibilidade de rendimento desburocratizada para tais trabalhadores em necessidade. No entanto, ainda com um alto investimento em ações de *marketing*, as condições precárias são evidentes demais para os entregadores da categoria se calaram, formando um contingente de trabalhadores insatisfeitos buscando uma relação de trabalho mais justa. Destaca-se assim, uma contra práxis direcionada a imagem da empresa-aplicativo, mas unindo os espíritos em termos menos complexos, como a remuneração, não à emancipação.

Essas ideias indicam algumas das percepções recolhidas durante a coleta de material primário em formato de observação de campo e entrevistas com entregadores do iFood, na cidade Uberlândia, tanto de uma ação contemporânea da superpopulação relativa, quanto aos aparatos de exploração do trabalho paralelos à concentração de mais-valia, à externalização da consciência reificada e naturalizada na figura do trabalho, e, por fim, das expressões no contexto urbano de tal negatividade.

Mesmo antes das entrevistas, a observação empírica apontou uma estrutura entre trabalho e urbano, tensa. Um descompasso entre a necessidade de reprodução do trabalhador e a necessidade de ordenar a circulação, que localiza o trabalho plataformizado como expressão da estrutura urbana imperada pelo trabalho abstrato. Não se organiza o espaço urbano e a atividade em função da reprodução do trabalhador, limita-se a ordenar a circulação para não interferir em outras atividades. Nesse ínterim, a submissão a condições tão precárias revela a atuação contemporânea da superpopulação relativa, pela qual a preeminência da circulação e a imposição do tempo abstrato materializam, no espaço urbano e na vida cotidiana, a crise histórica do trabalho.

Agregando as entrevistas, essas considerações são reforçadas, apresentando uma coerção ao trabalho, no contexto plataformizado, sob a forma ideológica da responsabilidade individual e da suposta liberdade, ocultando a sujeição estrutural imposta pelo tempo abstrato e pela necessidade de garantir a própria reprodução. As entrevistas revelam que a recusa às leis trabalhistas e a valorização da ‘flexibilidade’ coexistem com a submissão às metas e à intensificação do trabalho, evidenciando que trabalho e liberdade não são categorias convergentes na sociabilidade do capital, mas inversões fetichizadas em que a coação aparece como escolha. Assim, a suposta “nova morfologia do trabalho” não representa uma superação do assalariamento, mas o aprofundamento de suas contradições, no qual a coerção ao trabalho é naturalizada e a sobrevivência passa a depender de uma racionalidade meritocrática. Ainda assim, embora remunerados por pedido e não por jornada, o tempo se converte no principal mecanismo de coerção, intensificando riscos e naturalizando a responsabilidade individual por metas e acidentes, sem que o capital precise recorrer a formas explícitas de violência. Enquanto isso, a plataforma se reproduz por vias paralelas à produção direta, via capital portador de juros, desenvolvimento tecnológico e ficcionalização, ao mesmo tempo em que trabalhadores permanecem presos ao imperativo do tempo abstrato, pela lógica cega do desenvolvimento das forças produtivas, pela aceleração da circulação e pela necessidade de suprir sua autorreprodução enquanto força de trabalho. Tais termos materializam, no urbano, a crise do trabalho, em uma persistência fetichizada da exploração sob novas formas e os limites da própria reprodução capitalista. Para além, a intensificação da concorrência entre os entregadores, mediada pela responsabilização individual e pelo fetiche da mercadoria, reforça a consideração anterior de uma forma contemporânea de atuação da superpopulação relativa que não se limita ao rebaixamento salarial, mas opera como um dispositivo de subsunção prática do trabalhador à máquina do trabalho, agora sob a condição de materialização prática de uma reprodução autonomizada do valor.

Por outro lado, as mobilizações existentes, como o ‘breque’, ainda que necessárias para romper a invisibilidade, permanecem restritas a reivindicações por remuneração ‘mais justa’, sem questionar as determinações estruturais do valor e do trabalho, o que limita seu potencial emancipatório. Nesse contexto, a falta de condições materiais (improvisação de estruturas, ausência de apoio básico e exposição contínua ao risco) não é apenas estrutural, mas também expressão fenomênica lógica, que expressa a inversão sujeito-objeto própria da sociabilidade fetichista, na qual o conforto, a segurança e a própria cidade tornam-se secundários frente à necessidade de ‘bater a meta’ ou garantir a reprodução imediata.

O espaço urbano, por sua vez, emerge simultaneamente como suporte da circulação e como dispositivo de submissão temporal e corporal, onde o tempo de espera não remunerado, o trânsito, a fiscalização e a insegurança se convertem em mecanismos cotidianos de coerção. As críticas dos entregadores tendem a se direcionar ao Estado e à infraestrutura urbana, obscurecendo o papel das plataformas e da totalidade das relações sociais mediadas pelo capital, o que revela uma forma de consciência reificada agravada pela própria crise do trabalho. Assim, quanto mais o capital supostamente se desmaterializa sob a forma digital e financeira, mais a degradação material do trabalho é deslocada para o urbano e para os corpos dos trabalhadores, evidenciando a cidade como território de gestão da crise, e não de sua superação.

Quanto a hipótese apresentada inicialmente, em que: a vampirização de uma classe informal (Pessanha, 2020), para além da superexploração imediata do trabalhador, também revela uma crise sistemática e espacial do capital relegada ao trabalhador, expressa na realidade fetichista e no espaço urbano; conclui-se que embora o trabalho platformizado seja uma expressão relevadora de tal crise sistemática, a ideia de vampirização expõe também uma crise teórica, na qual a consciência reificada não media apenas a sociabilidade, como também a própria reflexão acerca dela. Nesse sentido, a discussão teórica focaliza em um problema distributivo, e não no sério problema de intercurso. Esperamos nesse trabalho, buscar o negativo de tal fenômeno, direcionando o combate aos princípios fetichistas do capital. Compreendemos que o fim em si mesmo da valorização do valor, mesmo que sob roupagens novas, sempre será configurado pelas contradições internas e sempre configurará a corporificação da miséria pelos espíritos.

Não se produzem demasiados meios de subsistência em proporção à população existente. Pelo contrário. Produzem-se muito poucos para satisfazer a massa da população de maneira digna e humana.

[...]Não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz periodicamente demasiada riqueza sob suas formas capitalistas antagônicas.

[...]No fato de que é a apropriação de trabalho não pago e a proporção entre este último e o trabalho objetivado em geral – dito em termos capitalistas, o lucro e sua proporção entre esse lucro e o capital empregado, ou seja, certo nível da taxa de lucro – que decidem se a produção deve ser expandida ou restringida, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso, a produção, ao atingir determinado grau de expansão, encontra limitações que, sob outros pressupostos, seriam absolutamente insuficientes. Ela fica paralisada não no ponto em que isso se impõe pela satisfação das necessidades, mas naquele em que isso é exigido pela produção e pela realização de lucros. (Marx, 2017, p. 255 e 256)

Portanto, a produção de mercadorias transversadas pelo fetiche, sempre será princípio de uma miséria ‘apenas relativa’ na tautologia da realização do lucro, enquanto a insustentabilidade de uma sociabilidade que negocia trabalho futuro infinito, torna a miséria do trabalhador em absoluta. Pois então, defendemos nessa dissertação um novo aparato de reprodução do capital, já autonomizado do sentido *strictu* de valor, portanto também desabilitado da possibilidade de distribuição igualitária deste. A coerção em tempos de trabalho plataformizado ocorre totalmente mediada por termos paralelos ao da valorização do valor, determinados por ela, mas em uma nova tautologia condicionada pela noção reificada do valor e, portanto, do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. In: TOZI, F. (org.) **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Editora Max Limonad; p. 31 - 44, 2023.
- ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Trad. de Marco Antonio Casanova; rev. téc. de Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. p. 352.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. p. 224.
- ALFREDO, A. Geografia e simultaneidade: a contradição centro-periférica e a crítica na periferia do capitalismo. In: CARLOS, A. F; CRUZ, R. C. (org.) **Uma Geografia na periferia do capitalismo**. São Paulo: Annablume; p. 19 – 35, 2025.
- ANTUNES, R. FILGUEIRAS. V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. Niterói: **Contracampo** - V. 39. N. 1; p. 27-43, 2020.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1^a ed. - São Paulo: Boitempo, 2018. p. 328.
- ASSAD, R. **Capitalismo de plataforma**: entre as novas formas de exploração e a gênese e luta de uma nova classe trabalhadora. Trabalho de Graduação individual (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo – São Paulo, 2021. p. 77.
- BARBUSCIA, D. Trump tax bill averts one debt crisis but makes future financial woes worse. [S. I.] **Reuters**, 3 jul. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/us/trump-tax-bill-averts-one-debt-crisis-makes-future-financial-woes-worse-2025-07-03/>. Acesso em: 7 jul. 2025.
- BERNARDES, A. A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria). In: SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. (org.) **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15^a ed. - Rio de Janeiro: Record; p. 413-432, 2011.
- BOECHAT, C. PITTA, F. LEITE, A. C. KLUCK, E. GIAVAROTTI, D. SILVA, A. TOLEDO, C. Por uma Geografia da Crise. Espírito Santo: **GEOGRAFARES** - Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Geografia UFES; P. 3 – 14, 2019.
- BONCHRISTIANI, F. **Uberização do trabalho**: um estudo sobre a origem, implicações e debate. Será está a saída para a crise? Trabalho de Graduação individual (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo – São Paulo, 2021. p.66.
- BONI, V. QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Santa Catarina: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** - Vol. 2, nº 1 (3); p. 68-80, 2005.
- CARLOS, A. F. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. 2^a ed. Revisada - São Paulo: Labur Edições, 2017. p. 317.

CNI. **Desafios para a indústria 4.0 no Brasil.** Brasília, DF: Confederação Nacional da Indústria, 2016. p. 34.

CNI. Perfil da Indústria brasileira. **Ministério do trabalho** – Brasília, DF: Confederação Nacional da Indústria – Relação anual de informações sociais (RAIS), 2025.

Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/mercado-trabalho/#/industria-total>. Acesso em: 2 mai. 2025.

CNI. **Sondagem especial 83:** Industria 4.0 cinco anos depois. Ano 21, n. 83 - Brasília, DF: Confederação Nacional da Indústria; p. 24, 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-83-industria-40-cinco-anos-depois/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Curitiba: **Educar** – Editora UFPR. N. 24; p. 213-225, 2004.

FAUSTINO, D. LIPPOLD, W. **Colonialismo digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. 1^a edição - São Paulo: Boitempo, 2023. p. 207.

FERREIRA, D. RODRIGUES, N. VALE, M. O papel da economia de plataforma na criação de desigualdades digitais no ciberespaço: O caso do setor da restauração na cidade de Lisboa. In: TOZI, F. (org.) **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais.** São Paulo: Editora Max Limonad; p. 339 - 351, 2023.

FRANCO, D. FERRAZ, D. L. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. Rio de Janeiro: **Cad. EBAPE.BR** - V. 17, Edição Especial; p. 844 - 856, 2019.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. Thousand Oaks: **Field Methods** - V. 18, n.1; p. 59-82, 2006.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho.** Tradução de Heinz Dieter Heidemann e Cláudio Duarte. São Paulo: Cadernos do LABUR, 1999. p. 60.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** 1^a edição – Boitempo, 2016. p. 345

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** 1^a edição - São Paulo: Annablume, 2005. p. 251.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25^a edição - Edições Loyola, 1992. p. 352.

HARVEY, D. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. 1^a edição – Boitempo, 2011. p. 235.

HEIDEMANN, H. TOLEDO, C. BOECHAT, C. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. São Paulo: **Estudos avançados (USP)** – 28^a edição, nº 81; p. 55-67, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022** - Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025.

IBGE. PNAD Contínua Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. p. 17.

IFOOD. O que é o iFood? Conheça a história e a operação da empresa. [S. I.], 24 out. 2023. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/noticias/o-que-e-o-ifood/#:~:text=Quem%20%C3%A9%20o%20dono%20do,a%20Just%20Eat%20Holding%20Limited>. Acesso em: 31 out. 2024.

IFOOD. Paralisação dos entregadores: leia o posicionamento do iFood. [S. I.], 24 out. 2025. Site. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/entregadores/ifood-paralisacao-entregadores-2/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 2024. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PNAD contínua), 2024.
Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao>. Acesso em: 27 jan. 2026.

KURZ, R. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. Espírito Santo: **GEOGRAFARES - Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Geografia (UFES)**; P. 55 – 155, 2019.

KURZ, R. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. Berlin: **Exit! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias** – Editora Horlemann Verlag, 2007.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2007/mes/arvore.htm>. Acesso em: 27 jan. 2026.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor:** linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. 1^a edição - Lisboa: Antígona, 2014. p. 382.

KURZ, R. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2^a edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 244.

KURZ, R. O manifesto invisível. [S. I.] **Folha de São Paulo**, 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs01029803.htm>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5a edição - São Paulo: Editora Atlas, 2003. p. 311.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 176.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000) – 1º versão [S. I] [S. N.], 2006. p. 476. Disponível em: https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 1^a edição – São Paulo: Editora 34, 1999. p. 264.

LIMA, P. (GALO DE LUTA). “Entregador Antifacista” critica precarização do trabalho e omissão de veículos da impressa. [S. I.] **Folha de São Paulo** (Documentário da série: E eu?), 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ttciccleoIg&ab_channel=FolhadeS.Paulo. Acesso em: 27 jan. 2026.

LIRA, G. **A coerção em tempos de trabalho plataformizado**: breves considerações a partir de entrevistas com entregadores de aplicativo em Uberlândia. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - Campina Grande: Realize Editora; p.19, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/124410>. Acesso em: 3 dez. 2025.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 417.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019. p. 100.

MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro I: o processo global de produção capitalista - São Paulo: Boitempo, 2013. p. 1192.

MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro III: o processo global de produção capitalista - São Paulo: Boitempo, 2017. p. 879.

MATHIEU, E; ROSER, M; RITCHIE, H; ORTIZ-OSPIÑA, E. **Internet**. Our World in Data, 2025. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/internet>>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MATOS, P; SALAZAR, V. L. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C; SALAZAR, V. L. (org.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia (MG): Assis Editora; p. 25 – 48, 2009.

MAZZUCATO, M. Da ideologia da crise à divisão do trabalho inovador. **O Estado empreendedor**: Desmascarando o mito do poder público vs. privado. 1^a edição - São Paulo: Editora Schwarcz; p, 41 – 57, 2014.

MENEGAT, M. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 370.

MOGNON, M. Uber tem prejuízo de US\$ 8,5 bilhões em 2019, mas promete lucros em 2020. [S. I] **TecMundo**, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/150111-uber-tem-prejuizo-us-8-5-bilhoes-2019-promete-lucros-em-2020.htm?ab=true&>. Acesso em: 5 mai. 2025.

MONGEIG, P. **Pioneiro e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984. p. 392.

MOROZOV, E. BRIA, F. **A cidade inteligente** – Tecnologias urbanas e democracia. Traduzido por Humberto do Amaral - São Paulo: Ubu Editora, 2019. p. 187.

NETO, J. **Brazilian Software Market**: Scenario & Trends 2025. ABES (Associação brasileira das empresas de software); 29 slides, 2025. Disponível em: <https://abes.com.br/dados-do-setor/>.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. 1^a ed., 3^a reimpr. - São Paulo: Boitempo, 2011. p. 150.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do Antivalor:** A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. p. 231.

OLIVEIRA, J. Galo lança a revolução dos entregadores de aplicativo. Essenciais na pandemia, invisíveis na vida real. São Paulo - **El País**, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-28/galo-lanca-a-revolucao-dos-entregadores-de-aplicativo-essenciais-na-pandemia-invisiveis-na-vida-real.html>. Acesso em: 27 jan. 2026.

OLTRAMARI, A. AREOSA, J. FERRAZ, D. FRANCO, D. Sociedades do trabalho urbanizado: o sonho do migrante permanece um pesadelo. In: TOZI, F. (org.) **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Editora Max Limonad; p. 339 - 351, 2023.

PESSANHA, R. M. Inovação, financeirização e startups como instrumentos e etapas do capitalismo de plataformas. In: GOMES, M. T; TUNES, R; OLIVEIRA, F (org.) **Geografia da inovação: territórios, redes e finanças**. Rio de Janeiro: Consequências Editora; p. 433 - 468, 2020.

PITTA, F. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista:** do Proálcool à crise de 2008. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016. p. 420

PITTA, F. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. **Revista Sinal de Menos**, n. 14, vol. 1, mai. 2020. Disponível em: <https://sinaldemenos.net/2020/05/18/sinal-de-menos-14-vol-1/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

PRATES, J. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Porto Alegre: **Textos & Contextos** - V. 11, n. 1; p. 116 – 128, 2012.

ROCHA, A; SOARES, C; LIRA, G; CAVALCANTI, J; ALVES, L; SANTOS, M; SILVA, M; PORTELA, P; BARBOSA, T. Grupo de estudo do capital – desvendando o fetiche para combater os moinhos de ventos. Uberlândia: **Revista Observatorium** – v. 15; p. 177-195, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/74159/38949>.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e emoção. 4^º edição - São Paulo: Edusp, 2008. p. 384.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6^º edição - São Paulo: Edusp, 2008. p. 285.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 2^a edição - Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 85.

SILVA, A. AZEREDO, J. BITTENCOURT, R. O pensamento em constelação adorniano como possibilidade de reflexão crítica sobre as práticas formativas em contextos educativos. Caxias do Sul: **Conjectura: Filos. Educ.** – v. 21, n. 2; p. 275-287, 2016.

SOUZA JUNIOR, X. S. A análise do discurso como estratégias na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa – PB. In: RAMIRES, J. C; SALAZAR, V. L. (org.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas Trilhas da Investigação.** Uberlândia (MG): Assis Editora; p. 25 – 48, 2009.

STEDA, M. **Território e informação:** produção e consumo de aplicativos na era da computação em nuvem. 2021. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2021. p. 270.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5^a edição - São Paulo: Editora Polis, 1987. p. 270.

TOZI, F. A cidade e as novas desigualdades algorítmicas urbanas. In: TOZI, F. (org.) **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais.** São Paulo: Editora Max Limonad; p. 15 - 30, 2023.

TOZI, F. As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. In: ZAAR, M.; CAPEL, H. (Org.). **Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista.** Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica - v. 1.; p. 172-187, 2018.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. São Paulo: **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)** - v. 24, n. 3, p. 487-507, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573>.

TOZI, F. Uso do território brasileiro por empresas globais de transporte por aplicativos: as estratégias de ação da Uber e as tensões advindas das resistências locais e regionais. In: **ENANPEGE**, 12., 2017, Dourados. Anais Dourados: UFGD, v. 1, p. 10270-10281; 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987. p. 175.

WIRTZ, B. W. **Digital business models:** Concepts, Models, and the Alphabet Case Study. Cham: Springer Nature, 2019.

APÊNDICE A – Processos e aspectos éticos da pesquisa

O tempo previsto para a realização da entrevista é de 30 minutos. A entrevista será gravada através do software de gravação de áudio do aparelho móvel do entrevistador, para posteriormente ser transcrita, e terá o apoio de uma cópia impressa do roteiro, na qual o entrevistador poderá fazer anotações.

Durante a observação do trabalho de campo, ocorrerão a abordagem e o recrutamento (convite) dos entrevistados, presencialmente nos pontos de observação e de maneira informal.

Serão abordados entregadores em dias diferentes nas localizações identificadas, que trabalhem predominantemente como “parceiros” do iFood, diretamente ligados à plataforma e não aos estabelecimentos, ou seja, que estejam cadastrados à modalidade “Full Service” do aplicativo, na qual o aplicativo é responsável pela “inteligência logística” (iFood, 2023) da entrega.

Os entregadores deverão ter 18 anos ou mais, independente do sexo, cor ou raça, veículo utilizado (bicicleta ou moto, alugada ou comprada), ou qualquer outra característica em específico, mas deverão: declarar ter o trabalho de entregas como renda primária; ter o iFood como principal demandante (mais de 60% das entregas); e estar cadastrado, trabalhando regularmente, a pelo menos 6 meses. As perguntas para atender os critérios serão auto declarativas, não sendo necessário documentação para verificação da veracidade.

Dessa forma, destacamos como critérios de exclusão: entregadores que ainda não tenham completado 18 anos; que declarem ter outro trabalho como atividade de renda primária; entregadores que estejam utilizando o cadastro de terceiros; que tenham outro aplicativo ou outro intermediador de entregas como principal demandante; ou que não estejam cadastrados e trabalhando regularmente a pelo menos 6 meses.

Caso o trabalhador demonstrar interesse em participar, será apresentado o convite formal da pesquisa, juntamente ao Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE), no local do trabalho de campo. Todo o recrutamento será realizado *in loco* e o pesquisador informará ao potencial participante os dias e os horários em que estará naquela localização, no entanto o contato do pesquisador será entregue ao potencial participante, caso este queira aceitar a participação em outro momento.

Em acordo ao pressuposto de sigilo desta pesquisa, nenhum nome poderá ser recolhido ou registrado pelo pesquisador e nenhuma forma de identificação será anexada ou associada a alguma fala em específico na divulgação dos resultados.

Todas as 12 entrevistas serão antecedidas pela leitura e assinatura do Termo de Consentimento, contendo os objetivos, riscos e a garantia do anonimato do entrevistado.

O potencial recrutado terá tempo indeterminado para aceitar o termo e poderá a qualquer momento retornar ao contato do pesquisador, assim que decidir a participação ou não. No entanto, se o contato for feito após a finalização da 12º entrevista, o potencial recrutado será informado sobre o fim do período de entrevistas.

Caso o recrutado concorde e assine o termo, será combinado entre as partes o horário e local da entrevista. As entrevistas ocorrerão de maneira presencial e serão marcadas em horário de menor demanda ou de pausa do trabalhador, no próprio local de aguardo de pedidos ou em um lugar próximo, da preferência do entrevistado.

A cada entrevistado será dada uma cópia do referido TCLE. A cópia assinada será arquivada no Laboratório de Geografia Médica do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia por cinco anos a partir da sua realização, sendo, posteriormente, descartada.

A entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento pelo entrevistado, bem como o entrevistado poderá retirar o seu deferimento ao termo de aceite durante sua realização. Neste caso, o material até então coletado será descartado. Se o entrevistado interromper a entrevista e esta não poder ser retomada em outro momento, sem a retirada do deferimento do termo, a quantidade de material recolhido será analisado, e caso seja insuficiente para ser submetido a fase de análise de dados, este será descartado e outro participante será recrutado.

As entrevistas serão transcritas pelo Software pago TurboScribe e sistematizadas a partir das dimensões investigadas e dos objetivos de cada sessão, buscando traçar as relações contraditórias que surgem das narrativas dos entregadores e as possíveis apropriações ocasionadas ou impulsionadas pela empresa-aplicativo.

Portanto, a análise do material será baseada em técnicas da análise discursiva, onde o objetivo do emprego dessas técnicas será “encontrar a fala social a partir do discurso proferido pelo sujeito coletivo” (Souza Junior, 2009, p.35), classificando-as em temas e identificando elementos ou ideias reincidentes.

Em primeiro momento, será utilizado o programa aberto “Wordclouds” para elaborar nuvens de palavras, geral e com cada dimensão avaliada, para conjecturar de uma forma visual elementos que se repetem com frequência. Para a elaboração da nuvem de palavras será filtrado apenas as falas do entrevistado, eliminando conjunções, interjeições, vícios de linguagem e palavras que foram ditas apenas uma vez.

Em segundo momento, serão extraídas as ideias principais de cada entrevistado, coletando o que pode ser compreendido como “expressões-chave” (Souza Junior, 2009), para adiante serem sistematizadas em uma matriz discursiva de acordo com as dimensões investigadas e seus respectivos objetivos.

Por último, será analisado a reincidências de ideias principais (convergindo ou divergindo) em temas específicos equivalentes, dentro de uma mesma entrevista e entre entrevistas diversas, para verificar se as questões podem evidenciar apropriações ou contradições, com o Estado, com o espaço urbano ou com a classe de trabalhadores em particular.

Por exemplo: se o trabalhador comumente se endivida com o setor financeiro para adquirir os instrumentos de trabalho; se precisam utilizar serviços públicos (salário social) como INSS, SUS, auxílios do governo (dispensando os distribuídos por conta da pandemia), enquanto trabalham neste ramo ou por conta da atividade laboral; se precisam pagar impostos relacionados a atividade ou para exercer a atividade, enquanto a plataforma encontra meios de evitar essa regulação fiscal; por quais motivos estão subsumidos a essa atividade (apropriação de um discurso, por exemplo); e, principalmente, como o espaço urbano se adequa a essa atividade; quais relações se expressam materialmente no espaço; em quais condições espaciais se estabelecem os trabalhadores; quais fluxos se encontram; em suma, como o espaço urbano pode ser apropriado de forma velada pela plataforma.

Neste ponto, a análise não terá a intenção de formular uma generalização estatística, no entanto, de forma inerente, haverá uma categorização de ideias reincidentes que proporcionem embasamento a uma reflexão. Para isso, será utilizado uma “estratégia de retardamento da categorização” (Thiollent, 1987, p. 95), na qual a categorização se dará posterior a coleta de material e durante a análise, para fugir de estereótipos ou pré-conceitos estabelecidos pelo pesquisador, onde a identificação dos elementos repetitivos será a diretiva da categorização.

A princípio, as anotações e fotografias registradas durante o trabalho de campo serão utilizadas para embasar reflexões e orientar possibilidades de condução para as entrevistas. Porém, sucedendo o recolhimento e análise do material de entrevistas, o material recolhido durante a observação assistemática será justaposto as análises das entrevistas, buscando encontrar correlações, que reforcem (ou não) os relatos e as reincidências nos relatos.

Os riscos associados à participação na pesquisa são mínimos e envolvem, principalmente, a possibilidade de algum desconforto ao falar sobre suas experiências e condições de trabalho.

Destaca-se também a possibilidade de quebra de sigilo, que embora pouco provável, pode ocorrer de maneira não intencional. Para minimizar o risco de quebra de sigilo, o material coletado terá acesso restrito ao pesquisador e seu armazenamento digital será criptografado.

Além disso, para os fins da pesquisa não será coletado nenhum nome. Qualquer outra informação pessoal que possa identificar o entrevistado será mantida no anonimato. Portanto, quaisquer nomes citados durante a entrevista serão suprimidos ou, se necessário por algum motivo narrativo, substituídos já na transcrição.

Não será divulgado nenhuma entrevista na íntegra e para a análise dos resultados, os formulários de identificação não serão diretamente relacionados com nenhuma declaração em específico, somente serão relacionados quando passíveis de generalização e agrupamento (categorização).

Não há benefícios diretos financeiros ou materiais para os participantes, mas os resultados da pesquisa poderão contribuir para a compreensão das condições de trabalho dos entregadores de aplicativos e para futuras melhorias nas políticas de trabalho nesta área.

APÊNDICE B – Formulário de identificação e roteiro das entrevistas

I - Formulário de identificação		
Dimensão investigada	Assuntos norteadores	Objetivo
Operacionalização do Trabalho	Trabalho(s) atual(ais); Plataformas utilizadas.	Entender como se dá o cotidiano desse trabalho; Compreender a dinâmica de trabalho; Explorar as situações em que se encontram os indivíduos que se colocam nesse trabalho;
	Horário de trabalho; Dias de trabalho; Fator que influencia a média de tempo diária, os dias e os horários; Média diária de tempo de trabalho.	Analizar questões que se apresentem para além da condição de trabalho.
	Eventos que ocorrem no dia a dia; Dificuldades diárias.	
	Como e quando se alimenta; Local de descanso, caso pare para descansar.	
	Funcionamento dos chamados do aplicativo; Como se dão os deslocamentos.	
	Motivos para estar trabalhando como entregador com a plataforma.	
Suporte do aplicativo	Dificuldades para se cadastrar.	Compreender o vínculo entre o entregador e o aplicativo;
	Necessidade de suporte do aplicativo; Como funciona e se os problemas são resolvidos.	Analizar o suporte ao trabalhador;
	Envolvimento em acidente (queda, roubo, batida) durante o trabalho; Em caso de dano físico ou material durante o trabalho, como o iFood dá suporte a isso.	Entender o que o aplicativo relega ao trabalhador e o que relega aos serviços oferecidos pelo estado.
	Utilizar de serviço público por se acidentar durante o trabalho; Necessidade de auxílio (INSS ou outro auxílio do governo) enquanto trabalha nesse ramo. Qual?	

Instrumentos de trabalho	<p>Contabilização dos ganhos; Fatores de desconto da remuneração bruta utilizada para contabilizar a remuneração líquida.</p> <p>Aquisição do veículo (Usado, novo, alugado, financiado); Aquisição do Capacete; Aquisição da Bag; Aquisição do Celular.</p> <p>Média de gasto para aquisição desses instrumentos; Média de gasto para mantê-los.</p>	Entender como o trabalhador monitora os ganhos; Analizar necessidades de investimentos dos trabalhadores para obter esses instrumentos e possíveis endividamentos estimulados; Compreender a dinâmica do aplicativo em relegar os custos do trabalho a terceiros, principalmente ao trabalhador.
Relações espaciais, microestruturas e fluxos	<p>Locais de espera / Zonas de pouso que utiliza; Frequência.</p> <p>Existência de estruturas de apoio (lugar para descansar, se sentar, cuidar do veículo, se alimentar) nos lugares de comum espera / nas zonas de pouso; Existência de microestruturas espaciais que facilitam aguardar nesse lugar (sinalização, faixa específica para entregadores, espaço coberto).</p>	Compreender como o espaço urbano se propõe à situação; Entender se existem estruturas de apoio e microestruturas espaciais específicas para os entregadores e por quem são fornecidas;
	<p>Condições dessas áreas de comum espera; Motivo para aguardar os chamados nesses lugares. Como entende esse lugar (como um ambiente de trabalho?).</p> <p>Locomoção diária (de casa para a zona de pouso, da faculdade...) Relação do lugar com que aguarda as entregas com onde mora; Ou outros fatores.</p>	Analizar as condições dessas áreas de comum espera; Compreender os fluxos diários rumo ao trabalho e o acesso entre a moradia e o local de trabalho; Explorar a possibilidade de

	Aplicativo realiza entregas na área de moradia do entrevistado? Possíveis dificuldades de fazer pedidos com esse aplicativo na região de moradia do entrevistado.	consumo do trabalhador às mercadorias que carrega durante o dia.
Regulamentação, Interferência do Estado e Organização dos trabalhadores	Conhecimento / participação de alguma organização de entregadores; Grupos de entregadores e de entregas nas redes sociais; Assuntos nesses grupos.	Vislumbrar a organização dos trabalhadores; Entender qual a visão do trabalhador à situação; Compreender quais impostos são pagos pelos entregadores para operar nesta atividade; Analizar a perspectiva deste tipo de trabalho.
	Organização / União dos entregadores para uma demanda ou para uma causa.	
	Conhecimento sobre propostas de regularização; Pagamento de impostos sobre a categoria; Opinião sobre a responsabilidade desses impostos (do aplicativo?); Opinião sobre uma regularização da classe.	
	Opinião sobre mudanças na plataforma que melhoria a condição de trabalho.	
Demais observações do entrevistado	Algum assunto que o entrevistador não tenha previsto e o entrevistado queira desenvolver.	

Fonte: Lira, 2025.

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: *Trabalho Plataformizado na cidade de Uberlândia: avaliação a partir dos entregadores de aplicativo*

Pesquisador: Guilherme Viana de Lira

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Orientador: Rivaldo Mauro Faria

Introdução:

Você foi convidado(a) a participar de uma pesquisa científica que visa investigar as condições e a estrutura do trabalho realizado por entregadores de aplicativo. O objetivo desta pesquisa é compreender melhor o contexto, os desafios e as condições de trabalho enfrentadas por esses profissionais.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tem como objetivo informar você sobre a pesquisa e garantir que sua participação seja voluntária, consciente e sem qualquer tipo de coerção.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo entrevistar entregadores de aplicativo para analisar a estrutura do trabalho e as condições nas quais eles desempenham suas atividades. As entrevistas terão caráter semiestruturado, ou seja, serão realizadas com perguntas abertas, mas orientadas a temas específicos, para possibilitar uma compreensão ampla da experiência dos participantes.

Procedimentos:

Se você aceitar participar, será convidado(a) a realizar uma entrevista semiestruturada, com duração aproximada de 30 minutos, durante a qual você será questionado(a) sobre sua experiência como entregador(a) de aplicativo, suas condições de trabalho, desafios enfrentados, entre outros aspectos relacionados.

As entrevistas serão realizadas de forma presencial, em um local e horário combinado entre as partes. As respostas serão registradas por gravação de áudio e anotações.

Riscos e Benefícios:

Os riscos associados à participação na pesquisa são mínimos e envolvem, principalmente, a possibilidade de algum desconforto ao falar sobre suas experiências e condições de trabalho.

Caso se sinta desconfortável, você pode interromper a entrevista a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Não há benefícios diretos financeiros ou materiais para os participantes, mas os resultados da pesquisa poderão contribuir para a compreensão das condições de trabalho dos entregadores de aplicativos e para futuras melhorias nas políticas de trabalho nesta área.

Confidencialidade:

Os dados coletados durante a entrevista serão tratados visando manter o anonimato. Seu nome e outras informações pessoais serão suprimidos ou substituídos já na transcrição. Os dados serão armazenados de forma segura e utilizados apenas para fins de pesquisa.

Voluntariedade e Direito de Retirada:

Sua participação é totalmente voluntária. Você pode se recusar a participar ou desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que isso traga qualquer consequência negativa para você. Caso decida não participar ou interromper sua participação, sua decisão será respeitada e qualquer informação já recolhida será descartada.

Consentimento:

Ao assinar este documento, você concorda em participar da pesquisa conforme descrito acima. Se houver alguma dúvida ou se desejar mais informações sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelos contatos abaixo.

Contato do Pesquisador:

Guilherme Viana de Lira - Guilherme.lira@ufu.br

Declaração de Consentimento:

Eu, [nome do participante] _____, declaro que li e comprehendi as informações fornecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Estou ciente de que minha participação é voluntária e posso interromper minha participação a qualquer momento, sem prejuízo. Autorizo a gravação e o uso das informações fornecidas exclusivamente para fins de pesquisa, conforme descrito neste documento.

Assinatura do Participante

Data: ___/___/___

Assinatura do Pesquisador

Data: ___/___/___